

CONTRA O ROMANTISMO REACCIONÁRIO

1. *Censura e romantismo*

No novo regulamento ⁽¹⁾ da censura vem expressa uma profundidade de vistas muito diferente, a que poderia chamar-se o *romantismo* do espírito. Enquanto o antigo edital exigia cauções externas, prosaicas, que podiam ser definidas por lei, garantias que permitiam até a admissão do redactor indesejável, a nova legislação, pelo contrário, retira aos editores de jornais *qualquer vontade própria* e ordena à prudência preventiva do governo, à grande precaução e à profundidade intelectual das autoridades que baseiem as suas decisões em qualidades interiores, subjectivas, impossíveis de determinar de fora. Mas se a imprecisão, a delicadeza íntima e a ênfase subjectiva do *romantismo* se transformam numa coisa *puramente exterior*, apenas no sentido em que a contingência externa surge não na sua precisão e nos seus limites prosaicos, mas numa glória ligada ao maravilhoso, numa profundidade e num esplendor imaginários, também o regulamento da censura só difficilmente escapará a esse *destino romântico*.

(1) Enquanto que o antigo edital sobre a censura, de 18 de Outubro de 1819, ponha em causa não o redactor, mas os seus escritos, pelos quais respondia a caução em dinheiro, depositada pelo editor do jornal, o regulamento de 24 de Dezembro de 1841 preocupa-se não com os escritos, mas com a pessoa do redactor. Além da caução em dinheiro entregue pelo editor, exigia do redactor uma tripla garantia: capacidade literária, carácter e situação social. De facto, o censor guiava-se apenas pela situação social. Marx observa, com toda a justiça, que «a garantia ideal redonda numa situação inteiramente *real e individual*.»

Anteriormente, o novo regulamento entrava em conflito com o *edital sobre a censura* devido à sua *ortodoxia*. Agora, é devido ao seu *romantismo*, que continua a ser, ao mesmo tempo, poesia *tendenciosa*. A *caução em dinheiro*, que é uma garantia propriamente dita, prosaica, transforma-se numa garantia ideal que, por sua vez, redundava numa situação completamente *real e individual*, mas com um significado mágico e fictício... O edital antigo aguardava os trabalhos do redactor, trabalhos por que respondia a caução em dinheiro prestada pelo empresário. O novo regulamento não se preocupa com o *trabalho*, mas com a *pesoa* do redactor. Exige uma personalidade individual determinada, que o *dinheiro do empresário* lhe terá de arranjar.

Marx. «Observações sobre o novo regulamento prussiana relativo à censura». Oeuvres, t. I. pp. 168-170, Mega.

2. Os inconvenientes do romantismo

Não ficamos surpreendidos por nos encontrarmos perante uma das numerosas aplicações actuais do princípio cristão da cavalaria, do feudalismo ressuscitado em termos de modernidade, numa palavra, do princípio romântico.

Esses senhores, que não querem reconhecer a liberdade como um dom natural derivado da luz geral da razão, mas como uma prenda sobrenatural devida a uma conjugação particularmente favorável dos astros e porque consideram a liberdade apenas como o *facto individual* de certas pessoas e de certas ordens (1), são obrigados, para serem coerentes, a subordinar a razão e a liberdade gerais às más intenções e às quimeras de «*sistemas logicamente ordenados*». Para salvar as liberdades particulares dos privilegiados rejeitam a liberdade geral da natureza humana. Mas como a má rês que é o século XIX e a própria consciência do cavaleiro moderno, infectada por esse século,

(1) A sociedade feudal caracterizava-se pela divisão em ordens. Na França anterior a 1789, existiam três ordens: a nobreza, o clero e o terceiro estado. — (N. R.)

não podem compreender o que é incompreensível em si — porque desprovido de qualquer sentido, ou seja, como é que motivações internas, essenciais, gerais podem estar ligadas a certos indivíduos humanos por contingências exteriores, acidentais, particulares, sem estarem ligadas à essência do homem, nem à razão em geral, sem, por conseguinte serem comuns a todos os indivíduos — procuram, necessariamente, refúgio no *maravilhoso* e no *místico*. Como, além disso, a situação *verdadeira* desses senhores, dentro do Estado moderno, não corresponde de maneira nenhuma à ideia que fazem dessa situação, porque vivem num mundo situado *fora da realidade* e porque, em consequência, a *imaginação* ocupa neles o lugar da cabeça e do coração, esses senhores, não estando satisfeitos com a prática, agarram-se, necessariamente, à teoria, mas a uma *teoria do além*, à *religião* que, no entanto, nas mãos deles, adquire um azedume polémico, impregnado de tendências políticas e se resume, afinal, de modo mais ou menos consciente, num véu sagrado para tapar desejos muito profanos, mas, ao mesmo tempo, muito fantásticos.

Marx: «Os Debates da 6.ª Dieta Renana», Oeuvres, t. I, pp. 198-199, Mega.

3. A «Jovem Inglaterra» e Thomas Carlyle

«A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra», obra escrita por Engels entre Novembro de 1844 e Março de 1845, em Leipzig, dá-nos uma visão das condições de existência do proletariado no país mais evoluído da época. Esse estudo económico representa um passo importante no desenvolvimento do pensamento de Engels em direcção ao socialismo científico, na altura em que o pensamento de Marx enveredara pelos caminhos da filosofia.

Ao analisar, no fim do livro, a atitude impiedosa da burguesia perante o proletariado, Engels fala das críticas que se manifestaram no seio da classe do-

minante contra as desumanas condições de vida impostas aos trabalhadores. Esta «Fronde» anticapitalista de elementos aristocráticos e reaccionários, designada no «Manifesto do Partido Comunista» por «socialismo feudal», reunia um certo número de «torres humanitários», entre os quais Disraeli, constituídos em partido com o nome de «Jovem Inglaterra».

As intenções da «Jovem Inglaterra» consistem numa restauração da antiga «merry England»⁽¹⁾, com os seus aspectos brilhantes e a sua feudalidade romântica. Este objectivo é, bem entendido, irrealizável e até ridículo. Não passa de um desafio a todo o processo histórico, mas as boas intenções, a coragem de protestar contra o que vigora, contra os preconceitos existentes e o reconhecimento da baixaza reinante valem já alguma coisa. Completamente isolado, levanta-se o germano-inglês Thomas Carlyle que, tory de origem, vai mais longe que os seus pares atrás referidos. Atinge, mais profundamente do que qualquer outro burguês britânico, a causa da desordem social e preconiza a organização do trabalho. Espero que Carlyle, que encontrou o bom caminho, esteja em condições de o seguir. Acompanham-no os meus votos e os de muitos alemães!

(Apontamento de 1892): Mas a revolução de Fevereiro fez dele um reaccionário integral. A sua justa indignação contra os filisteus transformou-se num despeito de filisteu azedo contra a vaga histórica que o atirou para o lado.

Engels: «A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra», Oeuvres, t. IV, p. 278, Mega.

4. A concepção do mundo de Carlyle

Thomas Carlyle (1795-1881), escritor inglês, conhecido, sobretudo, pela obra «Os Heróis e o Culto dos Heróis» e pela sua «História da Revolução Fran-

cesa», denunciou o capitalismo, mas de um ponto de vista reaccionário. A burguesia ávida e à aristocracia ociosa opõe «a verdadeira aristocracia» e o «culto dos heróis». A sua concepção idealista da história, concebida como «uma mina inesgotável de biografias», visa a substituir a análise objectiva dos factos pelo facciosismo e a apologia, pela exaltação da Idade Média e o elogio das virtudes feudais. O romantismo pequeno-burguês de Carlyle contém elementos de crítica revolucionária que Engels pôs em destaque, principalmente na «Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra». Mas, como demonstra Engels nos seus artigos, ele é, acima de tudo e cada vez mais, um reaccionário. «O Homem Forte» de Carlyle tem por função destruir o movimento revolucionário das massas.

Engels consagrou dois artigos ao escritor inglês. O primeiro, publicado nos «Anais Franco-Alemães» (Paris, 1844) foi escrito acerca do livro de Carlyle, «Passado e Presente», dado à estampa em Londres, no ano de 1843.

Uns resíduos de romantismo tory e alguns pontos de vista humanitários de Goethe por um lado, a Inglaterra céptica e empírica por outro, constituem os factores suficientes para interpretar na íntegra a concepção de Carlyle.

...Carlyle queixa-se do vazio e da vaidade da época, da decomposição interna de todas as instituições sociais. A sua queixa tem fundamento, mas só as queixas não fazem nada. Para remediar o mal é necessário procurar a causa. Se Carlyle o tentasse, teria chegado à conclusão de que essa dissolução e essa vacuidade, essa «carência de alma», essa falta de religião e esse «ateísmo» têm como causa a própria religião.

...Todavia, por sabermos que todas essas mentiras e essa imoralidade têm origem na religião, que a hipocrisia religiosa e a teologia são o protótipo de todas as outras mentiras e hipocrisias, todos temos o direito de englobar na palavra teologia todas as mentiras e hipocrisias do presente, como o fizeram, pela primeira vez, Feuerbach e B.

(1) Alegre Inglaterra. — (N. R.)

Bauer. Carlyle que leia o que escreveram, se quiser saber donde vem a imoralidade que envenena todas as nossas relações.

Uma nova religião, um culto panteísta dos heróis, um culto do trabalho deverão ser criados ou aguardados... É impossível. Todas as possibilidades da religião estão esgotadas.

Engels: «A Situação na Inglaterra. Passado e Presente de Carlyle», Oeuvres, t. II, pp. 424-426, Mega.

5. Thomas Carlyle e o culto dos heróis

A revolução de 1848 e as jornadas de Junho precipitaram a evolução de numerosos ideólogos burgueses. Foi desse modo que as tendências reaccionárias de Carlyle se acentuaram ainda mais. Regressando a Carlyle, que acabava de publicar os seus «Panfletos de Última Hora, o Tempo Presente e Prisões-Modelo», Engels escreveu, em 1850, um estudo para a Nova Revista Renana, editada em Hamburgo. O trabalho foi publicado com a assinatura de Marx e Engels.

Thomas Carlyle é o único escritor inglês sobre o qual a literatura alemã exerceu uma influência directa e muito importante. Mesmo que seja só por delicadeza, um alemão não pode deixar de prestar atenção às suas obras.

Pela última obra de Guizot, vimos como desaparecem as derradeiras capacidades da burguesia⁽¹⁾. Nas duas brochuras de Carlyle, que temos na frente, assistimos ao declínio do género literário, perante as lutas históricas extremamente agudas, às quais tenta opor as suas inspirações inadequadas, imediatas, proféticas.

Thomas Carlyle tem o mérito de enfrentar, nas suas

(1) Trata-se do livro de Guizot, «Discurso Sobre a História da Revolução Inglesa» (Paris, 1850), que Marx e Engels analisaram na *Nova Revista Renana*. — (N. R.)

obras, a burguesia, numa época em que as concepções, os gostos e as ideias dessa mesma burguesia dominavam totalmente a literatura inglesa oficial. Por vezes, até o fez de maneira revolucionária, como na «História da Revolução Francesa», na apologia de Cromwell, no panfleto sobre o cartismo, em «Passado e Presente». Mas em todas essas obras, a crítica da actualidade está muito de perto ligada a uma apologia extraordinariamente pouco histórica da Idade Média, pecha, de resto, frequente nos revolucionários ingleses, por exemplo em Cobbett e numa parte dos cartistas. No passado, admira, pelo menos, as épocas clássicas de uma dada fase social. Mas o presente desespera-o e o futuro aterroriza-o. Nas passagens em que reconhece e chega até a glorificar a revolução, esta concentra-se, segundo ele, num indivíduo isolado, num Cromwell ou num Danton. É a eles que vota esse culto dos heróis, preconizado nas «Lectures on Heroes and Hero-Worship»⁽¹⁾ como o único refúgio fora de um presente saturado de desespero, como a nova religião.

O estilo de Carlyle parece-se com as suas ideias. É uma reacção directa, violenta contra o estilo *Pecksniff*⁽²⁾ dos burgueses britânicos modernos, cuja banalidade enfática, prolixidade prudente e aborrecimento confuso, sentimental e moralizante passaram dos «cockneys» instruídos, que o inventaram, para toda a literatura inglesa. Carlyle, pelo contrário, tratou a língua inglesa como se fosse um material em bruto, a modelar de novo e por completo. Deu vida a maneiras de dizer e a palavras envelhecidas; outras inventou-as, de acordo com o modelo alemão, seguindo as pisadas, especialmente, de Jean-Paul Richter. O novo estilo era, por vezes, grandiloquente e de mau gosto, mas, frequentemente, brilhante e sempre original. Também sob este aspecto, os «Latter-Day Pamphlets»⁽³⁾ assinalam um recuo singular.

De resto, é significativo que, entre toda a literatura alemã, o homem que exerceu mais influência sobre Carlyle não tenha sido Hegel, mas o farmacêutico literário Jean-Paul.

O culto do génio, que Carlyle partilha com Strauss, foi,

(1) *Os Heróis e o Culto dos Heróis*. — (N. R.)

(2) Personagem do romance de Dickens, *Martin Chuzzlewit*. Tipo do hipocrisia, o egoísmo e a cobardia. — (N. R.)

(3) «Panfletos da Última Hora». — (N. R.)

nas brochuras em questão, abandonado pelo génio. Ficou apenas o culto.

...Vê-se que o «nobre» Carlyle parte de uma concepção totalmente panteísta. Todo o processo histórico é nele determinado não pela evolução das próprias massas vivas, que depende, bem entendido, de condições determinadas; é-o sim por uma lei da natureza, eterna, invariável para todos os tempos, uma lei de que esse processo se afasta hoje e se aproxima amanhã e cujo conhecimento exacto decide de tudo. Esse conhecimento exacto da lei eterna da natureza é a verdade eterna; tudo o resto é falso. Essa concepção reduz todas as contradições autênticas entre as classes, por muito diferentes que sejam segundo as várias épocas, a uma só contradição eterna entre os que descobriam a lei eterna da natureza e agem de acordo com ela, isto é, os «sages» e os nobres, e os que deformam essa lei e agem contrariamente a ela, isto é, os cretinos e os trantes. A diferença entre as classes, que se desenvolveu historicamente, transforma-se, assim, numa diferença natural que deve ser aceite e venerada como uma parte da lei eterna da natureza, prestando homenagem aos nobres e aos «sages» dessa mesma natureza: é o culto do génio. A concepção do processo histórico reduz-se, por completo, à banal trivialidade da sapiência dos iluminados e dos maçônicos do século passado, à moral simplista da «Flauta Mágica» e a um saint-simonismo decadente e banalizado. E aqui vem ao de cima, naturalmente, a velha questão de quem deve governar: questão profusamente discutida com uma banalidade inchada de importância e resolvida, por último, no sentido de serem os nobres, os «sages» e os iniciados quem deve governar. Daí esta conclusão que, espontaneamente, se impõe: deve-se governar muito, mesmo muito; nunca se governará demais, porque o governo é a revelação e a afirmação constante da lei da natureza perante a massa. Mas como descobrir os nobres e os «sages»? Não é um milagre que os revela; é necessário procurá-los. E agora que deparamos com as históricas diferenças de classe transformadas em diferenças meramente naturais. O nobre é nobre porque é sapiente, porque é um iniciado. Portanto, é preciso procurá-lo dentro das classes que detêm o monopólio da instrução, ou seja, entre as classes privilegiadas. E serão essas mesmas classes que terão de o encontrar no seu seio, que terão de se pronunciar sobre as suas pretensões ao título de nobre e de «sage». As classes privilegiadas tornam-se, assim, do pé para a mão, se não logo directamente em nobres e «sages», pelo menos, em

classes «articuladas»; enquanto que as classes oprimidas são, naturalmente, classes «mudas e inarticuladas». O domínio de classe acha-se, assim, de novo consagrado. Toda essa indignação barulhenta se transforma num reconhecimento levemente velado do domínio de classe existente. Se se afligem e protestam surdamente, é porque os burgueses não dão aos seus génios desconhecidos um lugar de chefia na sociedade e, por razões extremamente práticas, não prestam a menor atenção aos propósitos insensatos e quiméricos desses senhores. De resto, Carlyle encarrega-se, neste caso como noutros, de nos dar um exemplo flagrante de como os falatórios pomposos se transformam no seu contrário, como o nobre, o iniciado e o «sage» se transformam, na prática, num homem grosseiro, num ignorante e num louco.

...A nova era, em que domina o génio, distingue-se, assim, da era antiga principalmente pelo facto de o chicote se ter por genial. O génio de Carlyle distingue-se de um cerbero de prisão ou de um inspector dos pobres qualquer pela indignação virtuosa e a consciência moral que o impelem a maltratar os pobres unicamente para os elevar ao seu nível. Vemos aqui como, na sua cólera libertadora, este génio altamente protestatário justifica e amplia fantásticamente as infâmias do burguês. A burguesia inglesa considerou os pobres como criminosos para desencorajar o pauperismo e, em 1834, publicou contra eles uma lei. Carlyle, por seu lado, acusa os pobres de alta traição, porque o pauperismo produz o pauperismo. Da mesma maneira que, anteriormente, a burguesia industrial — classe de que a história tinha feito uma classe dominante — participava do génio pela única razão de ser a classe dominante, assim, agora, cada classe oprimida é tanto mais excluída do génio, tanto mais objecto da cólera fulminante do nosso reformador ignorado, quanto mais oprimida se encontra. Isto quando se trata dos pobres. Mas quando chega a vez de indivíduos declaradamente infames e ignóbeis, isto é, de «vigaristas» e de criminosos, a sua nobre cólera moral atinge o ponto culminante. E destes últimos que trata a brochura dedicada às prisões-modelo.

Esta brochura apenas se distingue da primeira por uma indignação ainda mais furiosa, facilitada, aliás, pelo facto de atacar aqueles que a sociedade em vigor rejeita oficialmente, por se dirigir contra pessoas mantidas atrás das grades. Essa indignação e furor não respeitam sequer um débil pudor que arvoram os burgueses vulgares, por uma questão de boas maneiras. Enquanto no seu primeiro pan-

fleto, Carlyle estabelece uma hierarquia completa dos nobres e se põe à procura do mais nobre entre os nobres, no segundo elabora, tão completa como a primeira, a hierarquia dos tratantes e dos infâmes e esforça-se por deitar a mão ao pior entre todos os maus, ao maior criminoso da Inglaterra, para ter a volúpia de o enforçar. Suponhamos que consegue deitar-lhe a mão e enforcá-lo. Neste caso, um outro herdaria o rótulo de mau dos maus e teria, por sua vez, de ser enforcado. No título sucederia outro e mais outro até se chegar aos nobres e aos mais nobres de todos os nobres até que, depois de tudo enforcado, só restaria Carlyle, o único entre os nobres que, ao perseguir os criminosos se tornou o assassino dos nobres e matou também nos criminosos o que eles tinham de nobre. Carlyle seria, então, o mais nobre dos nobres que, de um instante para o outro, se transforma no mais infame dos criminosos e, nessa qualidade terá de enforçar-se a si próprio. Deste modo, ficariam resolvidas todas as questões relativas ao governo, ao Estado, à organização do trabalho, à hierarquia dos nobres e a lei eterna da natureza ver-se-ia, enfim, concretizada.

Marx e Engels: «*Thomas Carlyle: Panfletos da Última Hora. N.º 1: O Tempo Presente. N.º 2: Prições-Modelo*». Londres, 1850.

Mehring: «*A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle*», t. III, pp. 414-426, Stuttgart, 1913.

6. As lamúrias do socialismo feudal

Pela sua posição histórica, as aristocracias francesa e inglesa viram-se obrigadas a escrever panfletos contra a sociedade burguesa moderna. Durante a revolução francesa de Julho de 1830 e no movimento inglês para a reforma (1), os aristocratas sucumbiram, mais uma vez, aos golpes do arrivista detestado. Deixou de existir para eles a possibilidade de uma luta política séria. Restava-lhes apenas a luta literária. Ora, mesmo no campo literário, já não era possível ressuscitar a velha fraseologia da Restauração. Para criar simpatias, era necessário que a aristocracia finísse perder de vista os próprios interesses e lavrasse o

(1) Movimento democrático que se desenvolveu a partir de 1832 e teve os seus prolongamentos no cartismo. — (N. R.)

auto de acusação contra a burguesia no único interesse da classe operária explorada. Agindo desta maneira, obtinha a satisfação de satirizar o seu novo dono e ousava trauteá-lhe ao ouvido algumas profecias de muito mau augúrio.

Assim, nasceu o socialismo feudal, mistura de lamúrias e de pasquins, de reminiscências do passado e de ameaças para o futuro. Embora, por vezes, a sua crítica amarga, cáustica e espirituosa atingisse a burguesia em chelo, a sua impotência absoluta para compreender o caminhar da história moderna cobriu-a constantemente de ridículo.

A fingir de bandeira, esses senhores hasteavam a sacola do mendigo, para juntarem atrás deles o povo. Mas, logo que o povo lhes seguia no encalço, via-lhes no cu os velhos brasões feudais e dispersava com grandes gargalhadas irreverentes.

Uma parte dos legitimistas franceses e a «Jovem Inglaterra» foram quem melhor ofereceu ao mundo este espectáculo.

Marx e Engels: «*Manifesto do Partido Comunista*», Oeuvres, t. VI, pp. 546-547, Mega.

Manifesto do Partido Comunista, pp. 50-51, Editions Sociales, 1954.

7. O regresso à natureza

Num artigo publicado pela Nova Revista Renana (1850), Marx e Engels criticam o romantismo pequeno-burguês de Daumer que, na obra intitulada *A Religião dos Novos Tempos*, se insurge contra a religião tradicional e propõe o regresso à natureza e o culto da mulher. De resto, este adversário do Cristianismo viria a transformar-se num clerical militante.

«Seria de todo necessário — alertam Marx e Engels, no artigo da Nova Revista Renana — que a indolente economia rural da Baviera e esse solo, que tanto faz crescer os párocos da aldeia como os Daumer, fossem removidos de alto a baixo pela nova agricultura e pelas máquinas modernas!»

Vemos, neste caso, como a profunda ignorância do fundador especulativo da religião se transforma num tipo de cobardia muito acentuada. O Sr. Daumer, perante a tragédia da história que o ameaça e apressa, evade-se para uma suposta natureza, isto é, para o estúpido idílio rural, e prega o culto da mulher para esconder a própria resignação mulheril.

Marx e Engels: «Daumer: A Religião dos Novos Tempos. Mehring: «A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle», t. III, p. 403, Stuttgart, 1913.

8. A impotência literária da pequena burguesia

A «civilização», cuja ruína provoca as lamúrias do Sr. Daumer, é a civilização do tempo em que Nuremberga florescia como cidade livre, em que a indústria de Nuremberga — esse género híbrido entre a arte e o ofício — representava um papel considerável. É a civilização da pequena burguesia alemã que desaparece ao mesmo tempo que essa pequena burguesia. Enquanto a queda das classes do passado, por exemplo, a cavalaria, deu matéria para obras grandiosas de arte trágica, a pequena burguesia, por seu lado, não pode, naturalmente, aspirar a mais do que manifestações impotentes da sua malevolência fanática, a compilações de sentenças e de aforismos à Sancho Pança. O Sr. Daumer é a continuação, seca e desprovida de humor, de Hans Sachs. A filosofia alemã torcendo as mãos e lamentando-se à cabeceira do pai que a alimentou — o pequeno-burguês alemão — aqui temos o quadro comovente que nos mostra a religião dos novos tempos.

Engels: «Daumer: A Religião dos Novos Tempos. Mehring: «A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle», t. III, p. 404, Stuttgart, 1913.

9. Contra os germanófilos

Os revolucionários italianos de 1848 invocavam, a propósito das suas lutas contra a Austria, as «guerras de libertação» dos alemães contra Napoleão, em 1813-1815. Engels, num artigo pu-

blicado pela Deutsche Brüsseler Zeitung («Uma palavra ao La Riforma», de 24 de Fevereiro de 1848), lembra ao jornal italiano La Riforma que não se pode comparar a luta emancipadora da Itália contra a Austria às guerras reacionárias que conduziram aos «infames tratados de 1815». Essas guerras, que Engels acusou no The Northern Star (25 de Outubro de 1845), não fizeram outra coisa senão reforçar, na Alemanha, a ideologia dos «germanófilos» e exasperar o nacionalismo dos poetas «patriotas» (Körner, Arndt, Schenkendorf, Eichendorff, etc.) e das associações de estudantes (Burschenschaften).

São precisamente também esses jornais, são precisamente também esses raivosos devoradores dos franceses de 1813 que lançam agora contra os italianos os mesmos gritos que lançavam dantes contra os franceses, que cantam louvores à Austria, à Austria cristã e germânica, e pregam a cruzada contra a perfídia velche e a frivolidade velche — porque os italianos são velches como os franceses.

Os italianos querem saber que simpatia podem encontrar entre esses homens grosseiros, de linguagem desbragada, que ideia esses fanáticos de cabelos ruivos fazem da nação italiana? Basta-nos citar a bem conhecida canção de A. A. L. Follen:

«Cantem, que importa, as maravilhas do país,
Onde se ouvem acordes do bandolim e da guitarra,
Onde a laranja dourada brilha por entre a folhagem
[sombria.

Eu, por mim, canto a ameixa alemã de púrpura
E a maçã de Borstorf na árvore cheia de folhas.» (1)

E este furor poético de um homem que, vendo bem, é quase sempre sóbrio, não pára de fugir à razão. A seguir

(1) «Mag Alles Wunder von dem Lande singen
Wo Mandoline und Gitarre klingen,
Im dunkeln Laub die Goldorange glüht;
Ich lobe mir die deutsche Purpurpfau,
Und Borstoffs Apfel am belaubten Baume.»

deparam-se-nos as mais cómicas evocações de bandidos, punhais, montanhas a cuspir fogo, a perfídia *velche*, a infidelidade das mulheres italianas, os percevejos, escorpiões, o veneno, serpentes, assassinatos e tudo o mais que este virtuoso amigo das ameixas vê pupular às dúzias em todos os caminhos da Itália. Por último, este burguês exaltado agradece a Deus por se encontrar no país do amor e da amizade, das cenas de pancada com os bancos da cozinha, das filhas de pastor fiéis e de olhos azuis, na terra da lealdade e da íntima doçura, numa palavra, no país da fidelidade alemã. Vejam de que invenções e preconceitos são capazes os heróis de 1813 em relação à Itália, país que, naturalmente, nunca viram.

Engels: «Uma palavra ao La Riforma». Oeuvres, t. VI, p. 416, Mega.

10. O romantismo reaccionário

Na história do homem acontece o mesmo que na paleontologia. Coisas que passam diante dos olhos não são, por princípio, notadas, mesmo pelos espíritos mais eminentes e isso por causa de *a certain judicial blindness* (1). Mais tarde, quando a oportunidade chegar, ficaremos surpreendidos por não termos visto antes o que agora surge por todo o lado. A primeira reacção contra a Revolução Francesa e a obra de emancipação a ela ligada foi, naturalmente, a de ver tudo de modo medieval, romântico e até homens como Grimm não escaparam a essa pecha. A segunda reacção consiste — o que corresponde à orientação socialista, embora esses homens de ciência não suspeitem sequer que caminho seguem — em olhar para trás da Idade Média, em direcção às épocas primitivas de cada povo. Ficam, então, muito surpreendidos por encontrar o mais recente no mais antigo e até *egalitarians to a degree* (2) que faria tremer Proudhon.

Marx: *Carta a Engels, de 25 de Março de 1868. «Correspondência entre Marx e Engels», t. IV, p. 33, Mega.*

(1) Uma certa cegueira devida a preconceitos. — (N. R.)
(2) Homens iguais numa escala... — (N. R.)

11. Chateaubriand, escritor

Marx e Engels viam no romantismo reaccionário, que exaltava o passado por ódio ao presente, a expressão dos interesses de classe da nobreza, abatida e desapossada pela Revolução Francesa de 1789. Chateaubriand é o representante mais qualificado desse romantismo reaccionário, ilustrado pela sua vida e pela sua obra.

I

Nas horas vagas, vou aprendendo o espanhol. Comecei por Calderon. Do seu *Mágico Prodigioso* — o Fausto católico — Goethe utilizou não só algumas passagens, mas a disposição de cenas inteiras, para o *Fausto*. Li a seguir — *horribile dictu* — em espanhol, o que me teria sido impossível em francês, *Atala* e *René* de Chateaubriand e alguns extractos de Bernardin de Saint-Pierre.

Marx: *Carta a Engels, de 3 de Maio de 1854. «Correspondência entre Marx e Engels», t. II, p. 28, Mega.*

II

Li o livro de Sainte-Beuve sobre Chateaubriand, um escritor por quem sempre senti repulsa. Se o homem se tornou tão célebre na França é porque, sob todos os pontos de vista, representa a incarnação mais clássica da *vaidade* (1) francesa e, ainda, por ter revestido essa *vaidade* (1) não com o traje ligeiro e frívolo do século XVIII, mas com uma capa romântica com que a fez exhibir-se nos torneados da frase fabricados de novo. Encontramos nele a falsa profundidade, um exagero bizantino, uma «coquetterie» sentimental, umas cócegas multicolores, *word painting* (2), o tea-

(1) Em francês no original. — (N. R.)
(2) Uma pintura verbal. — (N. R.)

tral, o sublime (1), em suma, uma mixórdia de mentiras como nunca existiu, nem na forma nem no conteúdo.

Marx: *Carta a Engels, de 30 de Novembro de 1873. «Correspondência entre Marx e Engels», t. IV, p. 409, Mega.*

12. Chateaubriand, diplomata e historiador

Ao estudar a cloaca espanhola, dei comigo diante das manobras do mui digno Chateaubriand, esse fabricante de bela literatura, que alia do modo mais repugnante o cepticismo elegante e o voltairismo do século XVIII ao elegante sentimentalismo e ao romantismo do século XIX. Esta aliança não podia deixar de estar em moda na França, do ponto de vista do estilo, embora mesmo nesse plano, a falsidade salte frequentemente aos olhos, não obstante o emprego de todos os artifícios. Quanto ao lado político, o sujeito mostrou tudo o que vale no seu *Congresso de Verona* (2) e a questão é saber se recebeu a pronto o «metal sonante» de Alexandre Pavlovitch (3), ou se se deixou comprar por simples *lisonjas* (4) a que esse vaidoso fútil era mais sensível do que ninguém. *At all instances* (4), recebeu de São Petersburgo a ordem de Santo André. A *vanitas* do Senhor «Visconde» (?) rebenta-lhe por todos os poros, embora, por «coquetterie», seja umas vezes mefistofélico, outras cristão em face da *vanitas vanitatum* (5). Como sabes, na altura do congresso, Villèle era primeiro-ministro de Luís XVIII e Chateaubriand o embaixador francês em Verona. No seu *Congresso de Verona* — que talvez já tenhas lido — divulga as actas, os debates, etc. O livro começa por uma curta história da revolução espanhola de 1820 a 1823.

Para caracterizar essa «história», basta dizer que o autor põe Madrid nas margens do Tejo (apenas para recordar o aforismo espanhol de que esse rio *cria oro*) (1) e conta que Riego foi, à frente de 10 000 homens (na realidade, 5000) ao encontro do general Freyre, que comandava 13 000 homens; que Riego foi derrotado e retirou com 15 000 homens. O autor fá-lo bater em retirada para a Sierra Morena em vez da Sierra de Ronda, a fim de poder compará-lo ao herói da Mancha. Destaco isto, de *passagem* (2), para caracterizar o estilo. Quanto às datas, quase nenhuma é exacta.

...E o mais divertido é que este fraseador do *Deus de São Luís* (3), que deve guardar o trono da Espanha para um *neto de Henrique IV*, escreve de maneira muito insolente (3) ao general Guilleminot que «não se importe» ou não tenha receio de, ao bombardear Cádiz, uma bala poder atingir Fernando VII, etc.

Em todo o caso, a este *amigo íntimo* (3) dos grandes Carrel, Lamennais, Béranger, etc., sobra a honra de ter engendrado durante dez anos, na Espanha — com o amigo Alexandre —, a maior patifaria que já se viu e, ainda por cima, correndo o risco de fazer ir pelos ares os seus Bourbons.

Outro traço deste peregrino do Santo Sepulcro: ele próprio narra, no «Congresso de Verona», que obrigou Luís XVIII e Villèle a aceitarem Polignac para o cargo de embaixador em Londres, nomeação que nem o rei nem o ministro desejavam. Mais tarde, quando reinava Carlos X, e ele próprio era embaixador em Roma, apresenta bruscamente e com grande estrondo a sua demissão, logo que Polignac se torna ministro, porque, segundo afirma, a «liberdade» estava doravante perdida.

Se voltares a ler o livro não é provável que diminua o teu desprezo pelos *sapos* (3) e pelos seus *grandes homens* (3).

Marx: *Carta a Engels, de 26 de Outubro de 1854. «Correspondência entre Marx e Engels», t. II, pp. 58-62, Mega.*

(1) Em francês, no original. — (N. R.)

(2) Nesta obra (1838), Chateaubriand narra o Congresso de Verona, último congresso da Santa Aliança, consagrado à luta contra o movimento revolucionário na Espanha. Chateaubriand era o representante da França. — (N. R.)

(3) O czar Alexandre I. — (N. R.)

(4) Em todo o caso. — (N. R.)

(5) Vaidade das vaidades. — (N. R.)

(1) Em espanhol no texto. — (N. R.)

(2) Em francês no original. — (N. R.)

(3) Em francês no original. — (N. R.)

13. *Lamartine, homem político*

No Governo Provisório, Lamartine, à primeira vista, não representava, em suma, um interesse autêntico, uma classe determinada. O poeta era a própria revolução de Fevereiro, a insurreição geral com as suas ilusões, a sua poesia, o seu conteúdo imaginário e as suas frases. Mas, no fundo, o porta-voz da revolução de Fevereiro, tanto pela posição como pelas opiniões, pertencia à burguesia.

Marx: «*As Lutas de Classes na França, 1848-1850*», p. 44, Editions Sociales, 1948.

14. *A escola histórico-romântica na Alemanha*

O romantismo feudal, na sua polémica com a burguesia liberal, servia-se, por vezes, de argumentos que pareciam mais «materialistas» que os utilizados pelos liberais. Lavergne-Peguilhen, no livro intitulado «*As Leis do Movimento e da Produção*» (1838), escrevia que «a forma da economia representava a base da organização da sociedade e do Estado». O que Lavergne-Peguilhen e, com ele, toda a escola romântica — Haller, Adam Müller, Marwits, etc. — pretendiam demonstrar era que, sendo a forma feudal a forma verdadeira e natural da economia, era necessário que o regime político lhe correspondesse. Seria, portanto, necessário regressar ao Estado feudal dos séculos XIII e XIV!

Na carta a Mehring, datada de 28 de Setembro de 1892, Engels salienta que o materialismo histórico de Marx nada tem de comum com o pseudo-materialismo da escola histórico-romântica, que esconde, debaixo da fraseologia com pretensões científicas, concepções espiritualistas e retrógradas.

Marx, durante a sua permanência em Bona e em Berlim, ficou a conhecer Adam Müller e a *Restauração* do Senhor de Haller. Falava com certo desprezo dessas requentadas, enfáticas e adiposas contrafações dos românticos franceses Joseph de Maistre e Bonald.

Engels: *Carta a Mehring, de 28 de Setembro de 1892*, Die Lessing Legende, p. 440, Stuttgart, 1893.

15. *Ricardo Wagner e os tempos antigos*

Marx e Engels criticaram severamente Ricardo Wagner, «o músico imperial de Bismarck», que acusam de, com fins de apologetica nacionalista, ter falsificado a realidade. Engels chama a Eugénio Dühring um «Ricardo Wagner filosófico» — tão vaidoso um como o outro.

Numa carta escrita no início de 1882, Marx mostrava-se indignado com o texto dos *Nibelungos* de Wagner, que falsificava por completo os tempos primitivos. «Alguma vez se ouviu dizer que o irmão beijasse a irmã como se fosse uma esposa?» (1). A esses «deuses da luxúria» de Wagner, muito modernizados, que, com uma dose de incesto, dão mais picante às intrigas amorosas, Marx responde: «Nos tempos primitivos, a irmã era a mulher e isso era moral.»

Engels: «*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*», p. 39, Dietz Verlag, Berlim, 1951. P. 40, Editions sociales, 1954.

16. *Ricardo Wagner e a música do futuro*

A questão do Oriente (que terminará pela revolução na Rússia, seja qual for o resultado da guerra com a Turquia)

(1) Palavras de Sigmund, nos *Nibelungos*. — (N. R.)

e a avaliação pormenorizada das forças de combate da social-democracia deveriam bastar para convencer o filisteu alemão culto de que há coisas mais importantes neste mundo do que Ricardo Wagner e a sua música do futuro.

Marx: *Carta ao professor Freund, de 21 de Janeiro de 1877. (Texto fornecido pelo Instituto Marx-Engels-Lenine).*

CAPITULO VII

EM PROL DO REALISMO

1. *Nada de coturnos nos pés nem de auréolas na cabeça!*

Seria do maior interesse que os homens que chefiaram o partido do movimento, tanto antes da revolução, nas sociedades secretas ou na imprensa, como depois dela, nos cargos oficiais, acabassem por surgir diante de nós, com as fortes cores de Rembrandt, e, portanto, em toda a sua autenticidade. As descrições feitas até agora nunca nos apresentam essas personagens pelo lado verídico. Mostram-nas com o aspecto oficial, calçadas de coturnos e de cabeça aureolada. Toda a autenticidade da representação desaparece desses retratos rafaelescos e divinizados.

As duas obras que temos diante de nós ⁽¹⁾ rejeitam, é verdade, os coturnos e a auréola, com que, até aqui, os «grandes homens» da revolução costumavam vir paramentados. Esses livros introduzem-nos na vida privada das referidas personagens, mostram-nas em camisa, entre os subalternos, muito diferentes uns dos outros. No entanto, essas obras nem por isso deixam de estar muito longe de

(1) A. Chenu: *Os Conspiradores*, Paris, 1850; Lucien de la Hodde: *O Nascimento da República, em Fevereiro de 1848*, Paris, 1850. Os autores destes livros tinham sido agentes da polícia secreta de Luís Filipe. — (N. R.).

uma apresentação realista e fiel dos homens e dos acontecimentos.

Marx e Engels: *Artigo da Nova Revista Renana*, 1850.
 Mehring: «*A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle*», t. III, pp. 426-427, Stuttgart, 1913.

2. Shakespeare e a literatura alemã

Esse biltre do Roderich Benedix publicou um livro espesso e mal cheiroso contra a «shakespearomania», onde demonstra com enorme quantidade de pormenores que Shakespeare não pode ser comparado aos nossos grandes poetas, nem até aos poetas modernos. Parece que vai ser necessário desapear Shakespeare do seu pedestal para lá pôr o gordo traseiro da R. Benedix. Contudo, no primeiro acto das *Merry Wives* ⁽¹⁾ há mais vida e realidade que em toda a literatura alemã. Laúncio, por si só, com o cão Crab, vale mais que todas as comédias alemãs juntas. Mas o lorpa do Benedix perde-se em raciocínios, tão convictos como fúteis, sobre a facilidade apressada com que Shakespeare resolve, frequentemente, as *cenais finais* e abrevia, desse modo, um falatório aborrecido — embora, realmente, indispensável. *Hebeat sibi*.

Engels: *Carta a Marx, de 10 de Dezembro de 1873*, «*Correspondência entre Marx e Engels*», t. IV, p. 413, Mega.

3. Os realistas ingleses

A brilhante escola moderna dos romancistas ingleses, cujas páginas demonstrativas e eloquentes revelaram ao mundo mais verdades que todos os políticos profissionais, publicistas e moralistas juntos, descreveu todas as camadas da classe média, desde o pequeno capitalista «altamente respeitável» e o possuidor de acções do Estado, que con-

sidera desprezível qualquer outro género de negócio, até ao pequeno lojista e ao escriturário de advogado. Como é que Dickens e Thackeray, Miss Brontë e Mistress Gaskell os pintaram? Cheios de vaidade, de afectação, tirania mesquinha e ignorância. E o mundo civilizado confirmou-lhes a sentença com um epigrama de reprovação aplicado a essa classe: «servil diante dos superiores e tirânica para os inferiores».

Marx: «*A Classe Média Inglesa*», New York Tribune, de 1 de Agosto de 1854. (Texto fornecido pelo Instituto Marx-Engels-Lenine).

4. «*Franz von Sickingen*» e a realidade histórica

Em 1859, Ferdinand Lassalle publica a tragédia histórica «*Franz von Sickingen*», que envia a Marx, em 6 de Março do mesmo ano, acompanhada de uma nota «sobre a ideia trágica» ⁽¹⁾. Engels recebe também um exemplar da obra, em 21 de Março de 1859.

Lassalle escolheu para assunto da peça a sublevação da cavalaria contra os príncipes, no Outono de 1522 — dois anos antes da guerra dos camponeses (1524-1525). Esse movimento da pequena nobreza arruinada — reaccionária nos seus objectivos de classe, pois os cavaleiros pretendiam ressuscitar o passado — só poderia vencer os príncipes se estivesse apoiada na burguesia ascendente e nos camponeses. Mas isso era impossível porque os cavaleiros escolheram a luta precisamente para conservarem os seus privilégios. A coligação dos príncipes esmagou-os. Sickingen foi ferido de morte e o outro chefe rebelde, Ulrich von Hutten, fugiu para a Suíça e lá morreu.

(1) «As Alegres Comadres de Windsor». — (N. R.)

(1) Ver, no presente volume, o Anexo III. — (N. R.)

«Com a derrota e a morte dos dois chefes, estava destruída a força da nobreza como classe independente dos príncipes. A partir dessa época, a nobreza passou a agir apenas ao serviço dos príncipes e subordinada à direcção deles. A guerra dos camponeses, que estalou logo a seguir, obrigou-a ainda mais a entregar-se directamente à protecção dos príncipes e mostrou, ao mesmo tempo, que a nobreza alemã preferia continuar a explorar os camponeses, dominada pelos príncipes, a derrubar príncipes e padres, através de uma aliança declarada com os camponeses emancipados.» (1).

Parece estranho que Lassalle tenha escolhido dois chefes da cavalaria em declínio, e não os heróis plebeus da guerra dos camponeses, para escrever «a tragédia da Revolução». Por outro lado, Lassalle, contrariamente à realidade histórica, transforma Sickingen e Hutten em paladinos da burguesia ascendente, em campeões da unidade política da Alemanha e da luta contra o Papado. Marx e Engels, sem terem previamente definido pontos de vista comuns sobre o assunto, exprimem, nas respectivas cartas de 19 de Abril e 18 de Maio de 1859, uma opinião idêntica quanto à peça de Lassalle.

I

Passo a tratar agora do teu «Franz von Sickingen». Primeiramente (2), devo elogiar a composição e a acção, o que não se pode fazer em relação a nenhum outro drama ale-

(1) Engels: «A Guerra dos Camponeses», *A Revolução Democrático-Burguesa na Alemanha*, pp. 70-71. Editions Sociales, 1952. Engels escreveu esta obra em Londres, no ano de 1850. — (N. R.)

(2) *D'abord*. Em francês no original. — (N. R.)

mão contemporâneo. *In the second instance* (1), e fora de qualquer atitude crítica, a peça comoveu-me intensamente à primeira leitura, e a impressão que provocará nos leitores em que os sentimentos dominam, será ainda mais forte. Este segundo ponto nada deve ao primeiro em importância. E, agora, *the other side of the medal* (2). Em primeiro lugar, e apenas no plano formal, desde que escreveste em verso, poderias ter dado aos teus lambos uma forma um pouco mais artística. Mas, no fim de contas, por muito chocados que possam ficar os *poetas profissionais* com a tua negligência, considero-a, vendo bem, como uma vantagem, porque os nossos epígonos poéticos nada conservaram além de uma forma cuidada. Em segundo lugar, o conflito, como o concebeste, não é só trágico, é o mesmo conflito trágico que precisamente levou à ruína o partido revolucionário de 1848-1849. Portanto, não posso deixar de concordar inteiramente contigo quando pretendes fazer desse conflito o ponto central de uma tragédia moderna. Pergunto a mim mesmo é se o teu tema foi bem escolhido para traduzir esse conflito. Baltasar pode, sem dúvida, acreditar que, se Sickingen, em vez de dissimular a sua revolta com a máscara de uma querela entre cavaleiros, tivesse levantado o pendão da guerra declarada contra o imperador e os príncipes, teria saído vencedor. Poderemos perfi-lhar esta ilusão? Sickingen (e, com ele, mais ou menos, Hutten) não sucumbiu devido ao seu ardil. Sucumbiu porque se revoltou contra a realidade, ou antes, contra a nova forma da realidade, na qualidade de cavaleiro e representante de uma classe decadente. Se tirarmos a Sickingen o que é próprio do indivíduo — disposições naturais, educação pessoal, etc. — teremos Goetz von Berlichingen. Nesta personagem — indivíduo digno de lástima — a oposição trágica entre a cavalaria por um lado, o imperador e os príncipes por outro, exprime-se na forma adequada e foi por isso que Goethe teve razão em escolhê-lo para herói. Na medida em que Sickingen — e, em parte, o próprio Hutten, embora em relação a ele, como em relação a todos os ideólogos de uma classe, semelhantes juízos devam ser sensivelmente modificados — combate os príncipes (porque se se levanta contra o imperador é apenas devido ao imperador dos cavaleiros se ter transformado em imperador

(1) Em segundo lugar. Em inglês no original. — (N. R.)

(2) O reverso da medalha. Em inglês no original. — (N. R.)

dos príncipes) nessa medida, dizíamos, não passa, de facto, de um Dom Quixote, se bem que historicamente justificado. O ter começado a sua revolta como uma querela entre cavaleiros só prova que a iniciou *na qualidade de cavaleiro*. Para a principiar doutra maneira, teria de apelar, directamente e logo de início, para as cidades e os camponeses, ou seja, precisamente para as classes cujo desenvolvimento significa a negação da cavalaria.

Portanto, se não quisesse reduzir o teu conflito ao de *Goetz von Berlichingen* — e isso não estava nos teus planos — Sickingen e Hutten deveriam ser derrotados porque, na sua imaginação, eram revolucionários (o que não se pode dizer de Goetz) e, tal como a nobreza instruída da Polónia de 1830, por um lado, eram os instrumentos das ideias modernas e, por outro, representavam, de facto, o interesse de uma classe reacçãoária. Nestas condições, os representantes *nobres* da revolução — cujas palavras de ordem de unidade e liberdade tapavam ainda o sonho do antigo Império e do direito do mais forte — não deveriam absorver toda a atenção, ao ponto em que isso sucede no teu caso. Os representantes do campesinato (sobretudo estes) e elementos revolucionários das cidades deveriam constituir um segundo plano activo e muito importante. Assim, poderias exprimir, e num grau muito maior, precisamente, as ideias mais modernas na sua forma mais pura, enquanto que, ao procederes como procedeste, tirando a liberdade *religiosa*, é a *unidade* política que permanece, de facto, como a ideia principal do teu drama. Muito naturalmente, no caso que aponto, deverias *shakespearizar* mais a tua peça. Não sendo assim, considero como o teu maior erro a *schillerização* — a transformação dos indivíduos em simples porta-vozes do espírito da época. Em certa medida, não caíste tu também, como o teu Franz von Sickingen, no erro diplomático de dar mais importância à oposição entre Lutero e os cavaleiros do que à oposição entre plebeus e Munzer?

Lamento, além disso, a ausência de traços característicos na maneira de ser das personagens, com excepção dos teus Carlos V, Baltasar e Ricardo de Trêves. Vendo bem, alguma vez existiu uma época tão rica em caracteres tão fortemente marcados pelo século XVI? Hutten representa, a meu ver, de maneira demasiado exclusiva o «entusiasmo», o que é fastidioso. Não foi ele, ao mesmo tempo, um homem cheio de sal, um verdadeiro demónio do espírito e, por conseguinte, não foste tu muito injusto com ele?

A que ponto o teu Sickingen, ele próprio, de resto, repre-

sentado de uma maneira abstracta de mais, é vítima de um conflito alheio a todos os seus cálculos pessoais ressaltando da forma como é obrigado a pregar aos seus cavaleiros a amizade com as cidades, etc., e, por outro lado, do prazer que experimenta ao exercer, ele próprio, o direito do mais forte relativamente às cidades.

Quanto ao pormenor, tenho a censurar-te o facto de pores, várias vezes, as tuas personagens a reflectir exageradamente sobre si próprias, o que resulta da tua predilecção por Schiller. Por exemplo, na página 121, quando Hutten conta a Maria a história da sua vida, teria sido perfeitamente natural por Maria a dizer:

Toda a gama das sensações

etc., até

E ela é mais pesada que o peso dos anos.

Os versos que antecedem, «Diz-se» até «envelheceu», poderiam, então, seguir-se, mas a observação «Basta uma noite à rapariga para se tornar mulher» é completamente inútil, embora mostre que Maria conhecia o amor não apenas como noção abstracta. Por outro lado, é absolutamente inadmissível que Maria comece por reflectir acerca do seu «envelhecimento». Depois de ter dito tudo sobre essa hora «única», poderia, então, resumir o seu estado de espírito pela reflexão acerca do envelhecimento. Mais adiante, nas linhas seguintes, chocam-me as palavras «considero-a como um *direito*» (a felicidade). Para quê tirar a Maria a concepção ingénua do mundo, que ela afirma ter tido até essa altura, e transformá-la em doutrina de direito? Talvez, noutra oportunidade, te venha a expor a minha opinião de modo mais pormenorizado.

Acho, especialmente, bem conseguida a cena entre Sickingen e Carlos V, embora o diálogo de um lado e doutro se transforme demasiado em arenga de defesa. Acho também boas as cenas em Trêves. As máximas de Hutten acerca da espada são muito belas.

E basta por esta vez.

Ganhaste para o teu drama uma adepta decidida na pessoa de minha mulher. Só com Maria é que não ficou satisfeita.

Marx: *Carta a Lassalle, de 19 de Abril de 1859. Ferdinand Lassalle: Cartas e Textos Vários, t. III, p. 183, Gustav Mayer, Stuttgart, 1922.*

II

Deve ter ficado um pouco surpreendido com o meu silêncio prolongado, tanto mais que lhe sou devedor da minha apreciação sobre o seu *Sickingen*. Mas foi isso precisamente que, durante tanto tempo, me impediu de lhe escrever. Na pobreza, hoje geral, da literatura, raramente tenho ocasião de ler uma obra desse género e, há anos, que não me acontecia ler de modo a emitir um juízo aprofundado, uma opinião precisa e determinada. Os borrões que por aí aparecem não valem esse cuidado. Mesmo os melhores romances ingleses que, de vez em quando, ainda leio, por exemplo os de Thackeray, nunca puderam despertar-me a esse ponto o interesse, apesar do seu incontestável significado cultural e histórico e da sua importância literária. A minha capacidade crítica embotou-se muito, em consequência dessa inacção prolongada, e preciso de tempo para poder manifestar uma opinião. O seu *Sickingen* merece, *no entanto*, ser abordado de maneira diferente da de toda essa confecção literária e foi por isso que não me apressei. A primeira e a segunda leitura do seu drama — nacional alemão de todos os pontos de vista, dado o assunto e a maneira de o tratar — emocionaram-me de tal forma que tive de o pôr de lado por algum tempo. Nas más condições em que me encontro, o meu gosto enfraquecido (devo reconhecê-lo para minha vergonha) reduziu-me a um estado em que mesmo as coisas de pouco valor me fazem à primeira leitura uma certa impressão. Para conseguir chegar a um juízo imparcial, autenticamente crítico, pus, por conseguinte, o *Sickingen* de lado ou, para ser mais exacto, emprestei-o a alguns amigos (encontram-se ainda por aqui alguns alemães com uma cultura literária considerável). *Habent sua fata libelli* (1): quando os emprestamos, raramente os voltamos a ver e só pela força conseguimos reaver o meu exemplar do *Sickingen*. Posso garantir-lhe que, à terceira e quarta leitura, o seu drama me causou a mesma impressão e, convicto como estou de que pode suportar a crítica, aí vai a minha opinião.

Sei que não será para si um grande cumprimento dizer-lhe que nenhum poeta oficial da Alemanha contemporânea

poderia, mesmo de longe, escrever um drama semelhante. No entanto, trata-se de um facto que, por caracterizar tão bem a nossa literatura, não deve ficar em silêncio. Abordando desde já o lado formal, fiquei muito agradavelmente surpreendido pela habilidade com que se desenrola a intriga e pelo carácter dramático da acção que percorre o livro de uma ponta à outra. No que respeita à versificação, você permitiu-se, na verdade, algumas liberdades, mas chocam mais quando lidas do que no palco. Gostaria de ter lido a peça pronta para o teatro, porque da maneira como vem no livro, provavelmente, não poderá ser representada. Recebi a visita de um jovem poeta alemão (Karl Siebel) (1), um compatriota e parente afastado, que tem trabalhado bastante para o teatro. Talvez vá para Berlim, como reservista da guarda prussiana e, nesse caso, pode ser que me permita mandá-lo ter consigo. Admira muito o seu drama, mas considera-o completamente irrepresentável, devido à extensão dos monólogos, que obrigariam os restantes actores, para não ficarem no palco como simples figurantes, a esgotarem os seus processos mímicos, voltando a eles duas e três vezes. Os dois últimos actos provam à saciedade que vos é fácil tornar o diálogo vivo e animado. Como a mesma coisa pode ser feita, segundo me parece, para os três primeiros actos, com excepção de algumas cenas (o que acontece em todos os dramas), estou convencido de que tomará isso em consideração ao adaptar a peça para o palco. Claro, o conteúdo ideológico vai ressentir-se, o que é inevitável. Mas, a síntese perfeita da profundidade ideológica, do conteúdo histórico consciente, que você atribui, com razão, ao drama alemão, e da vivacidade e amplitude da acção shakespeariana, sem dúvida, só no futuro será conseguida e talvez não sejam os alemães a fazê-la. É precisamente nessa síntese que eu vejo o futuro do drama. O seu *Sickingen* acha-se no bom caminho. As personagens principais representam, efectivamente, classes e correntes determinadas e, por conseguinte, ideias determinadas da sua época e as motivações dos seus actos não são pequenas paixões individuais, mas a corrente histórica que transporta essas personagens. No entanto, o progresso consistiria em projectar para primeiro plano essas motivações, de maneira, viva, activa, por assim dizer, natural, através do próprio decorrer da acção e, em contrapar-

(1) Os livros têm o seu destino. — (N. R.)

(1) Karl Siebel (1836-1868). — (N. R.)

tida, tornar cada vez mais inúteis os discursos de argumentação, nos quais reconheci, de resto com prazer, o vosso velho talento de advogado e de tribuno. Parece até que você tem este ideal por objectivo quando faz a distinção entre o drama cénico e o drama literário. Creio que seria possível, embora com dificuldade (porque a perfeição não é realmente coisa de pouca monta) transformar, desta maneira, Sickingen num drama cénico. Isso está ligado à maneira de caracterizar as personagens. Você tem razão quando protesta contra a *má* individualização, hoje muito espalhada, que se reduz afinal a pobres argúcias e é o sinal que distingue a literatura estéril dos epígonos. Parece-me, no entanto, que o indivíduo se caracteriza não só por *aquilo* que faz, mas também *pela maneira* como o faz. Deste ponto de vista, creio que o conteúdo ideológico do seu drama nada teria perdido se os caracteres das várias personagens tivessem sido mais claramente diferenciados uns dos outros e opostos entre si. A forma dos *antigos* já não basta nos nossos dias e, em minha opinião, acho que você não poderia, sem perigo, ter mais em conta o que Shakespeare significa na história do drama. Trata-se, porém, aqui, de questões secundárias, que levanto apenas para lhe mostrar que também reflecti acerca do lado formal da sua obra.

Quanto ao conteúdo histórico, você mostrou muito claramente, e indicando, com toda a razão, o seu desenvolvimento posterior, as duas faces do movimento da época que mais lhe interessavam: o movimento nacional da nobreza, representado por Sickingen, e o movimento teórico do humanismo que culminou na Reforma, através do desenvolvimento operado no campo teológico e eclesiástico. As cenas de que mais gosto são as que decorrem entre Sickingen e o imperador, entre o emissário do papa e o arcebispo de Trêves (ao opor, neste caso, o emissário laico, com a sua vasta cultura estética e clássica, teórica e politicamente lúcido, ao príncipe eclesiástico alemão de vistas curtas, você conseguiu dar um quadro excelente dos caracteres individuais que, no entanto, deriva, directamente, do carácter *representativo* das duas personagens). Na cena entre Sickingen e Carlos, os caracteres ressaltam também de maneira muito marcada. Ao introduzir a autobiografia de Hutten, que tem razão em considerar muito importante quanto ao *conteúdo*, você escolheu, todavia, um meio muito arriscado para inserir esse conteúdo no drama. Muito importante também é o diálogo de Baltasar com Franz, no quinto acto, onde o primeiro expõe ao seu senhor a política *verdadeiramente revolucionária* que deveria seguir. Nesta pas-

sagem revela-se aquilo que é verdadeiramente trágico e, devido ao seu significado, acho que seria necessário anunciá-lo com mais frequência desde o terceiro acto. As ocasiões para o fazer não faltam. Mas estou a resvalar de novo para as questões secundárias. A situação das cidades e dos príncipes da época é igualmente descrita, em várias passagens, com muita clareza e, dessa maneira, foram mais ou menos esgotados os elementos *oficiais* do movimento ocorrido na altura. Mas o que, segundo me parece, você não pôs suficientemente em relevo foram os elementos *não* oficiais, plebeus e camponeses, bem como a expressão teórica correspondente. A sua maneira, o movimento camponês foi tão nacional, tão dirigido contra os príncipes como o da nobreza e a imensa envergadura da luta em que sucumbiu contrasta singularmente com a ligeireza com que os nobres, abandonando Sickingen à sua sorte, aceitaram o papel histórico de cortesãos. Mesmo segundo a concepção que você tem do drama, quanto a mim demasiado abstracta e pouco realista — como, de resto, você se apercebeu — o movimento camponês parece-me, mesmo assim, merecer mais atenção. A cena camponesa com Joss Fritz é, sem dúvida, muito característica e a personalidade desse «agitador» está muito bem dada. No entanto, não basta para representar com peso suficiente, perante o movimento da nobreza, a onda já febril da agitação camponesa. Segundo a *minha* concepção do drama, que não admite que se troque o real pelo ideal e Shakespeare por Schiller, a utilização dessa parte plebeia da sociedade de então, tão espantosamente colorida, teria trazido elementos completamente novos para animar o drama, um segundo plano de valor inestimável ao movimento nacional da nobreza que se desenrola no prosclénio e, pela primeira vez, teria feito surgir à sua verdadeira luz esse próprio movimento. Que espantosos quadros de caracteres nos oferece essa época de decomposição dos laços feudais, na pessoa dos reis mendigos, dos mercenários sem pão, de toda a espécie de aventureiros — um autêntico segundo plano à Falstaff (1) que, num drama histórico *desse* género, devia produzir ainda mais efeito do que em Shakespeare! Mas, afora isso, foi, quando a mim,

(1) Capitão e diplomata inglês, que Shakespeare, no *Henrique IV* e nas *Alegres Comadres de Windsor*, apresentou como o tipo do clínico e do depravado.

esse menosprezo pelo movimento camponês que a si o levou a representar, num certo sentido, com inexactidão também o movimento nacional da nobreza e a deixar escapar o que de *verdadeiramente* trágico contém o destino de Sickingen. A meu ver, a massa da nobreza imperial da época não tencionava, de maneira nenhuma, concluir uma aliança com o campesinato, o que era impossível, pois vivia dos lucros obtidos com a opressão dos camponeses. Uma aliança com as cidades estava, essa sim, mais no campo das possibilidades, mas, ou não se realizou, ou se conseguiu apenas de forma muito incompleta. No entanto, a revolução nacional da nobreza só era possível mediante uma aliança com as cidades e os camponeses, sobretudo, com estes. Precisamente nisso é que reside, a meu ver, a tragédia, pois, essa condição essencial era impossível e, por conseguinte, a política da nobreza tinha, inevitavelmente, de ser mesquinha, a tal ponto que, no preciso momento em que a nobreza quis chefiar o movimento nacional, a grande massa da nação, os camponeses, protestaram contra essa direcção e a derrota da nobreza tornou-se inevitável. Não tenho a intenção de avaliar até que ponto é historicamente fundamentada a sua suposição de que Sickingen manteve certas relações com os camponeses. De resto, não reside aí o essencial. No entanto, se bem me recordo, os escritos de Hutten dirigidos aos camponeses deixam de parte a espinhosa questão da nobreza e procuram desviar a cólera dos rurais, sobretudo, em direcção aos padres. De forma nenhuma, lhe nego o direito de conceber Sickingen e Hutten como desejosos de emancipar os caponeses. Mas aí deparava você, imediatamente, com a contradição trágica em que ambos se viam enredados, tendo de um lado a nobreza, que se opunha a isso decididamente, e do outro, os próprios camponeses. Quanto a mim, reside aí o conflito trágico entre o postulado historicamente necessário e a impossibilidade prática da sua realização. Ao ignorar aquela contradição você reduz esse conflito trágico a dimensões menores, isto é, Sickingen, em vez de atacar, ao mesmo tempo, o imperador e o império, limita-se a uma querela com um *único* príncipe (embora, aqui, com razão, sejam introduzidos os camponeses) e você acaba por o fazer sucumbir como resultado da cobardia e da indiferença da nobreza. Mas esta atitude dos nobres teria sido motivada de outra forma, se você, já anteriormente, tivesse destacado mais a ameaça do movimento camponês e o estado de espírito incontestavelmente conservador que passou a ser o da nobreza depois do «Bunds-

chuh» e do «Pobre Conrado» (1). De resto, este é apenas um dos meios de introduzir no drama o movimento camponês e plebeu. Existe, pelo menos, uma dezena de outros tão bons ou melhores.

Como vê, aplico à sua obra uma escala de valores muito elevada. Acho que é mesmo *a mais elevada* possível, do ponto de vista estético e histórico. O facto de ser obrigado a aplicá-la, para poder formular uma ou outra discordância, é a melhor prova da minha aprovação. De há anos para cá, no interesse do próprio partido, a crítica tornou-se, necessariamente, *entre nós*, tão franca quanto possível. De resto, eu e todos nós, regozijamo-nos a cada nova confirmação de que o nosso partido, em todos os domínios em que se manifesta, dá sempre provas de superioridade. E você provou-o mais uma vez.

Engels: *Carta a Lassalle, de 18 de Maio de 1859. Ferdinand Lassalle: Cartas e Textos Vários, t. III, p. 179, Gustav Mayer, Stuttgart, 1922.*

5. A tendência em literatura

A mãe de Karl Kautsky, Minna Kautsky (1835-1912), autora de numerosos romances, depois de ter aderido ao socialismo abordou os problemas sociais na sua obra literária. Stefan von Grillenhof (1879) — o melhor dos seus livros — descreve de forma realista os sofrimentos e as lutas dos camponeses da Austria.

Os Velhos e os Novos, surgido em

(1) Antes das insurreições camponesas da Floresta Negra e da Alta-Suávia (1518-1523) e da guerra dos camponeses na Alemanha do Sul (1525), tinham-se levantado contra a nobreza duas grandes associações secretas de camponeses e plebeus. O *Bundschuh*, cuja influência se exerceu, sobretudo, na Alsácia e na região de Bade, foi descoberto e esmagado em 1493 e em 1502. Voltou a ter actividade, chefiado por Joss Fritz, para vir a ser novamente dizimado em 1513. O *Pobre Conrado*, constituído no Wurtemberg em 1503, organiza as insurreições de 1513 e 1514. Depois de os burgueses terem traído os camponeses, seus aliados, a insurreição foi vencida pelos príncipes e os cavaleiros. — (N. R.)

1885, a propósito do qual Engels escreve a carta de 26 de Novembro de 1885, narra a vida dos operários austriacos nas minas de sal. Minna Kaustky evoca a opressão dos trabalhadores submetidos ao jugo do empresário e da Igreja, sempre sujeitos a um possível despedimento, privados do direito de ler jornais e livros.

Para a autora, o antagonismo que opõe «os velhos» aos «novos» não é uma manifestação da luta de classes, mas a luta de «dois princípios» — a fé, representada pelos velhos, e o ateísmo representado pelos novos. Daí, o carácter livresco e esquemático do romance que tende a substituir os conflitos autênticos por ideias abstractas e sermões sobre o socialismo.

Acabei de ler *Os Velhos e os Novos*, cujo envio cordialmente agradeço. A vida dos trabalhadores das minas de sal é descrita no livro com a mesma arte com que o foram os camponeses em *Stefan*. A maior parte das cenas da sociedade vienense são, por sua vez, muito belas. Viena é a única cidade alemã onde se encontra uma sociedade. Berlim possui apenas «certos meios» e, sobretudo, meios incertos e é por isso que nesta cidade só se encontra material para um romance sobre a vida dos literatos, dos funcionários e dos actores. A amiga pode, melhor do que eu, ajuizar se, nesta parte da sua obra, a narrativa não vai, em algumas passagens, um pouco apressada. Certas coisas que nos podem dar essa impressão parecem muito naturais em Viena, com o carácter internacional que lhe é próprio e com a sua mistura de elementos da Europa meridional e oriental. Nos meios descritos (1), deparo com a força de individualização dos caracteres que é habitual na sua obra. Cada um desses caracteres é um tipo, mas, ao mesmo tempo, um indivíduo distinto, «este» — como diz o velho Hegel (2) — e assim deve ser. No entanto, para ser imparcial, tenho de

(1) A aristocracia austriaca e os operários das minas de sal. — (N. R.)

(2) Engels alude à célebre fórmula de Hegel na sua *Estética*: «O Homem e este homem em particular.» — (N. R.)

encontrar alguma coisa para rebater e, assim, arrimo-me ao Arnold. Esta personagem é, na verdade, uma excelente pessoa e, quando, por fim, morre ao cair por um precipício, só podemos conciliar isso com a justiça poética, dizendo: era bom de mais para este mundo. Ora, é sempre mau que o poeta se entusiasme demasiado pelo próprio herói e parece-me que, em certa medida, a amiga caiu nesse capricho. Em Elsa ainda se encontram alguns traços individuais, embora idealizados também, mas, no caso de Arnold, a personalidade dissolve-se ainda mais no princípio.

A leitura do romance revela-nos donde vem esse defeito. Provavelmente, a amiga sente a necessidade de, neste livro, tomar partido publicamente, de proclamar perante todo o mundo as suas opiniões. Isso já está feito, pertence ao passado, e a amiga já não tem necessidade de o repetir desta maneira. Não sou, de forma nenhuma, adversário da poesia de tendência como tal. Esquilo, o pai da tragédia, e o pai da comédia, Aristóteles, foram ambos, e de forma muito vigorosa, poetas de tendência, bem como Dante e Cervantes, e o que há de melhor na *Intriga e Amor*, de Schiller, é o facto de ser o primeiro drama político alemão de tendência. Julgo, porém, que a tendência deve derivar da própria situação e acção, sem ser explicitamente formulada. O poeta não tem que dar já pronta ao leitor a solução histórica futura dos conflitos sociais que descreve. Tanto mais que, nas circunstâncias actuais, o romance se dirige, sobretudo, aos leitores dos meios burgueses, ou seja a meios que não são directamente os nossos. Por conseguinte, a meu ver, um romance de tendência socialista preenche perfeitamente a sua missão quando, através de uma pintura fiel das relações autênticas, destrói as ilusões convencionais sobre a natureza dessas relações, abala o optimismo do mundo burguês, obriga a duvidar da perenidade da ordem existente, mesmo se o autor não indica directamente a solução, mesmo se, neste caso, não toma ostensivamente partido. O seu conhecimento exacto e as suas descrições maravilhosamente frescas e vivas do campesinato austriaco e da «sociedade» vienense encontrarão aí um rico material e a amiga provou em *Stefan* que sabe tratar os heróis dos seus livros com essa fina ironia que garante o domínio do poeta sobre aquilo que cria.

Engels: *Carta a Minna Kautsky, de 26 de Novembro de 1885. Marx-Engels: «Cartas a A. Bebel, W. Liebknecht, K. Kautsky e outros», t. I, pp. 413-414, Moscovo, 1933.*

6. O realismo de Balzac

A carta de Engels a Miss Harkness acerca de Balzac (Abril de 1888), escrita em inglês e de que apenas se conserva o rascunho, define, mais uma vez, o pensamento de Marx e de Engels quanto ao realismo e à tendência em literatura.

Margaret Harkness, filha de um pastor de Londres, aderiu à Social Democratic Federation, fundada em 1880 por Hyndman. Ao contrário do que sucedia com a Sociedade Fabiana, constituída em 1884, que via apenas no socialismo um prolongamento do ideal democrático burguês, a Federação Social-Democrata propagava as concepções do marxismo.

Com o pseudónimo de John Low, Margaret Harkness publicou novelas e romances de inspiração socialista, que lhe granjearam, na Inglaterra dessa época, uma notoriedade considerável. Miss Harkness achou-se diante da miséria do povo, nos hospitais onde serviu como enfermeira, e nos bairros operários onde a levaram diversos inquéritos sobre a mão-de-obra feminina e a exploração das operárias. Nos seus livros: *City Girl*, 1887; *Out of work*, 1888; *Captain Lobe*, 1889; *Manchester Shirtmaker*, 1890; e *In Darkest London*, 1891, descreve o sofrimento proletário, das sombrias fábricas de Manchester ao sórdido East-End, os dramas do desemprego e sobretudo, tema que devia ser tentador para uma socialista, o destino das moças que trabalhavam das 7 da manhã às 8 da tarde, por salários de fome que variavam, segundo os ramos da indústria e a qualificação das operárias, entre 4 e 14 xelins por semana!

Em *City Girl* («Moça da Cidade»), Margaret Harkness refere a razão por que o Exército de Salvação exerce influência sobre as camadas trabalhado-

ras menos evoluídas, mas não acentua o carácter filantrópico-burguês dessa organização religiosa à qual, em 1889, iria dedicar um livro elogioso (Capitão Lobe).

Ao mesmo tempo que destaca os méritos do livro «Moça da Cidade», Engels indica à autora os defeitos e a maneira de os corrigir. Através da sua solicitude, mostra a elevada conta em que tem a educação dos escritores pequeno-burgueses. Com a carta, Engels envia a Miss Harkness um exemplar do seu Socialismo Utópico e Socialismo Científico, para ela poder assimilar o marxismo e compreender o desenrolar dos fenómenos sociais.

I

Agradeço-lhe ter-me enviado, por intermédio do Sr. Vize-telly, o seu livro «Moça da Cidade». Li-o com o maior prazer e interesse. Trata-se, na verdade, como diz o meu amigo Eichhoff, vosso tradutor, de uma pequena obra-prima, acrescentando, o que deve agradecer-lhe, que na tradução se esforçou por ser literal, porque qualquer omissão ou tentativa de modificação só poderia diminuir o valor do original.

O que sobretudo me entusiasma na sua narrativa, a par da veracidade realista, é o facto de nela se manifestar a audácia de uma autêntica artista. Essa audácia não se revela só na maneira como a amiga fala do Exército de Salvação, nas barbas dessa respeitabilidade altiva que ficará a saber, talvez pela primeira vez, a razão por que o Exército de Salvação encontra um apoio tão considerável nas massas populares. Revela-se sobretudo na forma sem atavios que a amiga dá à trama do seu livro — à velha, muito velha história da jovem proletária seduzida por um homem da classe média. Um autor medíocre teria tentado dissimular o carácter banal da fábula, ajoujando-o de complicações e de ornamentos, o que não impediria que a banalidade transparecesse. A amiga, pelo contrário, sentiu que podia permitir-se contar uma velha história porque era capaz de a renovar pela veracidade da narrativa.

O vosso Mister Grant é uma obra-prima.

Se encontro algum motivo de crítica é talvez unicamente

no facto de a vossa narrativa não ser suficientemente realista. Quanto a mim, o realismo supõe, além da exactidão dos pormenores, a representação exacta dos caracteres típicos em circunstâncias típicas. Os caracteres que a amiga traça são suficientemente típicos dentro dos limites em que os descreve. Mas, sem dúvida, não se pode dizer o mesmo das circunstâncias em que se encontram mergulhados e onde actuam. Em «Moça da Cidade», a classe operária surge como uma massa passiva, incapaz de se ajudar a si própria e não tentando sequer fazê-lo. Todas as tentativas para a arrancar à miséria embrutecedora lhe vêm de fora, do alto. (Com efeito, é a classe mais pobre, a que mais sofre e a mais numerosa, como diz Saint-Simon; a classe mais pobre, a mais humilhada, como diz Roberto Owen) (1). Mas se esta descrição estava certa por volta de 1800 ou de 1810, na época de Saint-Simon e de Roberto Owen, deixa de o estar, em 1887, para um homem que teve a honra de tomar parte activa, durante perto de cinquenta anos, na maioria dos combates do proletariado militante (e sempre se deixou guiar pelo princípio segundo o qual a libertação da classe operária deve ser obra dela própria) (2). A resistência que a classe operária opõe aos que a oprimem, as suas tentativas — espasmódicas, meio conscientes ou conscientes — de alcançar os seus direitos humanos, pertencem à história e podem aspirar a um lugar no domínio do realismo.

Longe de mim censurá-la por a amiga não ter escrito uma narrativa autenticamente socialista, um «romance de tendência», como lhe chamamos, nós alemães, onde seriam glorificadas as ideias políticas e sociais do autor. Não é nada disso o que eu penso. Quanto mais as opiniões (típicas) (2) do autor se mantêm escondidas melhor vai para a obra de arte. O realismo de que falo manifesta-se até de forma inteiramente alheia às opiniões do autor. Permite-me (ilustrar o que digo com) (2) um exemplo. Balzac, que considero um mestre do realismo, infinitamente maior que todos os Zola *passados, presentes e futuros* (3), dá-nos, na *Comédia Humana*, a história mais maravilhosamente realista da sociedade francesa (especialmente do mundo parisiense) (2), descrevendo, em forma de crónica de costumes, quase de ano a ano, entre 1816 e 1848, a pressão cada vez mais forte exercida pela burguesia ascendente sobre a

nobreza que se tinha reconstituído depois de 1815 e que (melhor ou pior) (1), na medida do possível, levantava a bandeira da *velha fidalguia francesa* (2). Balzac descreve como os últimos restos dessa sociedade, exemplar para ele, sucumbiram pouco a pouco perante a intrusão do novo-rico vulgar, a nadar em dinheiro, ou foram corrompidos por ele; como a *grande dama* (2), cujas infidelidades conjugais não passavam de um meio de se afirmar, meio que correspondia à maneira como dispunham dela para o casamento, cedeu o lugar à burguesa que arranja um marido para ter dinheiro ou os vestidos que quer. Em volta desse quadro central, pinta toda a história da sociedade francesa, onde aprendi, mesmo no que respeita aos pormenores económicos (por exemplo, a nova distribuição da propriedade real e pessoal, depois da revolução), do que em todos os livros de historiadores, economistas e profissionais da estatística da época. Não há dúvida que, politicamente, Balzac era legitimista. A grande obra que deixou é uma elegia permanente, lamentando a decomposição irremediável da alta sociedade; todas as suas simpatias vão para a classe condenada a desaparecer. Mas, apesar de tudo, a sátira nunca é tão contundente, nem a ironia tão amarga como quando põe em acção, precisamente, os aristocratas, esses homens e mulheres por quem sentia uma simpatia tão profunda. E (exceptuando alguns provincianos) (1), os únicos homens de que fala com uma admiração não dissimulada são os seus adversários políticos mais encarniçados, os heróis republicanos do Clôître-Saint-Merri (3), os homens que, nessa época (1830-1836) representavam verdadeiramente as massas populares. O facto de Balzac ter sido forçado a ir contra as próprias simpatias de classe e os seus preconceitos políticos, o facto de ter visto o fim inelutável dos seus tão estimados aristocratas e de os ter descrito como não merecendo melhor sorte e o facto ainda de ter visto os verdadeiros homens do futuro no único sítio onde, na época, podiam

(1) Palavras riscadas por Engels. — (N. R.)

(2) Em francês no original. — (N. R.)

(3) A Rua do Clôître-Saint-Merri é famosa pela insurreição dos dias 5 e 6 de Junho de 1832, depois dos funerais do general Lamarque. Victor Hugo fez dessa revolta um dos episódios principais dos *Miseráveis*. Balzac prestou justiça aos republicanos em *Ilusões Perdidas* e nos *Segredos da Princesa de Cadignan*. Acerca de Michel Chrestien, morto em Clôître-Saint-Merri, Daniel d'Arthez, uma das personagens dos *Segredos da Princesa de Cadignan*, faz o seguinte juízo: «Não conheço, entre os heróis da Antiguidade, um homem que lhe seja superior.» — (N. R.)

(1) A frase entre parêntesis foi riscada por Engels. — (N. R.)

(2) As palavras entre parêntesis foram riscadas por Engels. — (N. R.)

(3) Em francês no original. — (N. R.)

ser encontrados, tudo isso eu considero como um dos maiores triunfos do realismo e uma das características mais notáveis do velho Balzac.

Devo, no entanto, alegar, em defesa da amiga, que em nenhuma parte do mundo civilizado a classe operária manifesta menos resistência activa, mais passividade perante o destino, que em nenhum lado os operários estão mais embrutecidos (1) do que no East-End de Londres. E quem sabe se a amiga não teve excelentes razões para se contentar, desta vez, em mostrar apenas o lado passivo da vida da classe operária, reservando o lado activo para outra obra?

Engels: *Carta a Miss Harkness, de Abril de 1888, escrita em inglês. Segundo o original.*

II

Tentei, enquanto pude, manter boa opinião do sujeito (2), mas agora é impossível. Que dizer de um senhor que, depois de ler, pela primeira vez, romances de Balzac (e, ainda por cima, tratava-se do *Gabinete dos Antigos* e do *Tio Goriot*) fala deles com arrogância e com o maior desprezo, como se tratasse de obras comuns e de uma extrema banalidade?...

Engels: *Carta a Marx, de 4 de Outubro de 1852. «Correspondência entre Max e Engels», t. I, pp. 405-406, Mega.*

III

Neste momento, só posso escrever-te poucas linhas porque o agente do proprietário está aqui e devo representar para ele o papel de Mercadet na comédia de Balzac. A propósito (1) de Balzac, aconselho-te as obras dele «A Obra Prima Desconhecida» (1) e «Melmoth Reconciliado». (1) São duas pequenas obras-primas (1) repletas de deliciosa ironia.

Marx: *Carta a Engels, de 25 de Fevereiro de 1867. «Correspondência entre Marx e Engels», t. III, p. 376, Mega.*

(1) Em francês no original. — (N. R.)

(2) Trata-se de Píndaro, pseudónimo de um socialista russo que Engels considera, na mesma carta, vaidoso e ignorante. — (N. R.)

IV

No *Pároco de Aldeia*, de Balzac, depara-se-nos o seguinte:

«Se o produto industrial não fosse o dobro em valor do seu preço de custo em dinheiro, o comércio não existiria.» Que dizes a isto? (1)

Marx: *Carta a Engels, de 14 de Dezembro de 1868. «Correspondência entre Marx e Engels», t. IV, p. 141, Mega.*

V

É por isso que, em Balzac, que estudou tão profundamente todos os matizes da avareza, o velho usurário Gobseck regressa à infância, quando começa a acumular mercadorias com vista a economizar.

Marx: «*O Capital*», livro I, p. 618, Dietz Verlag, Berlim, 1951. «*O Capital*», livro I, t. III, p. 29, Editions Sociales, 1950.

VI

Numa sociedade dominada pela produção capitalista, o próprio produtor não capitalista é dominado pelas concepções capitalistas. No seu último romance, *Os Camponeses*, Balzac, notável pela profunda compreensão das relações autênticas, descreve com a maior precisão a maneira como o pequeno camponês, a fim de conservar a benevolência do usurário, executa para ele toda a espécie de trabalhos, sem se convencer, no entanto, que está a dar-lhe presentes, porque o seu próprio trabalho não o obriga a despesas propriamente ditas. Por seu lado, o usurário mata, assim, dois coelhos de uma cajadada. Poupa o pagamento de um salário e envolve cada vez mais apertadamente nas malhas da usura o camponês cada vez mais arruinado, porque descuida o trabalho do seu próprio campo.

Marx: «*O Capital*», livro III, p. 60, Dietz Verlag, Berlim, 1951.

(1) Em francês no original. — (N. R.)

7. Ibsen e o pequeno-burguês alemão

A carta de Engels para Paul Ernst, datada de 5 de Junho de 1890, refere-se a Ibsen e insurge-se contra as aplicações mecânicas do marxismo em literatura e ainda contra o eclectismo.

Paul Ernst, jovem escritor austro-alemão, que acabava de levar à cena com sucesso dois dramas naturalistas, «Os Homens Novos» e «O Grande Pecado», aderira ao socialismo. Apesar de colaborar na *Cena Livre*, revista e teatro que englobava naturalistas, expressionistas e anarquistas, escrevia também artigos de crítica literária para a *Neue Zeit*, revista teórica do partido social-democrata. Esses artigos, especialmente aqueles que consagra aos dramas de Ibsen, estão impregnados de um esquematismo absolutamente contrário ao espírito do marxismo.

Uma polémica, aberta pela *Cena Livre* a propósito das mulheres na literatura escandinava, iria dar a Engels a oportunidade de escrever a Paul Ernst. Este dramaturgo, ao escrever sobre «A Mulher e a Questão Social», tinha, com razão, dado mais importância aos factores sociais do que aos biológicos. Mas, no entanto, dava mostras, mais uma vez, da sua passividade e fatalismo habituais.

O escritor impressionista austríaco, Hermann Bahr, atacou violentamente Paul Ernst, num artigo da *Cena Livre* intitulado «Os Epígonos do Marxismo». Bahr não está de acordo com Marx nem com os epígonos. Para lá da hereditariedade (o homem natural) e da influência do meio (o homem económico), é necessário, diz ele, ter em conta o factor biológico. Em todas as mulheres se encontra «a terceira mulher, a mulher tal qual é», a fêmea.

Paul Ernst enviou a Engels os dois números da *Cena Livre*, que traziam o seu artigo e o de Bahr e pediu-lhe, numa carta de 31 de Maio de 1890, para dizer se os pontos de vista dele, Paul Ernst, «coincidiam com os pontos de vista de Marx».

Quando recebeu a resposta solicitada, afirmou que Engels lhe dera razão. Além disso, manteve os seus erros e continuou a falsificar o marxismo. Nesse mesmo ano, pactuou com a oposição pequeno-burguesa, a que Engels chamou «revolta da estudantes e de literatos» e chamou, assim, sobre si uma nova reprimenda de Engels (*Berliner Volksblatt* de 5 de Outubro de 1890).

Pouco tempo depois, a maior parte dos literatos que tinham aderido ao partido trocaram-no pelo democratismo burguês ou pela anarquia (1891). No fundo, Paul Ernst adoptara o ponto de vista deles. Mais tarde, deixou o partido social-democrata, descambou no idealismo, afirmou-se reacccionário durante a guerra de 1914-1918 e pregou o regresso a Deus. O seu ex-adversário, Hermann Bahr, caiu também na mística religiosa e chauvinista.

Infelizmente, não posso satisfazer o seu desejo, escrevendo-lhe uma carta que você possa utilizar contra Bahr. Ver-me-ia arrastado para uma polémica pública com ele e, para isso, não sei, literalmente, onde iria roubar tempo. Portanto, o que lhe escrevo destina-se apenas a seu uso pessoal.

De resto, aquilo a que você chama o movimento feminista escandinavo é-me totalmente desconhecido. Apenas conheço alguns dramas de Ibsen e ignoro por completo em que medida Ibsen deve ser considerado responsável pelas efusões mais ou menos históricas das arrivistas burguesas e pequeno-burguesas.

Por outro lado, o domínio designado geralmente pelo nome de questão feminina é demasiado vasto para que se possa, no âmbito de uma carta, tratar a fundo o assunto,

ou dizer sobre isso alguma coisa mais ou menos satisfatória. O que é indubitável é que Marx nunca teria podido «tomar a atitude» que Bahr lhe atribui. Não era louco a esse ponto.

Quanto à tentativa que você faz para explicar a coisa de modo materialista, devô dizer-lhe, antes de tudo, que o método materialista se transforma no seu contrário se, em vez de servir de fio condutor nos estudos históricos, for aplicado como molde acabado, debaixo do qual se talham os factos históricos. E se Bahr julga ter-vos apanhado em falta, parece-me que tem um pouco de razão.

Você encerra toda a Noruega, com tudo o que aí se passa, numa só categoria — a pequena burguesia — e, sem a menor hesitação aplica a essa pequena burguesia norueguesa as ideias que tem sobre a pequena burguesia alemã. Ora, há dois factos que se opõem a isso.

Primeiro: quando, em toda a Europa, a vitória sobre Napoleão representava a vitória da reacção sobre a revolução e só na pátria francesa a revolução inspirava ainda receio suficiente para arrancar à legitimidade que regressava uma Constituição burguesa liberal, a Noruega arranhou maneira de conquistar uma Constituição muito mais democrática que qualquer outra Constituição europeia da época.

Segundo: durante os últimos vinte anos, a Noruega desenvolveu um impulso literário como nenhum outro país conseguiu no mesmo período, exceptuando a Rússia. Pequeno-burgueses ou não, os noruegueses produzem mais do que noutros lados e influenciam a literatura dos outros países, incluindo a Alemanha.

(Se você examinar atentamente estes factos, terá de reconhecer que são incompatíveis com o modo de arrumar os noruegueses na classe dos pequenos burgueses e, sobretudo, dos pequenos burgueses de modelo alemão) (1). Quanto a mim, estes factos obrigam-nos a analisar a pequena burguesia norueguesa no que ela tem de particular.

Talvez você se aperceba, então, que, neste caso, estamos diante de uma diferença muito importante. Na Alemanha, a pequena burguesia é fruto de uma revolução abortada, de um desenvolvimento interrompido, recalcado. A pequena-burguesia alemã deve o seu carácter específico, e anormalmente pronunciado, de cobardia, de tacañez, de impotência e de incapacidade para tomar qualquer iniciativa, à Guerra

dos Trinta Anos e ao período seguinte, durante o qual quase todos os outros grandes povos se desenvolveram rapidamente. Esse carácter permaneceu, mesmo depois de a Alemanha ter sido de novo arrastada no desenvolvimento histórico e foi suficientemente acentuado para se ter imposto mais ou menos como tipo alemão geral a todas as outras classes sociais alemãs, até ao dia em que, finalmente, a nossa classe operária romperá esses limites acanhados. Os operários alemães são sobretudo homens «sem pátria», na medida em que se desembaraçaram por completo da tacañez pequeno-burguesa alemã.

Por conseguinte, a pequena burguesia alemã não constitui uma etapa histórica normal, mas uma caricatura levada ao extremo, um fenómeno de degenerescência, do mesmo modo que o judeu polaco é uma caricatura dos Judeus. (Ela só é clássica pelo exagero do seu carácter pequeno-burguês levado ao extremo) (1). O pequeno-burguês britânico, francês, etc., não está, de maneira nenhuma, ao mesmo nível que o pequeno burguês alemão.

Na Noruega, pelo contrário, o pequeno campesinato e a pequena burguesia, de mistura com uma fraca proporção de média burguesia — como, mais ou menos, sucedeu na Inglaterra e na França do século XVII — representam há vários séculos o estado normal da sociedade. Aqui não se põe a questão de um retorno brusco a condições ultrapassadas, em consequência de qualquer movimento abortado ou de uma guerra de trinta anos. O país manteve-se atrasado devido ao seu isolamento e às condições naturais, mas a sua situação correspondeu sempre às próprias condições de produção, portanto, essa situação foi normal. Só muito recentemente é que a grande indústria surgiu no país, com pouquíssima projecção e de forma esporádica, mas falta-lhe a alavanca mais poderosa da concentração do capital, a Bolsa, e, além disso, a grande extensão do comércio marítimo age como factor de conservação. Porque, enquanto por todo o lado, o vapor suplanta o barco à vela, a Noruega desenvolve consideravelmente a sua navegação convencional e possui, senão a mais forte pelo menos a segunda frota veleira do mundo, que pertence sobretudo a pequenos armadores, como sucedeu na Inglaterra, por volta de 1720. Entretanto, a velha existência imóvel ia-se movendo a esse movimento manifestou-se também no progresso literário.

(1) A frase entre parêntesis foi riscada por Engels. — (N. R.)

(1) A frase entre parêntesis foi riscada por Engels. — (N. R.)

O camponês da Noruega nunca conheceu a *servidão* e essa circunstância confere a todo o desenvolvimento do país — como em Castela — um segundo plano completamente diferente. O pequeno-burguês norueguês é filho do camponês livre e, por isso, é um *homem* ao lado do falhado pequeno-burguês alemão. E, pelo mesmo motivo, a pequena-burguesa norueguesa é infinitamente superior à esposa do pequeno-burguês alemão. E sejam quais forem, por exemplo, as fraquezas dos dramas de Ibsen, eles reflectem, sem dúvida o mundo da pequena e média burguesia, mas um mundo totalmente diferente do mundo alemão, um mundo onde as pessoas ainda possuem carácter e iniciativa e agem de maneira independente, mesmo que a sua conduta possa muitas vezes, parecer bizarra a um observador estrangeiro. No entanto, prefiro estudar tudo isso a fundo, antes de me pronunciar.

Voltando à vaca fria, isto é a Bahr, surpreende-me que as pessoas na Alemanha se tomem tão terrivelmente a sério. A chalaça e o humor, em geral, parecem aí sujeitos à maior proibição de sempre (até os judeus parecem empregar-se a fundo para enterrar o mais possível o seu humor nato) (1). O aborrecimento parece ter-se transformado num dever cívico. Se assim não fosse, você teria, certamente, examinado de mais perto a «Mulher» de Bahr, alheia a tudo o que se «desenvolveu historicamente». Ora, o que se desenvolveu historicamente foi a sua pele, que deve ser branca ou negra, amarela, castanha ou vermelha — no caso ver-tente, ela não pode, portanto, ter pele humana. O que se desenvolveu historicamente foram os seus cabelos, aos caracóis ou lanzudos, frisados ou escorridos, pretos, ruivos ou loiros. Cabelos humanos estão-lhe, portanto, também proibidos. Que restará se, com a pele e os cabelos você lhe retirar o resto que se desenvolveu historicamente e, se «a Mulher se apresentar tal como é, que teremos pela frente? Simplesmente, a macaca *antropopiteca*... Que Bahr a meta na cama, «absolutamente palpável e transparente», a ela e aos seus «instintos naturais»!

Engels: Carta a Paul Ernst, de 5 de Junho de 1890.
(Texto fornecido pelo Instituto Marx-Engels-Lenine.)

(1) As palavras entre parêntesis foram riscadas por Engels. — (N. R.)

EM PROL DE UMA LITERATURA REVOLUCIONÁRIA

1. Crítica e literatura militante

Em luta contra essas condições sociais, a crítica não é uma paixão cerebral, mas o cérebro da paixão. Não é um escalpelo, é uma arma. O seu objectivo é o *inimigo* que ela não pretende refutar, mas *destruir*. O espírito dessas condições sociais já foi refutado. Em si, essas condições não constituem assuntos *dignos de prender a atenção*. Constituem sim um *estado de facto* tão desprezível como desprezado. A crítica em si não tem necessidade de se cansar a compreender esse objecto, porque está fixada a seu respeito. Não se apresenta como *um fim em si*, mas apenas como um *meio*. A sua paixão essencial é a *indignação*, a sua tarefa essencial a *denúncia*.

...A crítica que se ocupa desse objecto é uma crítica empenhada num *combate corpo a corpo* e, nessa luta, não se trata de saber se o adversário é um adversário nobre, um adversário da vossa estirpe, um adversário *interessante*. Trata-se de feri-lo. Trata-se de não deixar aos alemães um só instante de ilusão, um só momento de resignação. É necessário tornar a opressão real mais opressiva ainda, acrescentando-lhe a consciência da opressão e tornar a vergonha mais vergonhosa, mostrando-a em público. É preciso apresentar cada esfera da sociedade alemã como a *parte vergonhosa* (1) da sociedade alemã e essas condições sociais

(1) Em francês no original. — (N. R.)

petrificadas é preciso forçá-las a dançar, obrigando-as a ouvir a sua própria melodia! É necessário ensinar o povo a ter medo de si próprio, para lhe dar coragem.

Marx: «Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel», Oeuvres, t. I, pp. 609-610, Mega.

2. A lenda de Siegfried e o movimento revolucionário alemão

Aos vinte anos, Engels, com o pseudónimo de Friedrich Oswald, colabora na revista *Telegraph für Deutschland*. Em Dezembro de 1840, publica um artigo onde procura no longínquo passado germânico motivos exaltantes para o movimento revolucionário alemão. Nessa altura, românticos e germanófilos recorriam aos Nibelungos para fazerem valer as suas tomadas de posição.

Por que razão a lenda de Siegfried nos emociona tão profundamente? Não é devido à própria história nem à ignominiosa traição de que é vítima o jovem herói; é por causa da significação profunda da sua pessoa. Siegfried é o representante da juventude alemã. Todos nós, os que trazemos no peito um coração que a vida, na sua tacanhez, não conseguiu domar, sabemos o que isso significa. Sentimos todos a mesma sede de acção, o mesmo espírito de independência em face da rotina, que empurrou Siegfried para fora do castelo de seu pai. Repugna-nos a eterna deliberação, o medo pusilânime da acção. Queremos expandir-nos através de um mundo livre, queremos derrubar as barreiras da circunspecção e combater pela coroa da vida, a acção. Os filisteus fizeram o que se impunha para nos darem gigantes e dragões, principalmente no domínio da Igreja e do Estado. Mas nós vivemos noutra época: metem-nos em prisões a que chamam escolas, onde, em vez de lutarmos, temos de conjugar, em grego, para nosso ridículo, o verbo lutar em todos os tempos e modos e, quando fugimos à

disciplina, tombamos nos braços da deusa do século, a Polícia. Polícia quando se pensa, polícia quando se fala, polícia quando se anda a pé, a cavalo, ou de «charrette», polícia para os passaportes, atestados de residência, papéis da alfândega — que o diabo abata gigantes e dragões! Deixaram-nos só a aparência da acção, o florete no lugar da espada. De que serve a mais apurada arte da esgrima se só temos um florete e nos retiram o direito de exercer essa arte com a espada? Quando, um dia, as barreiras forem derrubadas, varridos o filistinismo e o indiferentismo, o desejo de acção reventará à luz do dia. Vêem, lá em baixo, do outro lado do Reno, a torre de Wesel? O reduto da cidade a que chamaram a fortaleza da liberdade alemã transformou-se num túmulo da juventude da Alemanha e é ela que, precisamente, está defronte do berço do maior entre os jovens alemães! Quem é que aí encarceraram? Estudantes que não queriam esgrimir em vão...

...Mas eu quero descer o Reno e escutar o que contam as ondas da terra natal de Siegfried, avermelhadas pelo poente, sobre o seu túmulo de Worms e o tesouro escondido. Talvez alguma fada bondosa faça surgir de novo a meus olhos o castelo de Siegfried, ou ponha diante de mim a miragem das acções heróicas reservadas aos seus descendentes do século XIX.

Engels: «A Pátria de Siegfried», Oeuvres, t. II, p. 94-95, Mega.

3. A literatura popular

Se a crítica conhecesse melhor o movimento das classes populares inferiores, ficaria a saber que a resistência extrema que encontram na vida prática as modifica todos os dias. A nova literatura em prosa e em verso que, na Inglaterra e na França, vem das classes populares inferiores, fornecia-lhes a prova de que essas classes sabem elevar-se intelectualmente sem a protecção imediata do Espírito Santo e da crítica crítica.

Marx: «A Sagrada Família», Oeuvres, t. III, p. 311. Mega.

4. Thomas Hood

Na Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (1845), Engels não deixa de pôr em relevo as manifestações literárias do sofrimento e da revolta do proletariado. Cita (Oeuvres, t. IV, pp. 177-188, Mega) a poesia de um operário de Birmingham, Edward P. Mead, contra «o rei Vapor» e os seus intendentos, os capitalistas:

«Para ele é música o grito do pobre
Em luta com a morte.
Ossos de crianças, de rapariguinhas,
Enchem o inferno do rei Vapor.»

O poema termina com um apelo à insurreição:

«E os seus intendentos, vermelhos de
[sangue,
Lordes das fábricas, impondo o seu
[ouro,
A cólera do povo virá a abatê-los
A eles e ao monstro que é o seu Deus!»

«E a expressão exacta do sentimento que reina entre os operários», escreve Engels. A seguir, fala de Thomas Hood (1799-1845), o autor da Canção da Camisa).

Thomas Hood, o mais dotado de todos os humoristas ingleses contemporâneos e, como todos os humoristas, cheio de sentimentos humanos, mas sem nenhuma energia intelectual, publicou, no princípio do ano de 1844, na altura em que a miséria das costureiras enchia os jornais, uma bela poesia, «The Song of the Shirt» («A Canção da Camisa»). O poema fez verter muitas lágrimas de compaixão às filhas da burguesia, mas sem nenhuma utilidade. Falta-me espaço para o reproduzir aqui. Os versos foram publicados no *Punch* e deram depois a volta a todos os jornais.

A situação das costureiras foi, na altura, comentada por toda a Imprensa. Citações especiais seriam agora supérfluas.

Engels: «A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra», Oeuvres, t. IV, p. 201, Mega.

5 O proletariado inglês e a literatura

Bem entendido, a grande massa dos operários não quer ouvir falar dessas instituições (1) e dirige-se apenas às salas de leitura proletárias, só participa nas discussões que tratam directamente dos interesses que lhe dizem respeito. Perante isso, a burguesia, na sua suficiência, profere o *Dixi et Salvavi* e afasta-se com desprezo de uma classe que «prefere as explosões de raiva passional de demagogos mal intencionados às vantagens de uma sólida educação». Mas os operários também têm gosto por uma «sólida instrução», quando lhe apresentam liberta de toda a sabedoria interesseira da burguesia. Provam-no as conferências sobre ciências naturais, estética ou economia política, realizadas com frequência em todas as instituições operárias — sobretudo, socialistas — e a que tem assistido numeroso público. Ouvi, mais de uma vez, operários miseravelmente vestidos, falar de geologia, de astronomia e doutros assuntos com mais conhecimentos do que possuem muitos burgueses da Alemanha que fizeram estudos. Há um facto que demonstra a que ponto o proletariado inglês conseguiu adquirir uma cultura independente: as manifestações mais importantes da nova literatura filosófica, política e poética são lidas quase exclusivamente por operários. O burguês, escravo do regime social e dos preconceitos que comporta, treme e persigna-se diante de tudo o que verdadeiramente assinala o ponto de partida de um progresso. Por seu lado, o proletário abre bem os olhos perante isso e estuda-o com prazer e proveito. Neste aspecto, sobretudo os socialistas, fizeram

(1) Engels, nas linhas anteriores, faz o libelo das instituições burguesas que se atribuem a tarefa de instruir os operários, «divulgando entre eles noções em proveito da burguesia». — (N. R.)

imenso pela cultura do proletariado. Traduziram os materialistas franceses, *Helvetius*, *d'Holbach*, *Diderot*, etc. e difundiram-nos, ao mesmo tempo que as melhores obras inglesas, em edições baratas. A *Vida de Jesus*, de Strauss, e *A Propriedade*, de Proudhon, circulam também apenas entre os proletários. *Shelley*, o genial e profético Shelley, e *Byron* com o seu ardor sensual e a sua sátira amarga da sociedade existente, encontram a maior parte dos leitores entre os operários. Os burgueses limitam-se às edições expurgadas, *family editions*, acomodadas ao gosto da moral hipócrita do tempo. Os dois maiores filósofos práticos dos últimos tempos, *Bentham* e *Godwin*, são também, principalmente o último, propriedade quase exclusiva do proletariado. Embora *Bentham* tenha feito escola entre a burguesia radical, o proletariado e os socialistas foram os únicos que conseguiram desenvolver a obra dele no sentido do progresso. Nestas bases, o proletariado criou uma literatura própria, constituída sobretudo por jornais e brochuras, e cujo valor está muito além do de toda a literatura burguesa.

Engels: «A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra». Oeuvres, t. IV, pp. 227-228, Mega.

6. Béranger

O Comité da «Associação Democrática para a União e Fraternidade Entre Todos os Povos», com sede em Bruxelas, enviou, em 28 de Fevereiro de 1848, alguns dias depois da queda de Luís Filipe, uma mensagem ao governo provisório da República francesa, redigida em francês e assinada por Karl Marx, vice-presidente daquele Comité.

Béranger, actualmente, sofre de um descrédito injusto. A burguesia, que criticou, pô-lo ao nível de um autor de canções, ora sentimental, ora indecoroso, umas vezes medíocre, outras vulgar. Na realidade, Béranger foi o poeta popular e nacional da sua época, exprimiu as aspirações da gente humilde, a revolta dos explorados. É necessário

nunca separar as canções que compôs do público popular que encontrava nelas, ao mesmo tempo que uma velha tradição da literatura francesa, os seus sentimentos, pensamentos e esperanças.

Balzac compreendeu a importância e o alcance significativo dessa poesia de combate, cuja força reside inteiramente no contacto directo com as massas: «verdadeiro panfletário — escreve — foi Béranger; os outros ajudaram, mais ou menos, à safra dos liberais; mas foi ele o único a atingir o alvo, porque se dirigiu às massas...».

Goethe, por várias vezes, elogiou Béranger pela perfeição da sua arte, pelo seu espírito e utilização da língua, que causaram «a admiração não só da França, mas de toda a Europa culta».

(Eckermann: «Conversações de Goethe», 3 de Maio de 1827). «Béranger, nas suas poesias políticas, revelou-se o benfeitor da nação.» (Ibidem, 4 de Maio de 1827.)

A vós, Franceses, a vós a honra, a vós a glória de ter lançado os principais fundamentos dessa aliança dos Povos tão profeticamente cantada pelo vosso imortal Béranger.

Marx: «Mensagem» da Associação Democrática..., Oeuvres, t. VI, p. 654, Mega.

7. Em prol de uma nova sátira menipeia

A imprensa londrina, segundo parecia, estava ansiosa por esconder do mundo inteiro o facto de os lordes da indústria mobilizarem sistematicamente a sua classe contra a classe trabalhadora e de as medidas sucessivas por eles tomadas não serem a consequência directa das circunstâncias, mas os efeitos premeditados de uma conspiração com ramificações profundas, de uma liga anti-operária! Essa liga dos

capitalistas do século XIX (1) está ainda à espera de um historiador. A Liga Católica, em França, encontrou-o, no fim do século XVI, na pessoa dos autores da *Sátira Menipeia* (2).

Marx: «*A Questão Operária*», New York Daily Tribune de 21 de Outubro de 1853.

8. Henrique Heine

Marx exerceu, a vários graus, uma influência considerável sobre os quatro poetas revolucionários da Alemanha do século XIX: Heine (1797-1856), Weerth (1821-1856), Freiligrath (1810-1876) e Herwegh (1817-1875).

A filha de Marx, Eleonora Marx-Aveling, que deixou um depoimento comovente acerca das relações de Marx e Heine, escreve nas suas recordações que o pai era

«um grande admirador de Heine. Estimava, no mesmo pé, o homem e as obras que criava e era muito indulgente com as suas fraquezas políticas. Dizia que os poetas são pessoas originais, que é preciso deixá-los percorrer o próprio caminho e que não se deve aplicar-lhes a mesma bitola que às pessoas comuns.»

Foi quando residiu em Paris (1843-1845) que Marx se tornou amigo de Heine. «Não temos necessidade de mui-

(1) Trata-se da «União para a Defesa da Indústria» criada em 1853 pelos industriais de tecidos de Manchester, a fim de se oporem pela força às reivindicações dos organismos operários. — (N. R.)

(2) Panfleto político, escrito por vários autores que tomaram como modelo as sátiras de Menipo, filósofo grego do século III a. C., discípulo de Diógenes. Obra erudita, burlesca e popular, a *Sátira Menipeia* (1594), grito da França ferida no sentimento nacional e na razão, marcou com o ferrete da ignomínia os furores da guerra civil e religiosa, o fanatismo, a estupidez, as loucuras e os crimes da Liga. — (N. R.)

tos sinais para nos compreendermos», escrevia o poeta a Marx, durante uma viagem que fez à Alemanha, em 1844. Quando foi expulso, em Janeiro de 1845, Marx, na confusão da partida precipitada para a Bélgica, enviou algumas palavras a Heine: «De todas as pessoas de quem me afasto é a si que mais me custa deixar. Gostava de o levar na bagagem...»

Mais tarde, na correspondência com Engels, Marx põe em relevo certas fraquezas de Heine. O *Augsburger Allgemeine Zeitung* acusou Heine de se ter vendido ao estrangeiro, por o governo de Luís Filipe ter concedido uma pensão ao poeta reduzido à miséria. Heine reagiu à calúnia invocando, em Lutécia, a autoridade de Marx, não sem tomar algumas liberdades perante os factos como realmente se passaram. Marx não se indispôs com ele por causa disso (carta de Marx para Engels, de 17 de Janeiro de 1855), mas criticou os esmoecimentos provocados pela doença, a «conversão» de Heine, a «imoralidade» do seu testamento com o regresso ao «Deus vivo» e a «confissão pública perante Deus e os homens» (carta de Marx a Engels, de 8 de Maio de 1856).

Marx e Engels tiveram sempre uma admiração muito grande pelo escritor revolucionário, cuja criação poética alcançou o verdadeiro apogeu nesse ano de 1844, em que privou com Marx, em Paris, e sofreu a sua influência directa.

O amargo e sombrio lamento dos Tecelões, escrito logo a seguir à revolta dos tecelões da Silésia, de 4 e 5 de Julho de 1844, em Peterswaldau e Lanegnbielau, publicado pelo *Vorwärts* de Paris, em 10 de Julho, entrou no património comum das obras-primas da poesia revolucionária.

O poema satírico «*Alemanha. Um Conto de Inverno*», de que Heine en-

viou as provas a Marx em Setembro de 1844, exprime as preocupações sociais do poeta atraído pelo comunismo:

*Ein neues Lied, ein besseres Lied,
O Freunde, will ich euch dichten!
Wir wollen hier auf Erden schon
Das Himmelreich errichten.*

*Wir wollen auf Erden glücklich sein
Und wollen nicht mehr darben;
Verschlemmen soll nicht der faule
[Bauch,
Was fleissige Hände erwarben.*

*Es wächst hienieden Brot genug
Für alle Menschenkinder,
Auch Rosen und Myrten, Schönheit und
[Lust,
Und Zuckererbsen nicht minder.*

*Ja, Zuckererbsen für jedermann,
Sobald die Schoten platzen!
Den Himmel überlassen wir
Den Engeln und den Spatzen.*

*Ein neues Lied, ein besseres Lied!
Es klingt wie Flöten und Geigen!
Das Miserere ist vorbei,
Die Sterbeglocken schwheigen (1).*

(1) Estas estrofes são extraídas do poema: «Alemanha. Um Conto de Inverno»:

Amigos, quero compor para vós uma canção,
Uma canção nova, uma canção melhor!
Queremos instaurar aqui na terra,
Agora mesmo, o reino dos céus.

Queremos ser felizes nesta terra,
Aqui queremos derrotar a fome
E que o ventre preguiçoso não devore
O que mãos trabalhadoras produziram.

Cresce, aqui em baixo, pão que chega
Para os filhos dos homens
E há ainda rosas e mirtos,
Beleza, alegria e ervilhas doces.

I

Henrique Heine, o maior de todos os poetas alemães vivos, voltou às nossas fileiras. Publicou um volume de poemas políticos que, em algumas passagens, enaltecem o socialismo. É o autor do célebre *Canto dos Tecelões Silesianos*, que vai a seguir numa tradução prosaica. Receio que seja considerado uma blasfémia na Inglaterra, mas, mesmo assim, aí vai ele. Chamo apenas a sua atenção para o facto de o poema se referir ao grito de guerra dos prussianos, em 1813: «Com Deus, pelo rei e pela pátria!» que, a partir dessa altura, foi a palavra de ordem preferida pelo partido no poder. Quanto ao poema, aqui o tem:

«Nos olhos sombrios nem uma lágrima.
Sentados, o tear em frente, rangem os dentes:
Alemanha, tecemos a tua mortalha,
Aqui tecemos a tripla maldição —
Tecemos, tecemos!

Uma maldição para o falso deus a que erguemos preces,
Nos frios do Inverno, nos frios da fome,
Em vão aguardámos, mantivemos a esperança,
Pois enganou-nos, riu-se de nós, fez de nós tolos —
Tecemos, tecemos!

Uma maldição para o rei, o rei dos ricos,
Que a nossa miséria não aplacou,
Que até do último tostão nos priva
E a tiro nos manda abater como cães —
Tecemos, tecemos!

Uma maldição para a falsa pátria,
Onde só prospera vergonha e miséria,
Onde as flores murcham antes do tempo,
Onde lodo e podridão reconstroem o verme —
Tecemos, tecemos!

Sim, ervilhas doces para todos,
Logo ao abrir das vagens!
O céu não o queremos para nada,
Fiquem com ele os anjos e os pardais.

Uma nova canção, uma canção melhor!
Flautas e violinos dir-se-iam...
O *Miserere* terminou,
Calou-se o dobre fúnebre dos sinos. — (N. R.)

A lançadeira voa, o tear estala,
 Tecemos noite e dia, sem parar,
 Velha Alemanha, tecemos a tua mortalha,
 Aqui tecemos a tripla maldição.
 Tecemos, tecemos!» (1)

Com estes versos que, no original alemão, constituem um dos poemas mais extraordinários que conheço, despeço-me esperançado de poder, em breve, falar-lhe dos nossos progressos posteriores e da nossa literatura social.

Engels: «*Rapid Progress of Communism in Germany*», 1844, Oeuvres, t. IV, pp. 341-342, Mega.

II

O programa da esquerda e o dos radicais têm o mérito de haverem entendido ambos essa necessidade. Os dois programas proclamam com Heine:

(1) Reproduzimos a seguir o texto do original alemão, traduzido por Engels, em versos ingleses, muito belos:

DIE WEBER

Im düstern Auge keine Thräne,
 Sie sitzen am Webstuhl und fletschen die Zähne:
 «Deutschland, wir weben dein Leichentuch,
 Wir weben hinein den dreifachen Fluch —
 Wir weben, wir weben!

Ein Fluch dem Götzen, zu dem wir gebeten
 In Winterskälte und Hungersnöten;
 Wir haben vergebens gehofft und geharrt,
 Es hat uns geäfft und gepoßt und genarrt —
 Wir weben, wir weben!

Ein Fluch dem König, dem König der Reichen,
 Den unser Elend nicht konnte erweichen,
 Der den letzten Groschen von uns erpresst,
 Und uns wie Hunde erschossen läßt —
 Wir weben, wir weben!

Ein Fluch dem falschen Vaterlande,
 Wo nur gedeihen Schmach und Schande,
 Wo jede Blume früh garrickt,
 Wo Fäulnis und Moder den Wurm erquickt —
 Wir weben, wir weben!

Das Schiffchen fliegt, der Webstuhl kracht,
 Wir weben emsig Tag und Nacht —
 Altdeutschland, wir weben dein Leichentuch,
 Wir weben hinein den dreifachen Fluch.
 Wir weben, wir weben!» — (N. R.)

«Bedenk' ich die Sache ganz genau,
 So brauchen wir gar keinen Kaiser.» (1)

Marx-Engels: «*O Programa do Partido Radical-Democrata e da Esquerda em Frankfurt*». Oeuvres, t. VII, p. 29, Mega.

III

Como sucedera na França do século XVIII, a revolução filosófica preparou, na Alemanha do século seguinte, o desmoronamento do poder político. Mas que diferença entre os dois factos! Os franceses lutavam abertamente contra toda a ciência oficial, contra a Igreja, frequentemente até, contra o Estado. As suas obras eram impressas do outro lado da fronteira, na Holanda ou na Inglaterra, e eles próprios, com muito frequência, estavam prestes a ir dar um passeio pela Bastilha. Os alemães, pelo contrário, são professores, mestres da juventude nomeados pelo Estado, vêem as suas obras adoptadas como manuais de ensino e o sistema de Hegel, que coroa todo o aperfeiçoamento, foi até guindado, de uma forma ou doutra, ao nível de filosofia oficial da monarquia prussiana! Pode a revolução estar escondida detrás destes professores, detrás das suas frases pedantes e obscuras, dos seus períodos pesados e aborrecidos? Os homens que, na época, passaram por representantes da revolução, os liberais, não eram, precisamente, os adversários mais obstinados dessa filosofia que lançava a confusão nos espíritos? Mas o que não viram, nem o governo, nem os liberais, viu-o um homem, pelo menos, desde 1833. É verdade que esse homem se chamava Henrique Heine (1).

Engels: «*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*», em Marx-Engels: Estudos Filosóficos, p. 15, Editions sociales, 1951.

(1) «Se eu olhar a coisa de perto,
 Não temos nenhuma necessidade de um kaiser.»
 Estes dois versos constam do poema de Heine: «Alemanha. Um Conto de Inverno».

(1) Engels refere-se à obra de Heine «Contribuição para a História da Religião e da Filosofia na Alemanha» (1832). Nessa obra Heine define o papel desempenhado pela Filosofia alemã e declara: «A nossa revolução filosófica terminou. Hegel fechou o seu imenso ciclo.» — (N. R.)

9. Georg Weerth

Entre todos os poetas socialistas, ou que como tal se afirmavam, nos anos de 1840 a 1850, Georg Weerth foi, sem dúvida, o que mais se distinguiu, em economia política, pela extensão dos seus conhecimentos e, em política, pela clareza das suas ideias.

Influenciado por Marx e Engels, com quem teve frequentes contactos em Bruxelas, depois de 1845, Weerth libertou-se das predilecções da juventude — Feuerbach e o socialismo «verdadeiro». Os poemas que escreveu a partir dessa época são a prova de uma compreensão perfeita do desenvolvimento da sociedade capitalista que multiplica os sofrimentos do proletariado, mas, por outro lado, cria as condições da sua libertação. Por conseguinte, Weerth saudou o papel progressista da indústria.

Quando rebenta a revolução de 1848, o poeta combate, primeiro, de armas na mão e, mais tarde, através dos seus escritos. Publica, na Nova Gazeta Renana, folhetins em verso e em prosa, espirituais e incisivos, dirigidos especialmente contra a pequena burguesia, «esse peso morto da revolução», contra o obscurantismo feudal, os grandes proprietários rurais, etc. Desenha brilhantemente a caricatura do «junk» prussiano, numa série de folhetins intitulados «A Vida e os Feitos do Célebre Cavaleiro Schnapphahnski», o que o levou a responder em tribunal e a sofrer uma condenação.

Georg Weerth morreu em 1856, de uma meningite, em Havana. Tinha só 35 anos. Uma poesia de Weerth, encontrada por Engels nos papéis de Marx, que acabava de morrer, em 14 de Março de 1883, inspirou-lhe um artigo, publicado pelo Sozial-Demokrat de Zurique, em 7 de Junho de 1883.

Handwerksburschlied von Georg Weerth (1846)

Wohl um die Kirschenblüthe
Da haben wir logierth,
Wohl um die Kirschenblüthe
In Frankfurt einst logiert.

Es sprach der Herbergsvater:
«Habt schlechte Röcke an!»
«Du lausiger Herbergsvater,
Das geht dich gar nichts an!

«Gib uns von deinem Weine,
Gib uns von deinem Bier;
Gib uns zu Bier und Weine
Auch ein gebraten Thier.»

Da kräht der Hahn im Spunde —
Das ist ein guter Fluss.
Es schmeckt in unsrem Munde
Als wie Urinius.

Da bracht'er einen Hasen
In Petersilienkraut;
Vor diesem todten Hasen
Hat es uns sehr gegraut.

Und als wir waren im Bette
Mit unsrem Nachtgebet,
Da stachen uns im Bette
Die Wanzen früh und spät.

Das ist gescheh'n zu Frankfurt,
Wohl in der schönen Stadt,
Das weiss, der dort gelebet
Und dort gelitten hat ⁽¹⁾.

(1) Canto do Assalariado, de Georg Weerth (1846):

Foi pela época das cerejeiras em flor
que lá nos fomos hospedar.
Foi pela época das cerejeiras em flor
Que, noutro tempo, em Frankfurt, nos fomos hospedar.

«Vocês vêm muito mal vestidos!»
Disse-nos o dono da hospedaria.
— «Estalajadeiro piolhoso,
Isso não é da tua conta!

Encontrei esta poesia do nosso amigo Weerth no espólio literário de Marx. Weerth, o primeiro e o mais importante poeta do proletariado alemão, nasceu numa família renana. O pai era sacerdote e inspetor de paróquia. Quando, em 1843, eu morava em Manchester, Weerth veio a Bradford, como representante de uma firma alemã, e passámos juntos muitos domingos alegres. Em 1845, quando Marx e eu residíamos em Bruxelas, Weerth foi encarregado pela firma para que trabalhava de a representar nos países do continente e lá conseguiu arranjar maneira de montar o quartel general na cidade belga. Depois da revolução de Março de 1848, voltámos a encontrar-nos todos em Colónia, para a fundação da *Nova Gazeta Renana*. Weerth encarregou-se do folhetim e duvido muito que algum jornal publicasse alguma vez folhetins tão divertidos e mordazes. Uma das principais obras que escreveu foi «A Vida e os Feitos do Célebre Cavaleiro Schnapphahnski», onde descreve as aventuras do príncipe Lichnovski, que Heine, em «Atta Troll»⁽¹⁾,

Serve-nos vinho,
Serve-nos cerveja,
Dá-nos a cerveja e o vinho
Com um animal assado.»

A torneira range no batoque.
Que rio maravilhoso!
Mas a bebida, na nossa boca,
Tem um gosto a urina.

Trouxe-nos depois uma lebre
Guarnecida com couves e salsa.
Mas a lebre morta
Meteu-nos um medo enorme.

Quando nos fomos deitar,
Depois de rezarmos uma oração,
Os percevejos morderam-nos, na cama,
De noite até de manhã.

Isto passou-se em Frankfurt,
Uma bonita cidade.
Sabe-o quem lá viveu,
Sabe-o quem lá sofreu. — (N. R.)

(1) Poema humorístico de Heine, escrito em 1841 e publicado alguns anos mais tarde. Os inimigos de Heine acusaram-no de ter condenado as ideias de progresso, por intermédio do urso misantropo Atta Troll. O poeta escreve, no prefácio da obra, que sempre lutou pela liberdade e pela justiça, mas que o riso se apodera dele diante das «formas pesadas e grosseiras como que os contemporâneos alemães as enfarpelam. O poeta ridiculariza, por assim dizer, a pele de urso dessas ideias». (Ver a passagem em que Marx e Engels tratam do socialismo «verdadeiro», no *Manifesto* de 1848, e a apreciação de Engels sobre a «Jovem Alemanha»). Em nome da poesia autêntica, Heine insurge-se contra os que a sufocam e apenas obedecem às mais prosaicas considerações. — (N. R.)

evocou com esse nome⁽¹⁾. Os factos são todos verídicos; como deles tivemos conhecimento, di-lo-ei, talvez, noutra ocasião. Esses folhetins sobre Schnapphahnski foram editados em livro por Hoffmann e Campe, em 1849, e são ainda hoje de leitura muito divertida.

Schnapphahnski-Lichnovski, em 18 de Setembro de 1848, deslocava-se, a cavalo em companhia do general prussiano von Auerswald (também membro do Parlamento), com a intenção de espiar as colunas de camponeses que se dirigiam para Frankfurt, a fim de se juntarem aos combatentes das barricadas. Descobertos, foram ambos, segundo os seus méritos, abatidos como espiões pelos camponeses. Foi então que a justiça do Império pôs uma acção contra Weerth, por ter ofendido a memória de Lichnovski, e Weerth, que estava há muito na Inglaterra, foi condenado a três meses de prisão, muito depois de a reacção ter liquidado a *Nova Gazeta Renana*. O poeta teve, efectivamente, de cumprir a pena, porque os negócios obrigavam-no a ir à Alemanha, uma vez por outra.

Em 1850 e 1851, por conta de outra firma de Bradford, fez uma viagem à Espanha, depois às Índias Ocidentais e acabou por percorrer quase toda a América do Sul. Após um breve período na Europa, voltou às suas queridas Índias Ocidentais, onde não pôde resistir ao gozo de ver no Haiti um autêntico protótipo de Luís-Napoleão III, na pessoa do rei negro Soulouque. Entretanto, segundo Wilhelm Wolf comunicava a Marx, em 28 de Agosto de 1856, o poeta teve

«aborrecimentos com as autoridades de quarentena, foi obrigado a renunciar aos seus projectos e regressou a Havana por, durante a viagem, ter adoecido com febre amarela. Teve de ficar de cama, sobreveio-lhe uma meningite e, em 30 de Julho, o nosso Weerth morreu em Havana».

Chamei-lhe o primeiro e o mais importante poeta do proletariado alemão. Com efeito, os poetas socialistas e

(1) O príncipe Lichnovski (1814-1848) foi oficial prussiano e alistou-se, em 1838, nas tropas de Dom Carlos, de quem se tornou ajudante-de-campo. Depois da abdicação de Dom Carlos, o príncipe escreveu as suas recordações da Espanha («Schnapphahnski é agora autor», refere um verso de *Atta Troll*, no cap. I). Nomeado membro do Parlamento de Frankfurt em 1848, Lichnovski distinguiu-se pelos ataques furiosos contra as ideias progressistas e pela atitude provocadora em relação ao partido democrático. Engels narra as circunstâncias em que foi morto. — (N. R.)

políticos que escreveu estão muito além dos de Freiligrath, pela originalidade, humor e, sobretudo, pelo ardor sensual. Servia-se, com frequência, das formas usadas por Heine, mas só para as encher de um conteúdo original, de todo independente. Além disso, Weerth era diferente da maior parte dos poetas pelo facto de não se preocupar absolutamente nada com os versos, depois de os ter escrito. Logo que enviava uma cópia a Marx e outra a mim, nunca mais queria saber dos poemas e, muitas vezes, era até difícil forçá-lo a que os publicasse. As coisas só se passaram de maneira diferente enquanto se publicou a *Nova Gazeta Renana*. O seguinte trecho de uma carta que Weerth escreveu a Marx, de Hamburgo, em 28 de Abril de 1851, revela-nos as razões desse procedimento:

«Espero, de resto, voltar a ver-te, em Londres, no princípio de Julho, porque já não posso suportar estes *grasshoppers* (1) de Hamburgo. Ameaça-me aqui uma existência brilhante, que me faz medo. Qualquer um se agarraria a ela com as mãos ambas. Mas estou velho demais para ser um filisteu e do outro lado do mar está o longínquo Ocidente...

Ultimamente, tenho escrito um monte de coisas, mas não acabei nada, porque não vejo qualquer utilidade, qualquer objectivo em escrever. Quando tu escreves isto ou aquilo sobre economia política há uma razão e um fim a atingir. Mas eu? Fabricar ditos de espírito e chalaças de má qualidade para arrancar um riso idiota às caras cheias de esgares dos nossos compatriotas — decididamente, não conheço nada mais digno de lástima. A minha actividade literária morreu, não há dúvida, com a *Nova Gazeta Renana*.

Tenho de o confessar: lamento ter perdido, sem razão, por nada, os três anos que passaram, mas consolo-me, ao mesmo tempo, quando penso na nossa vida em Colónia. Não nos sujeitámos a compromissos. Aí está o essencial! Desde Frederico, o Grande, ninguém tinha tratado o povo alemão em *canaille* (2) como a *Nova Revista Renana*.

(1) Gafanhotos. — (N. R.)
(2) Em francês no original. — (N. R.)

Não quero dizer com isto que todo o mérito me pertença, mas contribui...

O Portugal! O Espanha! (Weerth acabava de regressar destes países). Se, ao menos, tivéssemos o teu céu, esse vinho, as tuas laranjas e mirtos! Mas nem isso temos! Nada, a não ser a chuva, narizes de palmo e carne fumada!

A chuva, com um nariz de palmo, o teu

G. Weerth.»

Weerth era inultrapassável na expressão da sensualidade e de apetites carnis são e robustos. Nesse aspecto, foi até mais perfeito do que Heine (porque era mais são e verdadeiro) e, em toda a literatura alemã, só Goethe o suplantou nessa faceta da sua arte. Alguns leitores do *Social-Democrata* ficariam horrorizados se eu me pusesse a reproduzir aqui certos folhetins de *A Nova Gazeta Renana*. Mas nem sequer penso nisso. No entanto, não posso impedir-me de observar que os socialistas alemães também verão chegar o momento em que deverão rejeitar abertamente esse último preconceito filisteu alemão, a hipócrita afectação de recato moral, de raiz pequeno-burguesa, que, de resto, só serve para esconder obscenidade secretas. Quando se lê por exemplo, os poemas de Freiligrath, quase podíamos acreditar que os homens não têm órgãos sexuais. E, no entanto, ninguém gostava tanto como Freiligrath das histórias obscenas contadas à sucupa. Mas os seus poemas são ultra-pudicos. Na verdade, já é tempo de os operários alemães pelo menos se habituarem a falar das coisas naturais, necessárias e extremamente agradáveis, que eles próprios fazem, de dia ou de noite, com uma liberdade tão grande como a dos povos latinos, de Homero e Platão, Horácio e Juvenal, como a do Antigo Testamento e da *Nova Gazeta Renana*.

Weerth, de resto, escreveu também coisas menos repressíveis de que me atrevo a enviar, de vez em quando, algumas páginas para o folhetim do *Social-Democrata*.

Engels: «Canto do Assalariado, de Georg Weerth (1846)». Der Sozial-Demokrat, Zurique, 7 de Junho de 1883. (Texto fornecido pelo Instituto Marx-Engels-Lenine.)

10. *Freiligrath* ⁽¹⁾ em 1848-1849

Se alguém pretendesse, *contrariamente à verdade*, atribuir-me qualquer influência sobre ti, isso só poderia referir-se, no máximo, ao curto período de *A Nova Gazeta Renana*, onde publicaste poesias admiráveis, sem dúvida as mais populares que escreveste.

Marx: *Carta a Freiligrath, de 23 de Novembro de 1859. Mehring: Freiligrath und Marx in ihrem Briefwechsel, p. 32, 1912.*

11. *A oposição através da canção, no Segundo Império*

Quando, ultimamente, mandaram a infantaria contra os estudantes, que obrigavam a regressar a casa o sr. Nisard, a tropa, em resposta ao grito de «Viva a tarimba!» descançou armas e foi necessário retirá-la à pressa para que a fraternização não se tornasse um *facto consumado* ⁽²⁾. A recente intentona no Sudoeste, que provocou cinco mil prisões (segundo os números *bonapartistas*) tinha numerosas ramificações no exército. A escola de sargentos da «Flecha» foi encerrada. Quase todos os alunos tinham participado na conjura e tiveram de os mandar para os regimentos, mas a verdade é que foi muito difícil encontrar regimentos seguros para os enquadrar. Há pouco tempo, quando Bonaparte assistia com a esposa a uma representação no Odéon, os estudantes que enchiam as cadeiras da orquestra, cantaram durante toda a sessão o *Sir de Franc-Boisy*, destacando as passagens mais significativas. Por seu lado, os operários parisienses cantam uma cançoneta com o seguinte refrão:

«Lá parte ele, lá parte ele,
O vendedorzinho de mostarda,
Lá parte para o seu país
Ele e mais a ferramenta!»

(1) Sobre Freiligrath, ver, no fim do volume, o Anexo II. — (N. R.)

(2) Em francês no original. — (N. R.)

Para que não haja dúvidas sobre quem é «vendedorzinho de mostarda», a polícia proibiu a canção.

Engels: *Carta a Marx, de 7 de Fevereiro de 1856. «Correspondência entre Marx e Engels», t. II, p. 104, Mega.*

12. *Uma velha canção dos camponeses da Dinamarca*

O primeiro número do Sozial-Demokrat, órgão da «Associação Geral dos Trabalhadores Alemães», saiu no dia 15 de Dezembro de 1864, em Berlim, alguns meses depois da morte de Lassalle. Schweitzer, chefe da redacção, pediu a Marx e a Engels para colaborarem no jornal. Marx, que censurou os elogios ditirâmicos, publicados no primeiro número, em honra de Lassalle, apenas enviou um artigo sobre Proudhon, que acabava de morrer (Janeiro de 1865) ⁽¹⁾, e Engels publicou uma nota sobre o Fidalgo Tidmann, texto escolhido de propósito para levar o jornal a iniciar a luta contra Bismark e os fidalgos rurais.

Engels dedicou sempre a maior atenção ao folclore revolucionário. Esforçou-se por utilizar poemas e canções do passado em prol do presente. Por conseguinte, publica no Sozial-Demokrat, de Zurique, em 7 de Setembro de 1882, a tradução de uma velha canção inglesa sobre um eclesiástico que muda de convicções e de religião segundo os reis se sucedem no poder. «Esta canção não envelheceu absolutamente nada, se tivermos em conta a actual situação na Alemanha» — acrescenta Engels, alu-

(1) Ver, neste volume, p. 77. — (N. R.)

dindo ao servilismo dos funcionários prussianos.

Fidalgo Tidmann é uma velha canção dinamarquesa. Engels transcreve-a no início do seu comentário. O assunto resumido é o seguinte: O fidalgo Tidmann levanta-se cedo, veste a bela camisa, o fato de seda, calça as botas de couro, põe as esporas douradas e dirige-se para o Thing. Cada camponês tem de dar-lhe sete medidas de cereais e um porco por cada quatro que possua. Dirige-se-lhe um velho: «Nenhum de nós pode dar isso. Que o fidalgo Tidmann não volte vivo do Thing!»

Den ersten Schlag der alte Mann schlug.
Herrn Tidmann nieder zu Boden er

[schlug.
Da liegt Herr Tidmann, von ihm rinnt
[das Blut
Das loben alle die Süderleute

Da liegt Herr Tidmann, von ihm rinnt
[das Blut.

Doch frei geht der Pflug im schwarzen
[Grund,

Frei gehn die Schweine im Mastungs-
[wald.

Das loben alle die Süderleute (1).

I

Este episódio da guerra dos camponeses na Idade Média tem por palco a Suderharde (harde é uma divisão judicial),

(1) O primeiro golpe foi do velho.
O fidalgo Tidmann foi a terra.
O fidalgo Tidmann está estendido, o sangue corre aos borbotões.
E toda a gente de Suder louva essas coisas.

O fidalgo Tidmann está estendido, o sangue corre aos borbotões.
No entanto, a relha do arado sulca livremente a terra negra,
Os porcos, livremente, vão à bolota na floresta.
E toda a gente de Suder louva essas coisas. — (N. R.)

ao norte de Aarhus, na Jutlândia. No Thing, a assembleia de justiça de circunscrição, eram julgados, além dos casos judiciais, os que se relacionavam com impostos e com a administração. A canção mostra o comportamento da nobreza perante os Edeling (agricultores livres) e, ao mesmo tempo, a maneira como os camponeses sabiam pôr termo à arrogância dos nobres. Num país como a Alemanha, onde a classe privilegiada inclui tanto de nobreza feudal como de burguesia, e o proletariado tanto ou mais proletários agrícolas que operários industriais, a velha e forte canção rural não destoará do ambiente.

Engels: «Fidalgo Tidmann», Sozial-Demokrat, Berlim, 5 de Fevereiro de 1865. (Texto cedido pelo Instituto Marx-Engels-Lenine.)

II

Mando a esses sujeitos (1) uma cançãozinha popular dinamarquesa, acerca de Tidmann, morto por um velho, no Thing, por querer obrigar os camponeses a pagar mais impostos. É revolucionária e não cai sob a alçada da lei. Além disso, ataca a nobreza feudal e é contra ela que o jornal deve, impreterivelmente, lutar. Acerca disso, acrescento algumas observações.

Engels: Carta a Marx, de 27 de Janeiro de 1865. «Correspondência entre Marx e Engels», t. III, p. 218, Mega.

13. A canção revolucionária

O partido social-democrata resolveu, em 1885, editar uma compilação de poemas revolucionários e pediu para isso a opinião de Engels, que pôe em relevo as fraquezas da canção revolucionária no passado.

(1) Schweitzer e a redacção do Sozial-Demokrat. — (N. R.)

A *Marselhesa* da guerra dos camponeses foi *Eine feste Burg ist unser Gott* (1). O texto e a melodia deste canto respiram vitória, mas hoje é impossível e inútil interpretá-lo nesse sentido. Há outras canções da época nas recolhas de canções populares, como, por exemplo, *A Cornucópia da Abundância do Rapazinho* (2), etc. Talvez encontrem aí coisas que vos interessem. Mas já nessa época o mercenário confiscava a nossa poesia popular.

Quanto às canções estrangeiras, conheço apenas a antiga e bela canção dinamarquesa *Fidalgos Tidmann*, que traduzi no *Sozial-Demokrat* de Berlim, em 1865.

Houve canções cartistas de todos os géneros, mas não há possibilidade de as encontrar. Uma delas começava assim:

«Britannia's sons, though slave you be,
God, your creator, made you free,
To all he life and freedom gave,
But never, never made a slave.» (3)

Não me lembro do resto.

Tudo isso caiu no esquecimento. Aliás, essa poesia não valia grande coisa.

Em 1848, havia, sobretudo, duas canções muito em voga. Tinham a mesma melodia:

1. *Schleswig-Holstein;*
2. *O Canto de Hecker*

«Hecker, hoch dein Name schalle
An dem ganzen deutschen Rhein!
Deine Grossmut, ja dein Auge
Flössen schon Vertrauen ein.
Hecker, der als deutscher Mann
Für die Freiheit sterben kann! (4)

(1) «O nosso Deus é uma sólida fortaleza», hino de Lutero. — (N. R.)

(2) Recolha de lendas e canções populares alemãs, editada em 1806 pelos poetas românticos Achim von Arnim e Clemens Brentano. — (N. R.)

(3) Filhos da Grã-Bretanha, embora sejais escravos,
Deus, nosso criador, fez-vos livres,
A todos deu vida e liberdade,
E nunca, nunca fez um escravo.

(4) Hecker, que o teu nome ressoe bem alto
Através de todo o Reno alemão!
A tua magnanimidade, teu próprio olhar
Já inspiram confiança.
Hecker que, como alemão,
Sabe morrer pela liberdade! — (N. R.)

Acho que isso basta. Há uma variante:

«Hecker, Struve, Blenker, Zitz und Blum,
Bringt die deutschen Fürste um!» (1)

Em geral, a poesia das revoluções do passado (continuando a exceptuar *A Marselhesa*) raramente exerce uma influência revolucionária nas épocas posteriores, porque, para agir nas massas, é obrigada a reflectir os preconceitos de que sofrem as massas dessa época. Daí as idiotices religiosas, mesmo entre os cartistas.

Engels: *Carta a Schlüter, 1885. (Texto cedido pelo Instituto Marx-Engels-Lenine.)*

(1) Hecker, Struve, Blenker, Zitz e Blum,
Matem os príncipes alemães! — (N. R.)

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO E DEPOIMENTOS ACERCA DE MARX

1. O jovem Marx criticado por si próprio

Em Dezembro de 1836, três meses depois de dar entrada na Universidade de Berlim, Marx envia três cadernos de poemas a Jenny von Westphalen, de quem estava noivo em segredo, desde as férias do mesmo ano, em Trèves. No fim do semestre universitário, em Fevereiro-Março de 1837, preenche um novo caderno de versos que envia ao pai, na altura em que este completa 55 anos. Alguns meses depois, Marx, que acaba de fazer 19 anos, numa carta ao pai, de 10 de Novembro de 1837, critica severamente essas tentativas juvenis impregnadas de um romantismo estranho à vida real e de que denunciara mais tarde, o espírito reaccionário. Nesta carta dá parte também da sua passagem do anti-hegelianismo ao hegelianismo.

Querido pai,

Há momentos na vida que são como marcos ao longo da estrada percorrida, mas indicam, ao mesmo tempo, uma nova direcção e uma nova certeza.

Nesses momentos de transição, sentimos a necessidade

de considerar o passado e o presente com o olho de águia do pensamento, a fim de sabermos qual a nossa verdadeira situação. A própria história se contempla e compraz nessa visão retrospectiva, o que lhe dá frequentemente a aparência de parar e de regredir quando apenas se atira para uma cadeira, a fim de se compreender a si própria, para penetrar através do espírito na própria acção, a acção do espírito.

Ora, nesses momentos, o homem isolado torna-se lírico, porque todas as transformações são, por um lado, um canto de cisne e, por outro, o introito de um novo e grande poema, que procura tomar corpo nas cores brilhantes, mas ainda confusas. No entanto, gostaríamos de erguer, desde logo, um monumento ao que se viveu de uma vez por todas, para que esse passado encontrasse no sentimento o lugar que perdeu na acção. Onde haverá para isso um lugar mais santo que o coração dos pais, o juiz mais suave, o mais profundamente simpático, o sol da afeição, cujo calor aquece o centro mais íntimo dos nossos esforços? De que maneira infortúnios e actos criticáveis poderão obter melhor perdão e ser redimidos do que tornando-se fenómenos de um estado essencialmente necessário? De que outra maneira os acasos infelizes, as aberrações do espírito poderiam fazer-nos escapar à censura de nos faltar ânimo?

Agora, ao fim de um ano passado aqui, já que lanço um olhar para trás, para os acontecimentos desse período e respondo assim, querido pai, à tua tão estimada carta de Ems, gostaria que me fosse permitido examinar a minha situação segundo o modo como considero a vida em geral, como a expressão de um actividade intelectual que se manifesta em todas as direcções, no saber, na arte, nas coisas pessoais.

No momento em que te deixei, abria-se para mim um mundo novo, o mundo do amor, de um amor a começar, cheio de desejos, mas vazio de esperanças. Até a viagem para Berlim que, noutra disposição de espírito me teria encantado imenso, incitado a contemplar a natureza, inflamada da alegria de viver, me deixou frio, me provocou até um surpreendente mau humor, porque os rochedos que via não eram mais rudes, mais orgulhosos que os sentimentos que me iam na alma, as grandes cidades mais vivas que o meu sangue, as mesas dos hotéis mais repletas, mais indigestas que as remessas de ilusão que eu levava e, por último, a arte não era tão bela como Jenny.

Logo que cheguei a Berlim, interrompi todas as relações que até aí tinha mantido. Contrariado, fiz algumas visitas

— poucas — e tentei entregar-me por inteiro à ciência e à arte.

No estado de espírito em que, nessa altura, me encontrava, a poesia lírica devia necessariamente constituir a minha primeira tentativa, pelo menos a mais agradável e acessível; mas, como o exigia a minha situação e toda a minha evolução anterior, essa poesia só poderia ser idealista. Construí o meu céu e a minha arte de um além tão longínquo como o meu amor. O real dilui-se por completo e deixa de haver limites para aquilo que se dilui. Ataques contra o presente, sentimentos vagos e confusos, uma ausência total de naturalidade, construções nas nuvens, o contrário do que é e do que deve ser, reflexões retóricas em vez de ideias poéticas, mas talvez também um certo calor sentimental e algum esforço de elevação, caracterizam todas as poesias dos três primeiros cadernos que mandei a Jenny. A medida de uma aspiração sem limites manifesta-se aí debaixo dos aspectos mais diversos e faz da minha poesia uma diluição⁽¹⁾.

Mas a poesia só podia e devia ser um acompanhamento. Tinha de estudar direito e sentia, sobretudo, a necessidade de medir as minhas forças no campo da filosofia. Combinei, portanto, as duas disciplinas. Por um lado, estudava, como um aluno incipiente e sem o menor senso crítico, Heineccius, Thibaud e as Fontes, traduzindo, por exemplo, em alemão, os dois primeiros livros do *Pandectas* e, por outro, tentava construir uma filosofia do direito no domínio do direito. A guisa de introdução anotei algumas frases metafísicas e levei essa obra infeliz até ao direito público, o que redundou num trabalho de perto de trezentas folhas.

...Ao chegar ao fim do direito privado referente aos bens, reconheci a falsidade do conjunto, cujo esquema de base lembra o de Kant, mas que, no desenvolvimento, se afasta dele totalmente. Compreendi, de novo, que, sem a filosofia, era impossível chegar a bom termo. Pude, por conseguinte, lançar-me outra vez nos braços da filosofia e escrevi um novo sistema metafísico. Quando o acabei, foi novamente forçado a reconhecer como era absurdo e como eram também absurdos todos os meus esforços precedentes.

Ao mesmo tempo, adquiri o hábito de fazer extractos de

(1) Marx opõe aqui *Dichten* (a palavra significa, ao mesmo tempo, poesia e densa) a *Breiten* (amplidão, prolixidade), o que dá um jogo de palavras intraduzível em português. — (N. R.)

todos os livros que lia, por exemplo, *Laocoon*, de Lessing, *Erwin*, de Solger, *Kunstgeschichte*, de Winckel, *Deutsche Geschichte*, de Luden⁽¹⁾ e de anotar, à margem, algumas reflexões. Traduza a *Germania*, de Tácito, e os *Libri Tristium*, de Ovídio, e, a título privado, isto é, com o auxílio de gramáticas, comecei a aprender inglês e italiano, o que, por enquanto, não deu resultado. Li o *Kriminalrecht*, de Klein, bem como os seus *Anais* e as últimas produções literárias, mas estas de maneira completamente acessória.

No fim do semestre, procurei de novo as danças das Musas, e a música dos Sátiros e, no último caderno que te mandei, o idealismo transparece através de um humor forçado (*Skorpion und Felix*) ou através de um drama fantástico e falhado (*Oulanem*), para mudar, por último, de alto a baixo e rematar numa arte puramente formal, sem objecto de exaltação e sem qualquer elevação nas ideias.

Estas últimas poesias foram, no entanto, as únicas que, repentinamente, me fizeram entrever, como por artes mágicas — ah! como esse choque, ao princípio, me perturbou — o reino da verdadeira poesia, resplandecente como um palácio longínquo e feérico. Nessa altura, todas as minhas criações poéticas se desfizeram em pó.

Devido a essas múltiplas ocupações, durante o primeiro semestre, passei muitas noites em claro, sofri muitos impulsos, tanto internos como externos, lutei em várias frentes para afinal não me ver mais enriquecido do que antes e ter, entretanto, desprezado a natureza, a arte, o mundo e repellido os amigos — eram estas as conclusões a que o meu ser parecia chegar. Um médico aconselhou-me o campo e, pela primeira vez, depois de ter atravessado toda a cidade, vi-me em Stralow, fora das muralhas. Tinha a certeza de que o ser débil e anémico que eu era se desenvolveria fisicamente em contacto com a natureza e se tornaria são e robusto.

Uma cortina caíra, estava demolido o meu santuário e era preciso substituir os deuses.

Depois de partir do idealismo que, diga-se de passagem, confrontei e nutri com o de Kant e Fichte, consegui procurar a ideia no próprio real. Se, noutro tempo, os deuses habitaram por cima da terra, agora passavam a constituir o centro.

Já tinha lido fragmentos da filosofia de Hegel, cuja me-

lodia áspera e grotesca me desagradava. Desejava mergulhar no mar, mais uma vez, mas com o desejo bem definido de encontrar a natureza espiritual tão necessária, tão concreta e tão claramente delimitada como a natureza física. Desejava não voltar a esgrimir proezas; queria levantar a pérola pura à luz do sol!

Escrevi um diálogo de cerca de oitenta folhas, que intitulei «Cleanto, ou Acerca do Ponto de Partida e do Desenvolvimento Necessário da Filosofia». A arte e a ciência, que estavam completamente separadas, de um modo ou doutro, tornavam-se, neste caso, aliadas. Viajante atento, meti mãos à obra, a uma análise filosófico-dialéctica da divindade que se manifesta como Ideia em si, como religião, como natureza, como história. A minha última frase era o início do sistema de Hegel e esse trabalho, através do qual me familiarizei um pouco com as ciências naturais, com Schelling, com a história, que me causou infinitas dores de cabeça e está escrito de modo tão confuso (quando, na realidade devia ser uma lógica nova) que, hoje, até em pensamento me é difícil mergulhar nele, esse trabalho, dizia eu, esse filho preferido, acarinhado ao luar, arrastou-me, como uma sereia pérfida, para os braços do inimigo.

Despeitado, vi-me, durante alguns dias, na impossibilidade de pensar. Passeava como um desvairado no jardim das margens do Sprée, cuja água suja «lava as almas e aclara o chá»⁽¹⁾ e até fui a uma caçada com o dono da casa onde estava hospedado. Corri a Berlim com desejos de abraçar todos os comissionistas da esquina.

...O aborrecimento que me causou a doença de Jenny, o fracasso de todos os trabalhos que fiz em vão e o despeito que me roía por ter de arvorar em ídolo uma concepção que me era odiosa puseram-me doente, como já te mandei dizer, querido pai. Logo que me vi restabelecido, quimei todas as poesias, todos os planos de romances, etc., com a ilusão de que me era possível renunciar a isso por completo e a verdade é que, até agora, ainda não dei provas em contrário.

Durante a minha indisposição, li Hegel de uma ponta a outra e familiarizei-me com a maior parte dos seus discípulos. Depois de várias reuniões a que assisti em Stralow, com amigos, entrei para um clube de doutores, entre os quais se encontravam alguns catedráticos e o mais íntimo dos meus amigos berlinenses, o doutor Rutenberg. Na dis-

(1) *História da Alemanha* da autoria do historiador Luden (1780-1847). — (N. R.)

(1) Verso de Heine tirado de um poema do *Buch der Lieder*. — (N. R.)

cussão, manifestaram-se muitas opiniões contraditórias e liguei-me cada vez mais a esta filosofia do mundo contemporâneo, a que tinha julgado poder escapar; mas tudo aquilo que era sonoro se calou e fui tomado de uma verdadeira raiva de ironia, o que, de resto, era de prever que acontecesse facilmente, após o renegar de tantas coisas. A isso veio juntar-se o silêncio de Jenny e não tive um momento de descanso enquanto não resgatei o modernismo e a concepção científica em voga com algumas más produções, tais como *Der Besuch* (1).

Talvez não te tenha contado claramente este último trimestre, não te tenha dado todos os pormenores, nem transmitido todos os matizes. Se assim foi, peço-te que me desculpes, querido pai, e atribuas isso ao grande desejo que tenho de falar do presente.

O sr. de Chamisso enviou-me um bilhete muito insignificante, onde me informa «que lamenta que o Almanaque não possa utilizar os meus artigos, porque já está impresso há muito tempo. Engoli a pílula aborrecido. O editor Wigand transmitiu o meu plano ao Dr. Schmidt, editor da firma Wunder, que vende bom queijo e má literatura. Junto a carta dele. O segundo ainda não respondeu. Não renuncio, no entanto, a esse projecto, pois, além do mais, todas as celebridades estéticas da escola hegeliana prometeram colaborar, por intermédio do professor Bauer, que representa um grande papel entre elas, e ainda do meu coadjutor, Dr. Rutemberg.

Marx: *Carta para seu pai, datada de 10 de Novembro de 1837. Oeuvres, t. I, II parte, pp. 213-220, Mega.*

2. Confissão

Jenny e Laura fizeram, um dia, ao pai, por brincadeira, uma série de perguntas, cujas respostas deveriam constituir uma espécie de «confissão». Esse questionário e as respostas de Marx, redigidas em inglês, referem-se aos anos de 1860-65.

(1) A Visita. — (N. R.)

A qualidade que mais aprecia:

O traço característico:

A ideia da felicidade:

A ideia da infelicidade:

O defeito que desculpa mais facilmente:

O defeito que lhe inspira mais aversão:

A antipatia:

A ocupação preferida:

Os poetas preferidos:

O prosador preferido:

O herói preferido:

A heroína preferida:

A flor preferida:

A cor preferida:

O nome preferido:

O prato preferido:

A máxima preferida:

A divisa preferida:

Nas pessoas, a simplicidade; nos homens, a força; nas mulheres, a fraqueza.

A unidade do objectivo.

A luta.

A submissão.

A confiança concedida sem reflectir.

O servilismo.

Martin Tupper.

Frequentar os alfarrabistas.

Shakespeare, Esquilo,

Goethe.

Diderot.

Espartaco, Kepler.

Gretchen.

O louro.

O vermelho.

Laura, Jenny.

O peixe.

Nada de humano me é estranho.

Duvida de tudo.

Marx: «*Confissão*», *Die Neue Zeite*, 1913, pp. 856-857.

3. Os gostos literários de Marx

Marx não permitia a ninguém que pusesse em ordem, ou antes, em desordem, os seus livros e papéis. Na realidade, a desordem era apenas aparente. Tudo estava no seu lugar. Encontrava sempre sem dificuldade o livro ou o caderno de que necessitava. Até no meio de uma conversa, muitas vezes se interrompia para procurar no próprio livro a citação que acabava de fazer ou o número que tinha indicado. Fazia corpo com o gabinete de trabalho, onde os livros lhe obedeciam como se fossem os próprios membros,

Na maneira de arrumar os livros, não se importava com a simetria. Os «in-quarto», os «in-octavo» e brochuras confundiam-se uns com os outros. Não os arrumava de acordo com as dimensões, mas segundo o conteúdo. Os livros eram para ele instrumentos de trabalho em vez de objectos de

luxo. «São meus escravos — dizia ele — e devem servir-me como bem entendo.» Maltratava-os, sem se preocupar com o formato,* a capa, a beleza do papel ou da impressão, dobrava os cantos, cobria as margens de traços a lápis e sublinhava as passagens históricas. Não fazia anotações nas margens. Limitava-se, de quando em quando, a um ponto de exclamação ou de interrogação, quando um autor se excedia. O sistema de que se servia para sublinhar permitia-lhe encontrar muito facilmente a passagem procurada. Tinha o hábito de reler, passados anos, os seus cadernos de notas e as passagens sublinhadas nos livros, para as conservar bem na memória, que era notável. Tinha-a exercitado desde a juventude, segundo o conselho de Hegel, aprendendo de cor versos escritos em línguas que desconhecia.

Sabia de cor Henrique Heine e Goethe, que citava frequentemente quando conversava. Lia os poetas de todas as literaturas europeias. Todos os anos relia *Esquilo* no original. Considerava *Esquilo* e *Shakespeare* como os dois maiores génios dramáticos de todos os tempos. Tinha estudado profundamente *Shakespeare*, por quem sentia uma admiração sem limites. Conhecia, sem excepção, todas as personagens do dramaturgo inglês. Toda a família Marx professava uma espécie de culto por ele. As três filhas sabiam-no de cor. Depois de 1848, pretendendo aperfeiçoar os seus conhecimentos do inglês que lia já correntemente, destacou e classificou todas as expressões peculiares de *Shakespeare*. Fez o mesmo com uma parte da obra do polemista inglês *William Cobbett*, por quem tinha grande estima. *Dante* e *Robert Burns* contavam-se entre os seus poetas preferidos. Sentia grande prazer ao ouvir as filhas declamar ou cantar os poemas de amor e as sátiras do poeta escocês.

Cuvier, trabalhador infatigável e um dos mestres da ciência, instalou no Museu de Paris, de que era director, uma série de gabinetes de trabalho para uso pessoal. Cada um destinava-se a uma ocupação e continha os livros, instrumentos e o material anatómico necessário. Quando se sentia fatigado de um trabalho, Cuvier entrava noutra gabinete e dedicava-se a um estudo diferente. Segundo se afirma, esta simples mudança de ocupação representava para ele um repouso. Marx era um trabalhador tão infatigável como Cuvier, mas não possuía os meios para mandar instalar vários gabinetes de trabalho. Repousava, andando, no quarto, de um lado para o outro. Entre a porta e a janela, a passagem era marcada por um sulco, onde o tapete estava usado até à corda e tão nitidamente

traçado com um caminho num prado. Uma vez ou outra, estendia-se no divã e lia um romance; lia dois ou três ao mesmo tempo, saltando de um para outro. Como *Marwin*, era grande leitor de romances. Gostava, sobretudo, dos do século XVIII e, especialmente, do *Tom Jones*, de *Faulding*. Os autores modernos que mais o tentavam eram *Paulo de Kock*, *Charles Lever*, *Alexandre Dumas*, pai, e *Walter Scott*. Considerava *Old Mortality*, deste autor, uma obra magistral. Gostava dos contos alegres e das narrativas de aventuras. *Cervantes* e *Balzac* foram os seus romancistas preferidos. Via em *Dom Quixote* a epopeia da cavalaria moribunda; cujas virtudes iriam tornar-se, no mundo burguês que nascia, motivo de ridículo e de zombaria. Tinha por *Balzac* uma admiração de tal ordem que tencionava escrever um livro de crítica acerca da *Comédia Humana*, depois de terminar a sua obra económica. *Balzac* não foi apenas o historiador da sociedade do seu tempo. Foi também o criador de tipos proféticos que, na época de *Luís Filipe* se encontravam ainda em estado embrionário e só se desenvolveram por completo depois da sua morte, no tempo de *Napoleão III*. Marx lia correntemente todas as línguas europeias e escrevia três, o alemão, o francês e o inglês, de maneira a causar a admiração dos que conheciam perfeitamente esses idiomas. «Uma língua estrangeira é uma arma na luta pela vida» — afirmava com frequência. Tinha grande facilidade em aprender línguas, mérito que as filhas herdaram. Com 50 anos, começou a estudar russo e, embora esse idioma não tivesse qualquer relação etimológica com as outras línguas modernas que sabia, ao fim de seis meses, tinha aprendido o suficiente para ler no original os poetas e os escritores russos que mais estimava: *Puchkine*, *Gogol* e *Chitchedrine*. O que o levou a iniciar o estudo da língua russa foi o desejo de ler os documentos ridigidos pelas comissões de inquérito oficiais, de que o governo do tsar proibia a divulgação devido às assustadoras revelações que continham. Amigos devotados enviaram essa documentação a Marx que, provavelmente, foi o único economista da Europa Ocidental que dela teve conhecimento.

Além dos poetas e dos romancistas, Marx tinha ainda outra distracção. Eram as matemáticas de que gostava particularmente. A álgebra representava para ele um reconforto moral e serviu-lhe de refúgio nos momentos mais dolorosos da sua existência movimentada. Durante a última doença da mulher, foi-lhe impossível dedicar-se, como habitualmente, aos trabalhos científicos; não podia fugir à impressão que os sofrimentos da companhia exerciam no

seu espírito senão mergulhando nas matemáticas. Foi durante esse período doloroso que redigiu um trabalho acerca do cálculo infinitesimal, trabalho de grande valor, segundo os matemáticos que dele têm conhecimento e de que se prevê a publicação nas obras completas. Marx via nas matemáticas superiores o movimento dialéctico na sua forma ao mesmo tempo mais lógica e mais simples. Segundo ele, uma ciência só estava verdadeiramente desenvolvida quando pudesse utilizar as matemáticas.

A biblioteca de Marx, que contava mais de mil volumes, cuidadosamente reunidos durante uma longa vida dedicada às pesquisas científicas, não lhe era, no entanto, suficiente e foi por isso que, ao longo de anos, foi um hóspede assíduo do Museu Britânico, onde utilizava largamente o catálogo. Os próprios adversários eram obrigados a reconhecer a extensão e a profundidade dos conhecimentos que possuía, não só na sua especialidade, a economia política, mas também no domínio da história, da filosofia e da literatura universal.

Embora se deitasse muito tarde, à noite, estava sempre a pé entre as oito e as nove horas da manhã, bebia o café, percorria os jornais e metia-se depois no gabinete de trabalho, onde ficava até às duas ou três horas da madrugada. Interrompia a actividade apenas nas horas das refeições e para um passeio, à tarde, para os lados de Hampstead Heath, quando o tempo o permitia. Durante o dia, dormia uma hora ou duas, num divã. Quando era novo, trabalhava, muitas vezes, noites inteiras. O trabalho tornou-se para ele uma paixão... Sacrificava ao cérebro o resto do corpo. Pensar era o seu maior prazer.

...Marx compreendia as coisas à maneira do Deus de Vico. Não via apenas a superfície. Penetrava no interior, estudava todos os elementos nas suas acções e reacções recíprocas, isolava cada um deles e estudava a história do seu desenvolvimento. Em seguida, da própria coisa passava ao meio e observava o efeito deste sobre ela e vice-versa. Subia até à origem do facto, seguia-lhe o desenrolar, bem como as repercussões mais afastadas. Não via nisso um fenómeno em si, sem relação com o meio, mas um mundo complexo em movimento perpétuo e desejava exprimir toda a vida desse mundo, nas suas acções e reacções variadas e em via de transformação perpétua. Os escritores da escola de Flaubert e dos Goncourt queixam-se da dificuldade em transmitir exactamente a realidade e, no entanto, aquilo sobre que eles pretendem escrever não passa da superfície de que fala Vico, a impressão que as coisas produzem neles.

O seu trabalho literário é um jogo infantil, comparado ao trabalho realizado por Marx. Era necessária uma força intelectual extraordinária para captar a realidade e uma arte não menos extraordinária para a descrever. Marx nunca ficava satisfeito com o seu trabalho. Alterava sempre uma coisa ou outra e continuava a achar a exposição inferior à representação. Um estudo psicológico de Balzac, que Zola plagiou vergonhosamente — «A Obra-Prima Ignorada» — causou-lhe profunda impressão porque descrevia sentimentos que ele próprio experimentou. A obra apresenta um pintor de génio, de tal modo torturado pela necessidade de transmitir as coisas que se lhe reflectem no cérebro, que retoca perpetuamente o seu quadro até não passar de uma massa de cores informes que, no entanto, surgem ao seu olhar velado como a representação mais perfeita da realidade.

...Marx trabalhava sempre com uma consciência extrema. Nunca transmitia um facto, um número que não pudesse apoiar nas autoridades mais legítimas. Não se contentava com informações de segunda mão. Ia sempre às fontes, por muito que isso lhe pudesse custar. Era capaz de correr ao Museu Britânico para verificar o facto mais insignificante, no livro apropriado. Nunca os críticos puderam censurar-lhe a menor inexactidão ou provar-lhe que, numa demonstração, se apoiava em factos que não resistiam a um exame rigoroso. O hábito de subir às fontes levou-o a ler os escritores menos conhecidos e que só por ele são citados. O *Capital* contém uma quantidade tão grande de citações de escritores desconhecidos que poder-se-ia julgar que o autor teve prazer em alardear conhecimentos. Nada de parecido. «Pratico a justiça histórica — dizia Marx —, concedo a cada um o que lhe é devido.» Efectivamente, achava que era seu dever nomear o escritor, embora desconhecido ou insignificante, que primeiro exprimiu uma ideia, ou onde se encontrava a sua expressão mais exacta.

A sua consciência literária era tão severa como a científica. Não só nunca se apoiaria num facto de que não estivesse seguro, como nunca se permitiria tratar um assunto que não tivesse estudado a fundo. Nunca publicava fosse o que fosse antes de refeito várias vezes, até lhe encontrar a forma adequada. Marx não podia suportar a ideia de surgir incompleto perante o público. Seria para ele um martírio se o obrigassem a mostrar os manuscritos enquanto não lhes tivesse dado a última demão. Esse sentimento era nele tão forte que me disse um dia que preferia queimar os manuscritos a deixá-los incompletos.

...Quando as filhas eram pequenas fazia-lhes parecer

curto o tempo do passeio, narrando-lhes contos de fadas, intermináveis, que inventava enquanto ia passeando e que prolongava de acordo com o caminho, de modo que as crianças, escutando-o, se esqueciam da fadiga. Marx possuía uma imaginação poética incomparável e as suas primeiras obras foram poemas. A esposa guardava ciosamente as obras de juventude do marido, mas nunca as mostrava a ninguém. Os pais de Marx idealizaram para ele a carreira de homem de letras ou de professor. Na opinião deles, o filho rebaixou-se ao dedicar-se à agitação socialista e ao ocupar-se de economia política, ciência que, nessa época, era muito pouco estimada na Alemanha. Marx prometeu às filhas escrever para elas um drama sobre os Gracos. Infelizmente, não pôde cumprir a palavra. Teria sido interessante ver como ele, a quem chamavam o «cavaleiro da luta de classes», trataria esse terrível e grandioso episódio da luta de classes no mundo antigo. Marx tinha em mente um grande número de projectos que nunca pôde realizar. Entre outros trabalhos, propunha-se escrever uma lógica e uma história da filosofia que, na juventude, foi o seu estudo favorito. Precisaria de viver cem anos para levar a cabo os seus projectos literários e poder dar ao mundo uma parte dos tesouros que possuía.

Paul Lafargue: «Karl Marx, Recordações Pessoais», Die Neue Zeit, 1891.

4. Byron e Shelley vistos por Marx

Shelley via na Revolução Francesa uma etapa no caminho da renovação da sociedade. Marx, que conhecia e compreendia os poetas, tão bem como os filósofos ou os economistas, gostava de repetir: «A verdadeira diferença entre Byron e Shelley consiste no seguinte: os que os entendem e apreciam consideram uma felicidade o facto de Byron ter morrido aos trinta e seis anos, porque, se tivesse vivido mais tempo, viria a transformar-se num burguês reacccionário; lamentarão, pelo contrário, que Shelley tenha morrido aos vinte e nove, pois se tratava de um revolucionário autêntico, que sempre teria pertencido à vanguarda do socialismo.»

Edward Aveling e Eleonora Marx-Aveling: «Shelley Socialista». Die Neue Zeit, 1888, p. 541.

5. Marx e o teatro

Por vezes, as crianças cantavam canções negras e dançavam, quando tinham as pernas menos fatigadas do exercício prolongado. Ao longo do percurso, era absolutamente proibido falar de política, ou das nossas misérias de refugiados. Em contrapartida, falava-se muito de arte e literatura. Marx tinha, assim, ocasião de mostrar a sua memória prodigiosa. Declamava longas passagens da *Divina Comédia* que sabia quase toda de cor. Recitava também cenas de Shakespeare, secundado muitas vezes pela mulher, que conhecia perfeitamente esse autor. Quando se encontrava num estado de exaltação especial, imitava Seidelmann no papel de Mefistófeles. Marx admirava Seidelmann, que tinha visto em Berlim quando era estudante, e *Fausto* era a obra poética que preferia. Não direi que Marx declamava bem — exagerava um pouco — mas acentuava sempre a propósito e fazia ressaltar o sentido da frase; numa palavra, impressionava muito. O efeito cómico produzido pelas palavras iniciais, atiradas com força demasiada, sumia-se quando sentíamos que Marx tinha penetrado a fundo no espírito da personagem, tinha compreendido inteiramente o papel e o possuía na perfeição.

W. Liebknecht: «Passeios com Marx», em Karl Marx: «Recolha de Recordações e de Artigos», p. 168, Ring Verlag, Zurique, 1934.

6. Marx, leitor e narrador

Quanto a mim, de todas essas inumeráveis e maravilhosas histórias que me contava Mohr (1), a de que gostava mais era a de *Hans Röckle*. Durava meses a fio. Compunha-se de uma série completa de histórias. Só é pena não ter aparecido alguém que fixasse pela escrita essas narrativas orais tão cheias de poesia, de espírito e humor. Hans Röckle era um mágico à *Hoffmann* (2), que possuía uma loja de brinquedos, mas nunca tinha dinheiro no bolso. Na

(1) Mouro: nome familiar de Marx, devido ao tom moreno da sua pele. — (N. R.)

(2) Em francês no original. — (N. R.)

loja havia os objectos mais extraordinários: homens e mulheres de madeira, gigantes e anões, patrões e operários, animais de quatro patas e aves em tão grande número como na Arca de Noé, mesas e cadeiras, carruagens e caixas grandes e pequenas. Embora fosse mágico, Hans nunca podia pagar as dívidas ao diabo, nem ao magarefe. Por isso, tinha de vender, contra vontade, ao demónio todas essas coisas belas, peça por peça. Depois de muitíssimas aventuras e peripécias, essas coisas voltavam sempre à loja de Hans Röckle. Algumas dessas aventuras causavam arrepios ou punham-nos os cabelos em pé, como nos contos de Hoffmann; outras eram cómicas, mas todas eram contadas com uma vivacidade, um espírito e um humor inextinguíveis.

Marx lia também para as filhas. Leu-nos, tanto a mim como às minhas irmãs, todo o Homero, os *Nibelungos*, *Guirune* (1), *Dom Quixote* e *As Mil e Uma Noites*. Shakespeare era a Bíblia de casa. Aos seis anos já sabia de cor cenas inteiras de Shakespeare.

Quando fiz seis anos, Mohr ofereceu-me um romance, o imortal «Peter Simple», o primeiro que li. Seguiu-se uma série de livros de Marryat e de Cooper. Meu pai lia todos esses livros comigo e discutia muito seriamente o conteúdo com a pequenita. E quando a pequenita — entusiasmada com as histórias marítimas de Marryat — declarava que também queria ser capitão (quaisquer que fossem as suas tarefas) e perguntava ao pai se era possível «vestir-se de rapaz» e engajar-se num navio de guerra, ele garantia-lhe que isso era possível, sem dúvida, mas que era preciso não dizer nada a ninguém enquanto os planos não estivessem totalmente amadurecidos. Mas enquanto amadureciam os planos, veio a exaltação por Walter Scott e soube com temor que uma nossa parente afastada me ligava ao clã odiado dos Campbell (2). Vieram, então, os planos para sublevar os Highlands e fazer ressurgir a revolta dos vinte e quatro (3). Devo acrescentar que Marx relia constante-

mente Walter Scott. Admirava-o e conhecia-o quase tão bem como a Balzac e Fielding. Enquanto Marx falava desses livros e de muitos outros à filha e lhe mostrava onde encontrar o que havia de melhor e de mais belo nessas obras, ia-lhe ensinando a pensar — sem que ela desse por isso, pois teria resistido — ensinava-lhe a esforçar-se no sentido de pensar por si própria e compreender.

Eleanora Marx-Aveling: «Karl Marx: Algumas Notas Esparsas», em Karl Marx: «Recolha de Recordações e de Artigos», pp. 114-116, Ring Verlag, Zürich, 1934.

7. Marx e Lassalle através das preferências literárias

A diferença manifesta-se plásticamente, por assim dizer, se compararmos os escritores preferidos pelos dois homens. Para Marx eram Homero, Dante, Shakespeare, Cervantes e, entre os modernos, Balzac; para Lassalle: Hutten, Lessing, Fichte e, entre os modernos, Platen. São dois tipos de literatura totalmente diferentes. De um lado, espíritos que registaram a imagem de uma época inteira de modo tão objectivo que todos os resíduos subjectivos, mais ou menos se dissolvem, em parte tão completamente que os autores desaparecem por detrás das suas criações, numa obscuridade mística. Do outro, espíritos que, como um deles canta, reflectem apenas «uma imagem da imagem do mundo», homens em cujas obras reconhecemos menos o aspecto do mundo em que viveram do que a maneira como se apoderaram ou tentaram apoderar-se do seu mundo.

Mehring: «História da Social-Democracia Alemã», t. II, p. 243, Dietz, Stuttgart, 1903.

8. Marx e a alegoria

Entre todos os clássicos alemães, foi provavelmente Lessing que filosofou mais sobre a alegoria como forma de exposição literária. A propósito desse mestre da alegoria,

(1) Epopeia germânica do século XIII, que situam a seguir aos *Nibelungos*. — (N. R.)

(2) Campbell: família aristocrática escocesa. O avô da mulher de Marx, Philippe von Westphalen, casou com Jeanie Wichart, cuja mãe era uma Campbell. — (N. R.)

(3) Movimento stuartista desencadeado em 1745. Alguns câs montanheses sublevaram-se ao apelo de Carlos Eduardo, dito o Pretendente, e desembarcaram na Escócia, na esperança de reporem os Stuarts no trono inglês. Depois de várias vitórias, Carlos Eduardo foi vencido na batalha de Culloden (1746). — (N. R.)

podemos repetir o que disse de si próprio, como poeta, numa admirável alegoria: «Como tal não nasceu, mas em tal se transformou.»

...Contrariamente a Lessing, Goethe não se fez «construtor de alegorias», como se apelidava a si próprio. Nasceu como «tal». É conhecido o verso onde diz que não poderiam impedi-lo de falar por alegorias, pois não sabe exprimir-se de outra maneira. E a senhora von Stein escrevia: «As minhas alegorias rivalizam com os provérbios de Sancho Pança.» Esta alegoria caracteriza admiravelmente as alegorias de Goethe; os provérbios são alegorias pelas quais o povo pensa e faz versos... Tal como o chefe da nossa literatura clássica, o chefe da nossa filosofia clássica era também um «grande construtor de alegorias». Com muito exagero, fizeram da linguagem de Hegel o tipo da meditação penosa e difícil de compreender, mas como muito bem afirma Rosenkranz, o biógrafo de Hegel, a exposição do filósofo está cheia de todos os elementos da língua alemã, desde o misticismo da Idade Média até à Reforma e brilha, em especial, nas metáforas, muitas vezes tão ousadas como surpreendentes.

Neste ponto, como em tantos outros, Marx foi o discípulo mais genial de Hegel. Foi também um «construtor de alegorias nato». Já na sua dissertação de doutoramento, as alegorias jorram como de uma fonte inesgotável. Toda a dissertação parece uma grande alegoria, que mostra como a filosofia naturalista dos epicuristas festeja o triunfo supremo na teoria dos corpos celestes e por aí mesmo desaba completamente. Já na juventude, Marx escrevia a alegoria seguinte: «O mesmo espírito que constrói os sistemas filosóficos no cérebro dos filósofos, constrói o caminho de ferro com as mãos dos operários.» (1). E ainda esta: «A religião não passa do sol ilusório que se move em redor do homem, enquanto este não se move em torno de si próprio.» (2). É na «Crítica da Economia Política» que Marx é talvez mais fecundo e mais rico em alegorias. No entanto, alguns pretenderam que ele teria exposto no prefácio desta obra o método do materialismo histórico «com a ajuda de imagens remendadas» e ainda de um modo muito imprescindível... Encontramos, de novo, a mesma riqueza alegórica

(1) Ver, no presente volume, p. 14. — (N. R.)

(2) Marx: «Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel». *Oeuvres*, t. I, p. 608, *Mega*.

na introdução do *Capital*, que retoma o conteúdo do livro atrás citado.

Nessa parte da obra, Marx atinge, quanto a nós, o cume do seu talento, do ponto de vista puramente literário, e é aí que melhor se pode estudar a natureza das suas alegorias. É aí também que se podem descobrir as razões por que as alegorias de Marx irritam tanto os doutos burgueses.

...Para Marx, alegoria nunca é um ornamento, nunca é um simples enfeite da língua. Mas também não é, como em Lessing, um meio de facilitar a compreensão, um esforço para agir não só sobre a razão, mas também na imaginação. É, pelo contrário, uma original visão global de coisas idênticas, o ideal realizado dessa exposição perfeita, de que Lessing dizia que a ideia e a imagem pertencem nela uma à outra como o homem à mulher. A alegoria, tal com Marx a emprega, é a mãe física dos pensamento, que recebe dela o seu fôlego vital.

É o que os doutos burgueses não compreendem, mesmo quando não há má vontade da parte deles. A verdade é que não *podem* compreendê-lo, é-lhes *proibido*. No que daria a sociedade burguesa se, nas cátedras universitárias, adquirissem vitalidade e força as metáforas da dialéctica revolucionária? É essa a razão por que esses bons patriotas, na sua cegueira, falam de «misticismo obscuro» e de «imagens grosseiramente ajustadas». Como a alegoria de Marx, é, no mais alto grau, o segredo do génio, mantêm-se para eles um perpétuo enigma.

Franz Mehring: «*Karl Marx e a Alegoria*», *Die Neue Zeit* de 13 de Março de 1908, pp. 851-854.

9. As apreciações literárias de Marx

Marx encontrava alento espiritual e repouso na literatura. Durante toda a vida, foi para ele uma consoladora eficaz. Sem nunca os alardear, possuía, nesse domínio, os mais vastos conhecimentos. Surgiam discretamente nas suas obras, excepto naquilo que escreveu contra Vogt, onde utilizou, como um verdadeiro artista, numerosas citações extraídas de todas as literaturas europeias. Do mesmo modo que a sua principal obra científica reflecte uma época inteira, assim as suas preferências no campo da lite-

ratura abrem os grandes poetas universais, cujas obras, de Esquilo a Homero — passando por Dante, Shakespeare, Cervantes — até Goethe se apresentam com o mesmo carácter. Como conta Lafargue, todos os anos relia Esquilo, no original. Sempre se manteve fiel aos velhos Gregos e teria expulso do templo a vergastada todos os miseráveis mercadores que pretendessem desviar os operários da cultura antiga.

Conhecia a literatura alemã até à mais remota Idade Média. Entre os modernos, Goethe e Heine eram os que lhe estavam mais próximos. De Schiller, parece que se afastou logo na juventude. Enquanto o filisteu alemão se embriagava com o «idealismo», mais ou menos bem compreendido, do poeta, Marx via nele apenas a miséria da vulgaridade substituída pela miséria da ênfase. Depois de partir definitivamente da Alemanha, Marx nunca mais se ocupou muito de literatura alemã. Mesmo os autores, pouco numerosos, que, sem dúvida, eram dignos de atrair a sua atenção, como Hebbel ou Schopenhauer, nunca os mencionou. De passagem, vibra um golpe vigoroso em Ricardo Wagner, por ter deformado a mitologia alemã.

Entre os franceses, colocava Diderot em lugar muito destacado. Considerava *O Sobrinho de Rameau* uma obra-prima sem par. Esta simpatia era extensiva a toda a literatura francesa progressista do século XVIII, de que Engels diz, algures, que com ela o espírito francês alcançou o ponto culminante tanto pela forma como pelo conteúdo e que, se tivermos em conta o estado da ciência na época, se mantém, ainda hoje, pelo conteúdo, a um nível extremamente elevado e, quanto à forma, nunca, posteriormente, foi igualada. Por consequência, Marx não tinha qualquer simpatia pelos românticos franceses. Especialmente, Chateaubriand, com a sua falsa profundidade, o seu exagero bizantino, os requebros sentimentais e confusos, numa palavra, com o seu amontoado de mentiras sem exemplo, sempre lhe repugnou. Admirava muito a *Comédia Humana* de Balzac que, por sua vez, também abarca uma época inteira no espelho da ficção. Quando tivesse concluído o seu grande trabalho, Marx tencionava escrever sobre a obra de Balzac, mas esse plano, como tantos outros, não passou de um projecto.

Desde que se fixou em Londres, a literatura inglesa ocupou o primeiro plano das suas predilecções literárias e a poderosa figura de Shakespeare passou a ser objecto de um verdadeiro culto para toda a família, eclipsando, à distância, todos os outros. Infelizmente, Marx nunca se

pronunciou acerca da atitude de Shakespeare perante os problemas da existência na sua época. Em contrapartida, fez um juízo sobre Byron e Shelley e disse que quem apreciase e entendesse esses poetas deveria considerar uma sorte o facto de Byron ter morrido aos trinta e seis anos, pois, se tivesse vivido mais tempo, viria a transformar-se num burguês reaccionário. Quanto a Shelley, era de lamentar, pelo contrário, a circunstância de ter sucumbido com vinte e nove anos, porque era profundamente revolucionário e teria pertencido sempre à vanguarda do socialismo. Marx apreciava muito os romances ingleses do século XVIII, especialmente, *Tom Jones*, de Fielding, que, à sua maneira, apresenta também um quadro da época e do mundo. Em Walter Scott, destacava alguns romances que louvou como modelos do género.

Nas apreciações literárias, Marx estava isento de qualquer ideia preconcebida de carácter político ou social, como prova a sua predilecção por Shakespeare e Walter Scott, mas nem por isso aceitava essa «estética pura» que, a maior parte das vezes, anda associada ao indiferentismo político, ou até ao servilismo. Também neste aspecto, Marx nos surge como homem íntegro, de espírito independente e original, que não se podia medir pela bitola vulgar. E isso verificava-se até no facto de não ser difícil na escolha das suas leituras e de não recusar determinadas ementas literárias diante das quais se persigna três vezes o esteta de escola. Marx era um grande leitor de romances, como o eram Darwin e Bismarck. Tinha uma predilecção especial pelas narrativas de aventuras e pelas obras humorísticas. Sucedia-lhe, assim, descer dos seus Cervantes, Balzac e Fielding para Paulo de Kock e Dumas pai, a quem pesa na consciência «O Conde de Monte-Cristo».

Mehring: «Karl Marx», pp. 509-510. Leipzig, 1923.

MARX, FREILIGRATH E O PARTIDO

Ferdinand Freiligrath (1810-1876) deixou-se, primeiramente, seduzir pela miragem romântica do Oriente e publicou versos inspirados nas «Orientais», de Victor Hugo.

Em 1841, no poema «Espanha», dedicado à morte do general Diego Leon, fuzilado por conspirar contra o regente Espartero, Freiligrath proclama a independência absoluta do poeta que deve manter-se acima de todos os partidos:

*Er beugt sein Knie dem Helden Bona-
[parte
Und hört mit Zürnen d'Enghiens To-
[desschrei:
Der Dichter syeht auf einer höhern
Warte
Als auf den Zinnen der Partei (1).*

Georg Herwegh, o cantor da liberdade, célebre pelas suas «Poesias de um Vivo», respondeu-lhe, em 27 de Feve-

(1) Ele (o poeta) dobra o joelho diante de Bonaparte
E ouve encolerizado o grito de agonia do duque d'Enghien:
O poeta ergue-se sobre uma torre mais elevada
Que as ameias do Partido.

Depois desta tomada de posição, o rei Frederico-Guilherme IV atribuiu uma pensão anual ao poeta «acima dos partidos»... — (N. R.)

reio de 1842, na Gazeta Renana, com a afirmação do apego do poeta ao seu partido:

*Ihr müsst euch mit in diesem Kampfe
[schlagen,
Eins Schwert in eurer Hand ist das
[Gedicht...
Ich hab' gewählt, ich habe mich ents-
[chieden,
Und meinen Lorbeer flechtet die Par-
tei (1).*

Herwegh não convenceu Freiligrath. Mas, dois anos mais tarde, indignado com as condições políticas e sociais que reinavam na Alemanha, abandonou a concepção do poeta «acima dos partidos» e declarou-se democrata no livro de versos intitulado «Uma Profissão de Fé» (1844). «Desci da minha torre — escreve no prefácio — para detrás das ameias do partido.»

Recusa a pensão que o rei lhe concedeu e, prevendo uma acção em tribunal provocada pelo livro, partiu para a Bélgica, onde conheceu Marx em 1845. De lá alcançou a Suíça. Os seis poemas a seguir publicados com o título «Ça ira» (1846) denotam a sua ligação com o socialismo «verdadeiro». Engels troçou, com razão, das ingenuidades do poeta nitidamente muito afastado das lutas reais (2).

Quando rebenta a revolução de 1848, Freiligrath, que vive em Londres, regressa à Alemanha, participa no movimento revolucionário, adere à Liga dos Comunistas, colabora na Nova Gazeta Renana e, de Outubro de 1848 a Maio

de 1849, vive em contacto estreito com Marx. Os versos dessa época contam-se entre os mais belos que escreveu. Quando a Nova Gazeta Renana foi obrigada a desaparecer, Freiligrath, em 19 de Maio de 1849, no cabeçalho do último número, impresso a vermelho, lança um adeus triunfante, onde vibra a certeza das desforras futuras.

Depois de Marx partir para Paris, Freiligrath continua, na Alemanha, a cumprir tarefas que a Liga dos Comunistas lhe confia e, entretanto, publica dois livros de versos. Ameaçado com a prisão, na Primavera de 1851, emigra para a Inglaterra, onde se junta a Marx e Engels.

Em breve arrefeceu o seu ardor revolucionário. Primeiramente, empregado do comércio, conseguiu, em 1856, o lugar de director da agência londrina de um banco suíço. De um momento para o outro, a sua situação material torna-se florescente e Freiligrath cada vez mais circunspecto... Quando Marx lhe pede para testemunhar contra Vogt, Freiligrath recusa com receio de se comprometer, pois Vogt é amigo do director-geral do banco suíço onde trabalha.

Ao mesmo tempo, envia a Marx a demissão oficial de membro do partido. O poeta, que tinha perdido a fé e a inspiração, declarava-se, como anteriormente, «fora e acima dos partidos».

Marx, na resposta de 29 de Fevereiro de 1860, rejeita as más razões de Freiligrath. Sem mesmo lhe lembrar que o seu grande período poético coincidiu precisamente com a sua luta revolucionária no seio da Liga dos Comunistas, Marx demonstra-lhe que, ao deixar o partido proletário por «sentimento de decência» não faz outra coisa senão aderir ao partido da «infame respeitabilidade» burguesa.

- (1) Também vós deveis travar esta batalha,
A poesia é um gládio nas vossas mãos...
Por mim, já escolhi, estou decidido,
O Partido enrançará meus louros. — (N. R.)
- (2) Ver neste volume pp. 153, 154. — (N. R.)

Dai em diante, a carreira poética de Freiligrath terminou. Como Marx tinha previsto, a sua «liberdade» perante o partido redundou apenas na sujeição à classe dominante.

«Fora da gaiola», Freiligrath cantou a glória de Bismarck, do militarismo prussiano, dos «junkers» que tinha amaldiçoado, celebrou as vitórias alemãs de 1870... Triste fim para o poeta da Revolução de 1848!

1. Marx pede a Freiligrath que deponha contra o seu caluniador Vogt

Caro Freiligrath,

Escrevo-te mais uma vez, e é a última, sobre o caso Vogt. Das outras duas cartas nem sequer acusaste a recepção. No entanto, não terias procedido assim, mesmo em relação a um filisteu. Não consigo entender como pudeste imaginar que eu queria obter uma carta tua para a publicar. Como sabes, possuo pelo menos umas 200 cartas do teu punho, material mais que suficiente para, se houvesse necessidade, depor sobre as relações que manténs comigo e com o partido.

Escrevo-te esta carta porque, como poeta e também como homem muito ocupado, parece não te aperceberes do alcance das acções que pus em Berlim e em Londres. Esses processos têm uma importância decisiva para a *reivindicação histórica* do partido e para o seu futuro na Alemanha...

Volto a repeti-lo: esta carta não diz respeito a *interesses privados*. No processo de Londres, posso, sem a tua autorização, conseguir que te obriguem a depor, sob pena de sanções. Quanto à acção de Berlim, disponho das tuas cartas que, em caso de necessidade, posso mandar juntar aos autos. Não estou sozinho neste combate. Em todos os lados — na Bélgica, na Suíça, na França e na Inglaterra — a ignóbil agressão de Vogt me trouxe aliados inesperados, em pessoas muito afastadas de mim.

Mas no nosso interesse comum e no do próprio caso, mais valeria agir de pleno acordo.

Por outro lado, confesso-te francamente que não posso decidir-me a perder, em consequência de equívocos sem importância, um dos raros homens que estimei como um amigo, no sentido mais elevado do termo.

Se, no que quer que seja, me tornei culpado a teu respeito, estou pronto a reconhecer, em qualquer altura, os meus erros. *Nihil humani a me alienum puto* (1).

Sem dúvida, entendo muito bem, que, na tua situação actual, um caso como este só possa contrariar-te.

Mas, por teu lado, compreenderás que é impossível deixar-te completamente alheio ao jogo.

Primeiro, porque Vogt faz do teu nome um capital político e alardeia a aparência de, com o teu consentimento, enlamear todo o partido que tem a honra de te contar entre os seus membros.

Segundo, porque és o *único membro* do antigo Comité central de Colónia que viveu nessa cidade, do final de 1849 até à Primavera de 1851 e, desde essa altura até agora, em Londres.

Certamente, cada um à sua maneira, com desprezo pelos nossos interesses pessoais e impelidos pelos motivos mais puros, ambos temos consciência de, durante anos, termos brandido o estandarte da «classe mais trabalhadora e mais miserável» sobre a cabeça dos filisteus. Se assim é, seria, a meu ver, uma falta indigna contra a história se nos zangássemos por bagatelas todas baseadas em mal-entendidos.

Marx: *Carta a Freiligrath, de 23 de Fevereiro de 1860.*

Mehring: *«Correspondência entre Freiligrath e Marx», pp. 37-39, Stuttgart, 1912.*

2. Freiligrath rompe com a classe operária

Quando, no final de 1852, depois do julgamento de Colónia, foi dissolvida a Liga dos Comunistas, libertei-me de todos os laços que o partido me impunha como tal e só

(1) Nada de humano me é estranho. — (N. R.)

mantive relações pessoais contigo, o amigo e o camarada com quem partilhava as convicções. Durante sete anos, mantive-me afastado do partido; não assisti às reuniões; as actas e as decisões são-me completamente estranhas. Deste modo, as minhas relações com o partido terminaram, de facto, há muito tempo. Sobre isso, nunca, mutuamente, nos induzimos em erro. Era uma espécie de convenção tácita entre nós. E o que posso dizer é que me senti muito bem com esse estado de coisas. A minha maneira de ser, como a todos os poetas, necessita de liberdade! O partido assemelha-se, ele também, a uma gaiola e, mesmo para o partido, os cantos soam-me melhor cá fora. Foi um poeta do proletariado e da revolução muito tempo antes de ser membro da Liga e da redacção da *Nova Gazeta Renana*! Quero, pois, voar com as minhas asas, só quero pertencer a mim próprio, quero continuar inteiramente disponível!

Há ainda outra consideração que me leva a não lamentar ter-me mantido afastado do partido. Quando penso em todos os elementos duvidosos e abjectos que, apesar de todas as precauções, conseguiram imiscuir-se no partido, quando penso nos Tellerings, nos Fleury e em todos os outros... fico extremamente satisfeito, até apenas por um sentimento de decência, por não pertencer, de facto, há muito tempo já, a uma organização que me exporia diariamente a semelhantes contactos.

Freiligrath: *Carta a Marx, de 28 de Fevereiro de 1860.*
Mehring: «Correspondência entre Freiligrath e Marx»,
p. 40, Stuttgart, 1912.

3. Marx defende o partido do proletariado

Caro Freiligrath,

Foi muito agradável receber a tua carta. Mantenho relações de amizade com poucas pessoas, mas gosto de conservar os amigos. Os que o foram em 1844 mantiveram-se até agora. Quanto à parte oficial da tua carta, verifico que se baseia em equívocos grosseiros...

Quero acentuar, desde já, que, a partir do momento em que a «Liga», mediante *proposta minha*, foi dissolvida em Novembro de 1852, *nunca* mais pertenci a qualquer orga-

nização *secreta* ou *pública* e ainda hoje não pertenco a nenhuma. Assim, o partido, dentro dessa noção essencialmente efêmera, deixou de existir para mim, há *quatro* anos. As conferências sobre economia política que fiz, *antes* de publicar a minha obra (Outono de 1859), *perante* alguns operários escolhidos, onde havia *antigos membros* da Liga, nada tinham de comum com uma organização *secreta*, muito menos fechada que as conferências do Sr. Gershenberg, no seio da comissão Schiller.

Lembras-te, certamente, de eu ter recebido uma carta dos dirigentes da Liga dos Comunistas de Nova Iorque, que conta numerosas ramificações (entre os dirigentes, figurava Albrecht Komp, director do General Bank, 44, Exchange Place, Nova Iorque). Nessa carta, que te *passou* pelas mãos, pediam-me para, em certa medida, reorganizar a Liga. Entretanto, passou-se um ano e, quando respondi, disse-lhes que, desde 1852, não tinha relações com *nenhuma* organização e mostrava-me firmemente convencido do facto de os meus trabalhos teóricos serem mais úteis à classe operária do que uma colaboração com organizações já sem razão de ser no continente. Depois disso, na *Neue Zeit* londrina de Scherzer, foi, por várias vezes, violentamente atacado, embora sem me nomearem, mas de maneira a ninguém poder enganar-se quanto à pessoa visada, e tudo por causa dessa «inactividade»...

Por conseguinte, desde 1852, não conheço *nada* do que seja um «partido», no sentido da tua carta. Se tu és *poeta*, eu sou crítico e, na verdade, estava farto das experiências vividas de 1849 a 1852. A «Liga», como a «Sociedade das Épocas», de Paris, e como muitas outras, não passou de um episódio na história do partido que nasce espontaneamente do solo da sociedade moderna.

...O «sistem of mockery and contempt» (1), como Louis Simon o designou, em 1851, na *Tribune*, foi a *única* acção que continuei depois de 1852, contra o «*bluff*» democrático da emigração e o *jogo da revolução*. O teu poema contra Kinkel e as cartas que me escreveste na mesma altura demonstram como estavas perfeitamente de acordo comigo.

De resto, isso nada tem a ver com os processos em tribunal.

Tellerings, Bangya e Fleury *nunca* pertenceram à Liga.

(1) Sistema do escárnio e do desprezo. — (N. R.)

As tempestades, sem dúvida, levantam lama, nenhum período revolucionário cheira a água de rosas, em certos momentos apanha-se toda a espécie de dejectos. *Aut, aut* (1). De resto, quando se pensa nos gigantescos esforços dirigidos contra nós por todo o mundo oficial que, para nos perder, não se contentou em aflorar o código penal, mas nele chafurdou profundamente; quando se pensa nas calúnias divulgadas pela «democracia da imbecilidade», que nunca pôde perdoar ao nosso partido a superioridade de inteligência e carácter em relação a ela; quando se conhece a história contemporânea de todos os outros partidos e quando, por último, nos interrogamos sobre aquilo de que, realmente, se poderia acusar o partido em bloco (e não as infâmias de um Vogt ou de um Tellerling, que *podem ser rebatidas* nos tribunais) teremos de chegar à conclusão de que o partido, neste século XIX, se distingue brilhantemente pela sua decência e dignidade.

É possível evitar a lama no mundo e nos negócios da burguesia? A lama tem é aí o seu lugar de eleição.

...A meu ver, a infâmia honesta ou a honestidade infame da moral solvente (e ainda, como o demonstra cada crise comercial, com reservas muito equívocas) em nada é superior à infâmia abjecta que nem as comunidades cristãs primitivas, nem o Clube dos Jacobinos, nem a nossa «Liga» defunta conseguiram eliminar do seu seio. Só quando se vive no meio burguês é que se costuma perder a noção da infâmia respeitável ou da infame respeitabilidade...

Manifestei sem reservas a minha opinião e espero ver-te aderir a ela no essencial. Tentei, por outro lado, dissipar o equívoco quanto ao «partido», como se esta palavra significasse para mim uma «Liga» desaparecida há oito anos ou uma redacção de jornal dissolvido há doze. Por partido eu entendia o grande sentido histórico que a palavra contém.

Marx: *Carta a Freiligrath, de 29 de Fevereiro de 1860.*
Mehring: «*Correspondência entre Freiligrath e Marx*», pp. 42-46, Stuttgart, 1912.

(1) Adiante!

4. Freiligrath, poeta da guerra de 1870

Freiligrath: *Hurra! Germania!* (1) Nem «Deus» falta no seu poema, parido com uma dificuldade que nem «O Gaulês».

*Gostaria mais de ser gatinho e miar
Do que um desses vendilhões de baladas a metro!* (2)

Marx: *Carta a Engels, de 22 de Agosto de 1870. «Correspondência entre Marx e Engels», t. IV, p. 373, Mega.*

(1) Quando as tropas alemãs invadiram a França, em 1870, Freiligrath embocou o clarim guerreiro, num poema intitulado *Hurra! Germania!* É esta a primeira quadra:

*Hurra, du stolzes schönes Weib,
Hurra, Germania!
Wie kühn mit vergebungtem Leib
Am Rheine stehst du da!*

*Hurra, ó tu, mulher altiva e bela,
Hurra, Germânia!
Com que audácia, o corpo inclinado,
Te manténs de pé sobre o Reno!*

A palavra «hurra» é repetida trinta e seis vezes nesse poema, onde se sente imenso a influência de Arndt que, na época das guerras contra Napoleão I, foi um dos mais encarniçados «devoradores de franceses». — (N. R.)

(2) Marx censura o poeta vendido ao nacionalismo prussiano atirando-lhe à cara dois versos de Shakespeare:

*I had rather be a kitten, and cry-mew,
Than one of these same metre ballad-mongers.*

(«Henrique IV», I parte, acto III, cena I). — (N. R.)

LASSALLE E A TRAGÉDIA DA REVOLUÇÃO

1. «A habilidade» dos revolucionários, causa do seu fracasso

Lassalle exprimiu as suas ideias sobre a tragédia da revolução numa extensa nota, junta à carta dirigida a Marx, em 6 de Março de 1859, ao mesmo tempo que lhe enviava três exemplares de «Franz von Sickingen» (um para Marx, outro para Engels e o terceiro para Freiligrath).

Na carta de 6 de Março, Lassalle conta a Marx como nasceu o seu drama em verso, concebido enquanto escrevia Heráclito e durante a leitura das obras de Hutten, a que se dedicava à noite, para descansar. «Entusiasmado» com os trabalhos literários e com a vida desse homem extraordinário, e impelido por uma força superior, tinha tentado levar à cena as lutas dos cavaleiros rebeldes sob o comando de Hutten e de Sickingen...

A nota que acompanha a carta expõe a ideia fundamental da peça. Lassalle quis apresentar o conflito fatal que, segundo ele, se reproduz em todas as revoluções e constitui a sua tragédia permanente. Esse conflito é a contradição entre o entusiasmo revolucionário e as

possibilidades reais, o objectivo infinito e os meios limitados. Os chefes revolucionários que se esforçam por ter em conta meios limitados e procuram enganar o adversário, vêem-se, por último, abandonados pelas tropas e com o inimigo pela frente.

O compromisso, a astúcia, a habilitade política — Lassalle, no entanto, acha-as inevitáveis — constituem a seu ver um erro intelectual e moral, porque representam uma falta de confiança nas forças revolucionárias e um excesso de confiança nos meios diplomáticos.

É curioso verificar que Lassalle, dramaturgo, condena a atitude adoptada precisamente, alguns anos depois, por Lassalle, político.

«Franz von Sickingen» apresenta-se, portanto, como uma peça de tese que pretende encerrar numa única fórmula os problemas e os dramas das revoluções do passado, do presente e do futuro.

Para Lassalle, a arte não é, como para Marx e Engels, uma reprodução fiel da realidade transmitida nos seus momentos essenciais, o espelho das grandes lutas de classes da história universal. Não é uma pintura shakespeariana, mas uma abstracção, uma interpretação idealista à maneira de Schiller. Reflecte o mundo não como é, mas como o autor o concebe. A representação objectiva dos factos apaga-se diante da visão pessoal de Lassalle.

No prefácio, reduzido a generalidades, não manifestei, naturalmente, a minha opinião sobre a ideia trágica formal em que baseei o meu drama e a sua catástrofe — a profunda contradição dialéctica inerente à natureza de cada acção e da acção revolucionária em particular. Na própria tragédia, só fiz ressaltar essa ideia de modo mais nítido no quinto acto.

A força eterna de todas as classes dominantes, que

defendem uma ordem existente, reside na consciência infalível, plenamente elaborada, de que se compenetrará o seu interesse de classe, precisamente porque é já dominante e plenamente elaborado.

A fraqueza eterna de todas as ideias revolucionárias baseadas no direito, que querem apoiar-se na acção prática, reside na falta de consciência dos membros das classes que apelam para essa acção, cujo princípio não foi ainda realizado e também, em ligação com isso, na falta de organização dos meios à sua disposição. A contradição dialéctica que se repete sempre, neste caso, pode resumir-se como vou expor. A força da revolução consiste no seu *entusiasmo*, nessa fé directa da ideia, na sua própria força e no seu carácter ilimitado. Mas o entusiasmo — na medida em que é certeza directa da força onnipotente da ideia — é, antes de tudo, uma maneira abstracta de ignorar os meios limitados de uma verdadeira realização e as dificuldades das complicações reais. O entusiasmo deve, pois, encarar de frente essas complicações reais e agir com os meios limitados para atingir os fins na realidade limitada. Sem isso, arrisca-se, na sua exaltação pelo «quê» (o fim), a não se aperceber do lado real, do «como», da realização.

Nestas condições, segundo parece, o triunfo da habilitade realista e eficaz por parte dos chefes revolucionários consiste em contar com os meios limitados e conhecidos, em manter segredos para os outros (e incidentalmente, muitas vezes, também para eles próprios) os fins verdadeiros e últimos do movimento e, através deste logro consciente das classes dominantes, ou até pela utilização delas, adquirir a possibilidade de organizar novas forças, a fim de, graças a esse bocado de realidade habilmente conquistado, vencer a própria realidade.

No terceiro acto, Sickingen opõe-se a Hutten pela sua superioridade realista ilimitada. De resto, mantém constantemente em relação a Hutten, revolucionário puramente intelectual, a superioridade de uma visão realista e de um génio prático de homem de Estado. Mas, à medida que penetra no domínio do finito e a ele se submete, o entusiasmo, longe de se realizar, renuncia até ao seu princípio formal — o infinito da ideia — entrega-se ao seu contrário ao finito enquanto tal, cuja abolição constitui precisamente todo o seu sentido. É essa a razão por que, neste caso, tem de sucumbir.

Na realidade, embora a razão dificilmente o reconheça, quase parece existir uma contradição insolúvel entre a ideia especulativa, que constitui a força e a justificação de uma

revolução, e a razão finita junta à habilidade. A maior parte das revoluções abortadas — todos os verdadeiros conhecedores da história são obrigados a reconhecê-lo — fracassaram por causa dessa habilidade, ou, pelo menos, todas as revoluções baseadas nela foram mal sucedidas. A grande Revolução francesa de 1792, que viveu nas condições mais difíceis, só veio a vencer porque conseguiu pôr de lado a razão.

Aí reside o segredo da força dos partidos extremistas nas revoluções. Por aí se descobre o segredo de, nas épocas de revolta, o instinto das massas ser, em regra, muito mais acertado que a opinião dos homens instruídos. «E o que não vê a razão dos sábios, cumpre-se, etc.» É precisamente a *falta de instrução*, própria das massas, que lhes permite evitar o escolho de uma conduta hábil.

De resto, o que acabo de dizer encerra já a verdadeira solução e a necessidade interna dessa contradição dialéctica entre o objectivo infinito da ideia e a habilidade finita do compromisso. Porque:

1. O interesse das classes dominantes, como já indicámos, não pode ser ludibriado, porque o seu princípio é dominante e, por conseguinte, totalmente elaborado, consciente, *impossível* de enganar. Pode-se enganar os indivíduos, as classes, *nunca!*

2. Sobretudo o compromisso, concessão ao que *existe*, deve necessariamente renunciar mais ou menos ao seu *princípio*, tanto no plano formal — já o fizemos notar — como, pela mesma razão, no aspecto do conteúdo. Ora, o princípio constitui precisamente a força e a justificação das revoluções. Assim, o compromisso adopta o princípio dos adversários e declara-se, portanto, desde logo, teoricamente vencido, de maneira que só falta aplicar-lhe a sua própria condenação. Um fim só pode ser atingido por um meio — como demonstrou, com uma profundidade magistral, o velho Hegel e como já, parcialmente, sabia, antes dele, Aristóteles — na medida em que o próprio meio está já impregnado, em bloco, da natureza própria do fim. Este deve ser atingido e realizado no meio que, por natureza, deve contê-lo, se o fim puder ser atingido por esse meio (é essa a razão por que na *Lógica* de Hegel, o fim não é atingido pelo meio, mas surge, pelo contrário, no meio como um fim já realizado). Daí resulta o facto de nenhum fim poder atingir-se a não ser pelos meios que correspondem à sua própria natureza interna. Aí temos a razão de os *finis revolucionários* não poderem alcançar-se por meios *diplomáticos*.

3. Ou, para nos exprimirmos de modo mais concreto,

só se pode, no fim de contas, fazer revoluções com as massas e a sua dedicação apaixonada. Mas as massas, devido à pretensa «rudeza», devido à sua ignorância, não aceitam os compromissos, só se interessam pelo que é extremo, integral, imediato. E isso porque um espírito primário é de extremos, só conhece o sim e o não e não admite, entre eles, qualquer meio termo. Em suma, tem de acontecer, fatalmente, que calculistas revolucionários desse tipo, em vez de terem inimigos ludibriados pela frente e amigos atrás de si, acabem, finalmente, por se verem diante desses inimigos sem terem a apoiá-los os partidários do seu princípio. A suposta razão suprema reduz-se, na realidade, a um supremo desatino.

Aliás, é perfeitamente natural que, quanto mais os indivíduos possuem autoridade, importância no mundo, perspicácia, habilidade e instrução, mais depressa caíam no erro dessa prudência fatal que se tem por realista. Daí o facto de, por exemplo, na Revolução francesa (e também na grande revolução inglesa) os idealistas abstractos, os Jacobinos, terem compreendido o que era possível e realizável nesse momento muito melhor que os Girondinos, que alardeavam instrução, visão realista e habilidade de homens de Estado. Foi por isso que o povo, no seu ódio contra a sabedoria e prudência governamental, lhes aplicou, singularmente, como insulto, a designação de *homens de Estado* (1).

Essa «astúcia», quando se trata da ideia — e isso sem diminuir a grandeza revolucionária e a firmeza radical de Sickingen, sem o transformar num «conciliador», porque, afinal, não concede nem abandona a menor parcela dos *finis* revolucionários e, nesse sentido, vai o mais longe possível e só usa a esperteza na realização — essa astúcia, dizíamos, constitui também o erro de Sickingen e, sem dúvida, um *grande erro* (2), como exige Aristóteles.

Poder-se-ia, no entanto, objectar que esse *grande erro*, qualquer que seja a sua importância, não passa de um equívoco *intelectual* e não de um erro *moral* e que, portanto, não é trágico.

Responderei a isso com três argumentos: Primeiro, nunca deixaria de reconhecer que a dialéctica dos con-

(1) Em francês no original: *hommes d'Etat*. — (N. R.)

(2) Lassalle emprega a expressão em grego. — (N. R.)

flitos intelectuais é, em si, um motivo profundamente trágico, como o demonstra a tragédia antiga e, provavelmente, é essa a razão por que Aristóteles, nesse caso, se limita a exigir um *grande erro*. Segundo, esse erro intelectual é também já um erro moral, visto que, daquele que se considera de tal modo superior à ordem existente que quer derrubá-la e substituir ao princípio existente o seu próprio princípio, é preciso exigir, de facto, que seja também superior a essa ordem do ponto de vista *espiritual*, sem o que *se teve em demasiada conta*, no sentido antigo da expressão.

Em terceiro lugar, é evidente que esse erro intelectual é também, e sobretudo, um erro *moral*, porque resulta, precisamente, de uma falta de confiança na ideia moral e na sua força ilimitada existente em si e para si e de uma confiança exagerada em meios limitados e precários. Há, assim, nesse erro uma ausência de certeza moral directa e de convicção no ideal, uma carência de liberdade de expressão (1) completa e ilimitada, de *exteriorização total* e, por consequência, visto esses dois elementos serem necessários ao revolucionário, um desvio do seu princípio, um estado de ruptura parcial.

Este fenómeno não o encontramos, em geral, nas guerras de religião, pois é excluído pela certeza directa e fanática na onnipotência do divino.

(Nos pontos que Lutero queria atingir, verdadeiramente a qualquer preço, nunca pôs em prática essa habilidade, não se deixou arrastar por nenhuma concessão, por nenhum compromisso com os poderes estabelecidos e não se limitou ao «possível», mas — falo do seu *primeiro* período — dirigiu-se directamente ao homem da rua e é isso que faz a sua grandeza histórica e a sua força decisiva.) Daí deriva essa energia que, muitas vezes, triunfa de maneira milagrosa e pela qual fanáticos desse género realizam coisas impossíveis, que mal se concebem. Disso resulta também a surpreendente força dramática desses fanáticos exaltados. A energia advém-lhes do exclusivismo, porque todas as acções são exclusivas.

O erro de Sickingen é, sobretudo, um erro moral que, por assim dizer, é *atenuado* por ser intelectual e justamente *porque* é intelectual, porque repousa num conflito de ideias que se repete eternamente em todas as épocas de transição,

deixa de ser um erro de carácter *particular, accidental*, e torna-se um *ponto de vista necessário, eterno*, cujo grande fundamento relativo, impossível de negar, e a mentira interior conduzem a um destino trágico, a uma derrocada dialéctica. *Mutato nomine de nobis fabula narratur* (1) e sempre será assim. É precisamente uma culpabilidade desse género, *ao mesmo tempo* moral e intelectual, baseada num conflito de ideias eterno, necessário, *objectivo*, que me parece constituir o conflito trágico *mais profundo*.

Para exprimir agora a minha concepção com toda a clareza e precisão desejáveis, tenho de acrescentar que um verdadeiro erro *moral* não é outra coisa senão um erro intelectual e só o erro intelectual pode ser um erro *moral*. Porque o erro *moral*, diferentemente do erro moral relativo apenas a um indivíduo particular e ao seu mundo interior, não consiste senão na *prática e na realização* de um *pensamento objectivo*, relativamente baseado em direito, e de um ponto de vista intelectual que, no entanto, não domina a sua antítese dialéctica. É por isso que o erro moral viola a harmonia tanto no mundo das ideias como no mundo real e, assim, é *unilateral* na teoria e *censurável* na prática.

De resto, Sickingen liberta-se, no quinto acto, tanto do erro intelectual como do erro moral ao reconhecê-lo e ao passar à acção *expiatória*. Depois de ter rejeitado as suas dúvidas e astúcias diplomáticas, joga o seu destino e o do país na ponta da espada. Mas, nessa altura, já é *tarde demais* e, de acordo com a ideia trágica, *tem de ser tarde demais*. Os deuses ofendidos vingam-se e, aí, a dialéctica das ideias da razão ofendida vinga-se sempre de um modo mais cruel e mais impiedoso do que qualquer deus grego. A vida e a história são a prática cruel da lógica, e de que maneira essa prática é cruel!

O verdadeiro e mais cruel castigo dialéctico, que está reservado a Sickingen, reside no facto de ser obrigado pelas circunstâncias a cometer, de uma maneira ou de outra, o erro de fazer depender o destino pessoal e o do país — tanto dentro do castelo como quando sai — de um puro *acaso*, na altura em que já não tem a segui-lo nem o país, nem os partidários dos seus princípios, quando a verdadeira força dos dois partidos não pode impor a decisão e deixou de ser para ela o factor determinante. O castigo

(1) Lassalle emprega a expressão grega, que germaniza. — (N. R.)

(1) Sob um nome diferente, é a nossa história que é contada. — (N. R.)

reside ainda no facto de esse grande diplomata e realista, que quer calcular tudo previamente, com cuidado, e excluir por completo o acaso, se ver obrigado, no fim de contas, e precisamente devido a essa prudência, a entregar-se nas mãos do puro acaso. Em lugar de apelar abertamente para os princípios e de desencadear a sua força revolucionária, reduziu, na Expedição de Trêves, a ideia histórica e a causa nacional a um empreendimento cuidadosamente privado por ele de todo o valor e significado de ordem geral e revestido de uma aparência de *acaso*. Assim, fez *ele próprio* um apelo ao acaso, embora tenha pretendido excluir qualquer acaso pela preparação mais minuciosa. Doravante, enquanto os seus cálculos para ludibriar através do fortuito e do acessório se destroem em face da natureza consciente da ordem em vigor, tem de aceitar a decisão não, como o desejava, das mãos de um acaso preparado, mas das de um autêntico acaso, de um acaso não preparado. É essa a razão por que Sickingen não é destruído devido à superioridade do velho mundo — o que não seria um fim verdadeiramente trágico, visto que a ruína inevitável do velho mundo, embora, por si própria, esteja longe de impulsionar a realização dos grandes fins de Sickingen, se faz sentir suficientemente, no quinto acto — mas por efeito dos próprios erros.

Da mesma forma, me parece necessário que só no quinto acto Baltasar consiga mostrar a Sickingen o estado real das coisas e que, no terceiro ainda o não possa fazer. Se Baltasar lhe tivesse revelado mais cedo esse estado e se, apesar de tudo, Sickingen mantivesse o seu ponto de vista, isso teria prejudicado ou a grandeza formal do seu espírito, ou a sua exaltação moral — o que eu ainda menos podia suportar. Forçosamente, teria de ficar diminuído, do ponto de vista intelectual ou moral, em relação ao que deve ser. Mas, assim, o seu erro intelectual já não o diminui, porque repousa numa base *em igual medida* importante e justificada, e que se vai atenuando ao mesmo tempo que o espectador ou o leitor vão tomando consciência disso, até ao quinto acto. O mesmo se passa com o erro moral. Enquanto não intervém a conversação com Baltasar, o erro mantém-se de todo *inconsciente*, mas, precisamente devido a isso, torna-se duplamente trágico e conforme com o seu carácter puro, enquanto que, ao torná-lo consciente, essa conversação tê-lo-ia diminuído do ponto de vista intelectual ou moral.

Só no momento em que já é demasiado tarde é que se pode admitir a discussão sobre o erro cometido por Sickingen, no apogeu triunfante da sua habilidade. Nessa conver-

sação, Baltasar deve ser tão superior a Sickingen como este o foi, em relação a Hutten, no terceiro acto. A cena camponesa imediatamente posterior fornece o coro e a ressonância efectiva à série de ideias expostas por Baltasar.

Aliás, Sickingen consegue, logo na cena seguinte, readquirir vantagem sobre a superioridade teórica de Baltasar por meio da sua manifesta superioridade heróica. Enquanto este está preocupado e abatido e lhe parece que tudo vai desabar, Sickingen reanima-se num abrir e fechar de olhos e, adoptando o ponto de vista de Baltasar, traça e executa o plano para a acção salvadora.

Parece-me também que era necessário conferir esta superioridade a Baltasar e não a Hutten.

Primeiro, porque, no carácter de Hutten, tal como o apresentei, domina um tom fundamentalmente lírico e, por conseguinte, esse papel não lhe convém. Do princípio ao fim, como já observámos, é Sickingen que permanece como o herói realista, que abarca num olhar as consequências políticas, o homem superior a Hutten, revolucionário puramente intelectual. Prevê o desenrolar dos acontecimentos tal como se desenvolveram e *deviam* desenvolver-se, depois da conquista isolada da liberdade religiosa, que Hutten julga dever salvar antes de tudo.

Segundo, porque Hutten, para orientar Sickingen, não teria outro meio a não ser o *entusiasmo*. Mas, neste aspecto, Sickingen não lhe fica a dever nada. Enquanto Hutten, muito ultrapassado por ele, julga necessário estimulá-lo, Sickingen, na sua paixão concentrada, virada directamente para a prática, já no terceiro acto está decidido a agir e já elaborou um plano para isso.

Terceiro, porque o *entusiasmo puro* — e isso leva-nos de novo ao que foi dito de início — nunca poderia ser um meio mais forte e mais seguro do que a clarividência realista de Sickingen. No desdém pelos meios limitados, ele é tão abstracto e unilateral como o ponto de vista dos meios limitados. Embora, interiormente, *atinja* melhor o seu fim, não pode, no entanto, *desenvolver com uma força superior* o seu verdadeiro direito subjectivo e vencer, assim, o ponto de vista contrário. Deste modo, formam ambos contradições relativamente fundamentadas e abstractas. Sickingen possuiria até a superioridade e a proemiência. A única coisa que pode elevar o ponto de vista realista de Sickingen acima de si próprio é a natureza ainda *mais realista* de Baltasar, que extraiu da sua velha experiência uma maturidade de apreciação e um conhecimento perfeito das leis da história e do movimento dos povos. Só a *sabedoria*

realista pode, normalmente, vencer a *habilidade* realista e pô-la a um nível superior. Quanto à conciliação, consiste, por um lado, no que respeita aos fins religiosos de Sickingen, no facto de terem posteriormente vencido; por outro, no respeitante aos fins mais longínquos e, sobretudo, aos fins políticos nacionais, no facto de a nossa época se ter empenhado, de novo, na luta por eles, de um modo análogo, embora de uma forma mais lata e de, no sofrimento e no combate, realizar o que Hutten evoca em perspectiva nas últimas palavras que escreveu. E tenho por uma vantagem considerável da tragédia cultural histórica — isto é, uma tragédia de que os fins e a luta de ideias estão tão estreitamente ligadas ao presente que tornam isso possível — que a consciência contemporânea do espectador, não só como consciência humana geral, mas precisamente devido ao *conteúdo que a faz vibrar*, se transforme, mais ou menos, num *coro* a que se dirige a acção trágica e o sofrimento do herói. A consciência do mundo contemporâneo, por um lado, confere a conciliação à *tragédia* pelo facto de a retomada actual da luta significar precisamente o triunfo maior do herói e dos seus fins; por outro, extrai *para si*, das aflições dolorosas da luta, que faz tremer o presente, uma consolação e uma certeza tiradas da *tragédia*, pois, esta retomada da luta depois de três séculos e a eternidade dos seus fins, assim comprovada, fornecem a prova suprema da sua *necessidade vitoriosa*.

Lassalle: *Nota apensa à carta para Marx, de 6 de Março de 1859.*

Mehring: «*A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle*», t. IV, pp. 132-141, Stuttgart, 1913.

2. A sublevação da nobreza e a guerra dos camponeses

Lassalle respondeu às críticas de Marx e Engels, formuladas nas cartas de 19 de Abril e 18 de Maio de 1859, por uma longa carta bastante desconexa, onde tentava justificar-se e rebater as suas objecções. Lassalle desenvolve as

ideias expostas na nota precedente e reafirma ter posto em cena o conflito que se repete em todas as revoluções.

Esse conflito trágico — escreve — não pertence especificamente a uma revolução determinada. É um conflito que volta sempre (umas vezes é solucionado, outras não) em todas, ou quase todas, as revoluções do passado e do futuro; numa palavra, é o conflito trágico da própria situação revolucionária, como sucedeu em 1848 e 1849, em 1792, etc. Esse conflito surge, por conseguinte, em todas as situações revolucionárias. Essa é a razão por que o podemos atribuir também à situação revolucionária de 1522, embora nessa altura não tenha representado um papel predominante (1).

A diplomacia realista de Sickingen, a recusa de fazer abertamente apelo às forças revolucionárias qualificavam-no, na opinião de Lassalle, para incarnar esse conflito. Marx e Engels, pelo contrário, achavam que o autor de «Franz von Sickingen» tinha escolhido mal o herói (2).

A verdade histórica, analisada por Marx e Engels, Lassalle substitui concepções erradas ou audaciosas. Além disso, declara que o escritor tem o direito de idealizar as personagens.

Ainda que — escreve a Marx — tenhas toda a razão no que respeita ao Sickingen histórico, não a tens em relação ao meu Sickingen.

(1) Mehring: «*A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle*», t. IV, p. 155.

(2) Ver, no presente volume, pp. 181 e seg. — (N. R.)

O poeta não tem o direito de idealizar o seu herói, de lhe atribuir uma consciência mais elevada? O Wallenstein de Schiller será histórico? O Aquiles de Homero é o autêntico? (1).

Lassalle rejeita também as críticas de Marx, que se dirigem ao verdadeiro Sickingen e não ao seu. O dramaturgo acha que Sickingen sucumbe não por querer atingir fins reaccionários, mas devido à própria natureza do herói.

A passagem essencial da carta refere-se à guerra dos camponeses do século XVI. Lassalle considera-os tão reaccionários como os nobres. Desse modo, não podia colocá-los no centro do drama, como Marx e Engels desejariam.

Estes últimos, com ideias arrumadas sobre o assunto, deixaram a carta sem resposta, pondo, assim, ponto final à controvérsia sobre o trágico da revolução.

Reproduzimos a seguir as páginas que Lassalle dedicou aos camponeses.

A teu ver, eu cometi também, em certa medida, o erro diplomático de Sickingen, ao pôr a oposição feudal e luteriana acima da oposição dos plebeus e de Münzer?

Espera um pouco, meu amigo. Vou expor, em boa ordem, as minhas razões:

1.º Estritamente falando, as vossas censuras acerca deste ponto resumem-se à que fizeram a outra tragédia e que foi desautorizada já por Platão e Aristóteles. Segundo essa crítica rejeitada, não se tratava disto ou daquilo que era mau, ou estava errado na peça, mas do facto de não ser outra tragédia. As vossas censuras, em última análise, incidem na circunstância de eu ter escrito um *Franz von Sickingen* e não um *Thomas Münzer*, ou outra tragédia com

base nas guerras dos camponeses. Mas não fico satisfeito com esta resposta.

2.º Se eu tivesse escrito um *Thomas Münzer* ou outra tragédia da guerra dos camponeses e embora não tivesse, nesse caso, de enfrentar as dificuldades que referirei em seguida, nem por isso deixaria de escrever apenas a tragédia de uma determinada revolução histórica, acabada e do passado.

Não poderia exprimir num *Thomas Münzer* a ideia trágica fundamental do meu drama, o conflito eterno que se repete em quase todas as revoluções. Quaisquer que fossem as causas da destruição de Münzer, em todo o caso, não sucumbiu por ter sido um diplomata realista e não ter apelado, com um fanatismo exclusivo e de olhos fechados, para a ala extrema do movimento revolucionário e para a sua força. Essa censura não pode ser feita a Münzer.

Quanto a mim, como já te disse na minha carta, escrevi a minha tragédia unicamente para expor essa ideia fundamental da tragédia revolucionária. Não podia, por conseguinte, escolher um Münzer. Estás, como dizes, «plenamente de acordo» com essa ideia trágica, concordas que ela exprime o conflito que fez fracassar também a revolução de 1848-1849. Da mesma forma, não negarás que, para a próxima revolução, o mesmo conflito será outra vez um escolho muito perigoso, mesmo se, como espero, conseguirmos evitá-lo. Ora bem! O que existe de eternamente actual nesse conflito revolucionário incitou-me a escrever o meu drama. Não quis representar uma determinada revolução do passado como tal, mas o conflito mais profundo e eternamente reproduzido — o da acção revolucionária e da sua necessidade. Numa palavra, pretendo ter escrito a tragédia da ideia formal revolucionária por excelência! Chamas a isso diplomacia? A diplomacia consistirá em ter precisamente mostrado a impotência de um comportamento diplomático, fosse ele o último dos últimos, o mais reduzido, ligando-se, aparentemente, não ao fim, ao quê, mas à execução, ao como de uma transacção admitida?

3.º — Por último, as guerras dos camponeses, também não apresentam o carácter que vocês parecem atribuir-lhes. Mais ainda: a) não são revolucionárias; b) e até, em última análise e no mais alto grau, são reaccionárias, tão reaccionárias como o *Sickingen histórico* (não o meu) e o próprio partido feudal histórico!

a) Não são revolucionárias. Efectivamente, os camponeses exigiam, por todo o lado, que os nobres acabassem com o abuso, não com o uso. Com quanto mais cuidado se

(1) Mehring: «A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle», t. IV, p. 165.

estudam essas guerras melhor nos apercebemos disso. De resto, não é motivo para espanto. A ideia dos direitos do súbdito como tal ultrapassa os limites de *toda essa época*. Se aí fosse introduzido, proceder-se-ia de maneira anti-histórica, no pior sentido do termo. Com base num movimento que visava apenas abolir o *abuso*, mas não se apoiava num livre princípio do direito, podia, sem dúvida, escrever-se uma tragédia da *humanidade*, mas não uma tragédia de um princípio consciente. O carácter que indiquei para o movimento camponês surge em todo ele e apenas se modifica em Thomas Münzer, nos pregadores, em resumo, quando se lhe acrescenta um elemento de *exaltação religiosa*. Mas é-me completamente impossível trabalhar sobre um elemento de *exaltação religiosa* e comportar-me de maneira positiva a seu respeito. Nesse caso, prefiro qualquer «pathos» sobre a liberdade humana, embora as suas palavras de ordem não vão tão longe! A educação idealista, que eu podia atribuir a Hutten e a Sickingen e mostrar-lhe as consequência, parecia-me um material muito melhor e, em todo o caso, isento de dois gumes. O motivo é que a única condição para se aceitar escrever um drama Münzer — isto é, mostrar que o movimento de Münzer falhou precisamente devido à sua *directão* e aos seus limites *religiosos* — essa condição, dizíamos, é irrealizável, tanto no terreno dos factos como no da história.

b) Por fim, *espanto-me* por vocês não verem que a agitação dos camponeses era, em *última análise e de uma ponta à outra*, reaccionária, tão reaccionária como o partido histórico da nobreza. A coisa passou-se assim: os camponeses queriam excluir da Dieta todos os príncipes, enquanto poder intermédio. Queriam que aí estivessem apenas representadas a propriedade fundiária dos *nobres* e a propriedade *camponesa* (os príncipes deveriam estar representados no Parlamento não nessa qualidade, mas na medida em que eram também nobres e *detentores de propriedades fundiárias*). Por outras palavras, o factor político determinante ainda não era para eles o súbdito — o que ultrapassava a sua época — mas a *propriedade privada do solo*. Só ela é baseada em direito. Com base numa *propriedade do solo*, livre e pessoal, devia ser criado um império de possuidores de propriedades fundiárias, chefiados pelo imperador. Não se tratava senão da velha *ideia* do Império alemão, *ultrapassada* e que soçobrou. Em consequência desta ideia *ultra-reaccionária* dos camponeses, a sua aliança com a nobreza teria sido completamente viável. De acordo com os planos dos camponeses, a nobreza nada perdia das

suas posições políticas. Muito pelo contrário, *ganhava*. E o que perdia em lucros cobrados aos camponeses, devido ao *abuso* ter redundado no *uso*, era compensado pela abolição dos *direitos de suzerania*, cobrados pelos príncipes aos nobres. Foi essa a razão por que, na verdade, tantos cavaleiros e condes simpatizaram com a causa dos camponeses — e não traiçoeiramente. Não traiçoeiramente e contrangidos, pelo menos logo de início.

Essa ideia *ultra-reaccionária* serve de base tanto ao Sickingen histórico como ao partido histórico da nobreza e ao movimento camponês. Representa a *causa históricamente fundamentada e necessária da perda de todos eles*, porque, em contradição com essa ideia, que baseia o *direito público na propriedade privada do solo* e vê, unicamente, nela a origem de toda a legalidade política, os príncipes com o domínio das terras de que *não* eram os proprietários e que não tinham recebido em feudos, representavam o germe de uma *concepção de Estado político*, independente da propriedade fundiária.

Dai a vitória dos príncipes tanto sobre a nobreza como sobre os camponeses, enquanto que, precisamente por isso, as cidades *não* eram obrigadas a desaparecer.

Assim, do ponto de vista de inexorável crítica histórica, os movimentos camponeses dessa época são *tão reaccionários* como o partido feudal. Incarnam uma e a mesma ideia. Se escrevesse uma obra de crítica e de história, demonstraria que reside precisamente *nisso* a causa da derrota da nobreza e dos camponeses. Mas, numa obra *artística* — sem falar na dificuldade de expor essas ideias em forma de arte — uma apresentação desse tipo não conseguiria despertar um interesse especial pela causa dos camponeses. Apenas poderia enfraquecer consideravelmente o que se imagina sobre o assunto. Por conseguinte, as guerras dos camponeses, etc., quer sejam interpretadas à vossa maneira, quer à minha, devem permanecer numa certa obscuridade. É preciso *não* as considerar de muito perto. E receio que haja ainda uma coisa que faria de um drama extraído dessas guerras um espectáculo muito pouco deleitável. Não falo da grande dificuldade que representa a falta de uma individualidade que, em si, resume tudo. Esse obstáculo poderia vencer-se. Refiro-me é à causa *exterior* do insucesso das guerras dos camponeses: a *indiferença mais completa* que cada grupo mostrava pelos outros, um egoísmo, um particularismo, um espírito tacanho sem paralelo.

O que é a pequena burguesia alemã podemos estudá-lo

em grande nas guerras dos camponeses. Cada bando só pensa nele. Depois de ter incendiado as residências senhoriais da sua região, é-lhe *absolutamente indiferente* saber o que sucede com os camponeses da região vizinha. A pintura desse egoísmo execrável e dos mais tacanhos, dessa ausência de espírito colectivo *não* seria certamente um espectáculo exaltante!

Lassalle: *Carta a Marx e Engels, de 27 de Maio de 1859.*

Mehring: «*A Herança Literária de Marx, Engels e Lassalle*», t. IV, pp. 173-176, Stuttgart, 1913.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS PRINCIPAIS NOMES CITADOS

Alembert, Jean Le Rond d' (1717-1783) — Célebre filósofo e matemático francês, autor do «Discurso Preliminar», onde expõe os princípios filosóficos da *Enciclopédia*.

Apiano — Historiador grego do século II, autor de uma *História Romana*.

Aristóteles (384-322 a.C.) — Ilustre filósofo grego, um dos maiores espíritos da humanidade. Preceptor de Alexandre o Grande. Autor de uma *Retórica* e de uma *Política*. Via na natureza um imenso esforço da matéria para se elevar até ao acto puro, isto é, ao pensamento e à inteligência.

Bahr, Hermann (1863-1934).

Bakunine, Miguel (1814-1876) — Anarquista russo. Combateu Marx no seio da I Internacional.

Balzac, Honoré de (1799-1850) — Ilustre romancista francês. Autor de «*A Comédia Humana*».

Barth, Paul (1858-1922) — Sociólogo e historiador burguês alemão.

Bauer, Bruno (1809-1882). — Filósofo alemão. Chefe da esquerda hegeliana, de que Marx e Engels fizeram parte, durante algum tempo.

Bayle, Pierre (1647-1706) — Filósofo francês. Autor do «*Dicionário Histórico e Crítico*», onde combate a intolerância e os preconceitos.

Beck, Karl (1817-1879) — Poeta alemão. Um dos representantes mais típicos do socialismo «verdadeiro».

Benedix, Roderick (1811-1873) — Crítico e autor dramático alemão. «A Shakespearomania» (1873) é a sua última obra.

Bentham, Jeremias (1748-1832) — Filósofo, jurista e economista inglês. Teórico do utilitarismo, via no capital «uma porção predeterminada da riqueza social, uma dada soma de mercadorias e de forças operárias, actuando de uma maneira mais ou menos uniforme». (Marx: «O Capital», t. III, p. 50).

Bernstein, Eduardo (1850-1932) — Social-democrata alemão, um dos chefes do revisionismo, depois da morte de Engels.

Blanc, Louis (1811-1882) — Escritor e historiador pequeno-burguês. Partidário de reformas sociais realizadas no âmbito da democracia burguesa. Reprovou a insurreição de Junho de 1848. Mais tarde, condenou a Comuna de Paris.

Boerne, Luís (1786-1837) — Publicista alemão, democrático. Emigrou para Paris em 1819. As suas obras «Quadros de Paris» e «Cartas sobre Paris», obtiveram grande sucesso junto dos democratas franceses e alemães.

Bolingbroke (1678-1751) — Homem de estado inglês. Autor de obras políticas e filosóficas.

Bonald, Louis (1754-1840) — Escritor francês, emigrado durante a Revolução. Teórico da monarquia absoluta e da religião católica.

Brontë, Charlotte (1810-1865) — Autora de «Jane Eyre», de «Shirley», etc. As suas análises da paixão são também quadros de costumes. Descreveu certos aspectos da vida dos proletários e os motins do Yorkshire.

Burns, Robert (1759-1796) — Poeta escocês de origem camponesa. Admirador da Revolução Francesa, é com áperos acordes de revolta que denuncia os preconceitos das classes dominantes e o egoísmo dos privilegiados.

Byron, George Gordon (1788-1842) — Poeta inglês. Exerceu uma influência considerável na literatura europeia, ao fixar o tipo do herói romântico, que descreveu, principalmente, em «Child Harold», «Manfred» e «Don Juan». Combateu pela independência da Grécia e morreu de doença, em Missolonghi.

Cabet, Etienne (1788-1856) — Socialista utópico francês, autor da «Viagem em Icaria». As colónias comunitárias, criadas na América pelos discípulos de Cabet, desagregaram-se rapidamente.

Calderon, Pedro (1600-1681) — Grande poeta dramático espanhol. Autor de numerosas comédias e dramas, onde pinta o carácter espanhol e confere aos sentimentos da nobreza a expressão mais atraente e elevada.

Carrel, Armand (1800-1836) — Jornalista liberal francês. Morto em duelo por Emile de Girardin.

Caussidiere, Marc (1800-1861) — Empregado de uma fábrica de sedas de Saint-Etienne. Participou na insurreição lionesa de Abril de 1834. Condenado e amnistiado em 1837. Tomou parte na revolução de Fevereiro de 1848 e foi nomeado, na altura, prefeito da polícia de Paris. Enquanto Danton exigia «audácia, mais audácia e sempre audácia», a eloquência proudhonesca de Caussidiere contentava-se com aforismos deste género: «É preciso construir a ordem com a desordem». Exilou-se depois das jornadas de Junho de 1848.

Chtchedrine — Escritor satírico russo, adversário da servidão, da burocracia e da nobreza.

Cobbett, William (1762-1835) — Publicista inglês. Conservador, tornou-se depois o «leader» mais conhecido do movimento cartista. Várias vezes condenado por delitos de imprensa, foi obrigado a fugir para os Estados Unidos. Deputado à Câmara dos Comuns em 1832, aí chefiou a luta pelas ideias democráticas.

Cooper, Fenimore (1789-1851) — Romancista americano. Autor de «O Último Moicano», «Piloto», etc.

Dacier, André (1657-1722) — Filólogo francês, tradutor e comentador de Horácio, Aristóteles, Sófocles, Plutarco, etc.

Marx alude às anotações críticas de Dacier sobre a poética de Aristóteles (1692), que exigia apenas a unidade de tempo e a unidade de acção e, por outro lado, entendia esta de maneira diferente da dos clássicos franceses.

Dézamy, Theodore (1803-1850) — Autor do «Código da Comunidade» e de «A Organização do Trabalho e do Bem-estar Universal». A sua teoria é semelhante à de Fourier.

Dickens, Charles (1812-1870) — Um dos maiores romancistas do século XIX. Autor de «David Copperfield», «A Pequena Dorrit», «Oliver Twist», «Os Tempos Difíceis», etc. Descreveu os sofrimentos das vítimas do regime capitalista e, em especial, a exploração das crianças.

Diderot, Denis (1713-1784) — Grande escritor e filósofo francês. Fundador da «Enciclopédia». É o representante mais perfeito do «século das luzes».

Dobroliubov, Nicolas (1836-1861) — Democrata revolucionário. Amigo de Tchernychevski. Partidário do materialismo em filosofia e do realismo em literatura.

Duchatel, Charles (1803-1867) — Político orleanista. Ministro do Interior na altura da revolução de Fevereiro de 1848.

Duhring, Eugénio (1883-1921) — Socialista pequeno-burguês. Catedrático na Universidade de Berlim. Autor de uma «História Crítica da Economia Política e do Socialismo» (1871), de um «Curso de Filosofia» (1875) e de um «Curso de Economia Política e Social» (1876). Os seus trabalhos foram aproveitados pelos ideólogos hitlerianos.

Dumas, Alexandre (1803-1870) — Escritor francês. Os seus romances têm por pano de fundo a história da França, interpretada muito livremente. Autor de «Os Três Mosqueteiros», «O Conde de Monte Cristo», «Visconde de Bragelone», etc.

Dupuis, Charles-François (1742-1809) — Filósofo. Partidário da Convenção. Atacou a religião na «Origem de Todos os Cultos ou a Religião Universal» (1795).

Epicuro (341-270 a. C.) — Inspirou-se na filosofia da natureza de Demócrito, que viveu no século V a. C. Mas, enquanto Demócrito reduz tudo à necessidade, para Epicuro «o átomo é a matéria sob a forma da autonomia, da individualidade... Epicuro é o maior dos racionalistas gregos». (Marx, *Oeuvres*, t. I, pp. 49-51, *Mega*).

Eschenbach, Wolfram von — Autor de três poemas heróicos: «Parzival», «Wilhelm von Oranse» e «Titarel». Com ele, a poesia trovadoresca atingiu o apogeu na Alemanha, no início do século XIII.

Escoto, Duns (1274-1308) — Teólogo inglês, denominado «doctor subtilis». Adversário de Tomás de Aquino. Marx, na «Sagrada Família», lembra que Escoto perguntava «se a matéria não podia pensar» e considera o grande escolástico inglês um precursor do materialismo.

Espartaco — Chefe famoso dos escravos revoltados contra Roma. Enfrentou, durante dois anos, as legiões, que venceu através de toda a Itália. Deixou-se matar numa batalha que não pôde evitar, em 71 a. C.

Ésquilo — O maior poeta trágico da Grécia antiga. É o pai da tragédia. Da sua obra, que contava uma centena de peças, só restam sete tragédias: «Prometeu Agrilhado», «Os Sete Chefes Diante de Tebas», «Os Persas», «As Suplicantes» e a trilogia da «Orestia», que inclui «Agamemnon», «Os Coreóforos» e as «Euménidas».

Feuerbach, Ludwig (1804-1872) — Filósofo materialista alemão que afasta a Ideia absoluta de Hegel e vê no homem o princípio fundamental de todas as coisas.

Ficht, Johann Gottlieb (1762-1814) — Filósofo idealista alemão, situado entre Kant e Schelling. Para Fichte, só no eu existe realidade efectiva.

Fielding, Henry (1707-1754) — Escritor realista inglês, autor de comédias, de poemas e de romances. «Tom Jones» é a sua obra-prima.

Flerovski, Vassili (1829-1918) — Escritor populista, que acabava de publicar, em 1869, uma obra sobre as condições de existência do povo russo, intitulada «A Situação da Classe Trabalhadora na Rússia».

Fourier, Charles (1772-1837) — Filósofo e sociólogo francês. O maior dos socialistas utópicos. Embora algumas das suas soluções para instaurar a harmonia social possam fazer sorrir, a sua crítica do capitalismo foi vivamente apreciada por Marx e Engels.

Franklin, Benjamim (1706-1790) — Filósofo, cientista e homem de Estado americano. Em 4 de Julho de 1776, proclamou a independência dos Estados Unidos da América. Embora não se tivesse dedicado, em especial, à economia política, alguns dos seus pontos de vista influíram nos fundadores dessa ciência.

Ganilh, Charles (1758-1836) — Economista e político francês. Autor de «Acerca dos Sistemas de Economia Política» (1809). Recaiu nas velhas ideias mercantilistas e defendeu-as contra Adam Smith e Ricardo.

Gaskell, Elizabeth (1810-1865) — As preocupações sociais e a revolta contra o egoísmo burguês inspiraram-lhe uma obra romanesca cheia de observação concreta e de fina sensibilidade. Em «Mary e Barton» (1848) e «Norte e Sul» (1855) descreve a condição miserável e os sofrimentos dos operários.

Gay, Jules (1807-1878) — Autor de «O Socialismo Nacional e o Socialismo Militar» (1868). Adepto das ideias de Owen.

Goethe, Wolfgang (1749-1838) — O mais ilustre dos poetas alemães. Autor de «Goetz von Berlichingen», «Werther», «Egmont», «Ifigénia em Taurida», «Tasso», «Hermann e Doroteia», «Os Anos de Aprendizagem de Guilherme Meister», «Fausto», etc.

Gogol, Nicolau (1809-1852) — Escritor realista russo. Autor de «Almas Mortas» e da comédia «O Revisor», onde instaura o processo da burocracia e da classe dos proprietários rurais.

Gottsched, Johann-Christoph (1700-1766) — Escritor e poeta alemão, «depurador» da língua, admirador e imitador de Boileau. Esforçou-se por introduzir e impor na Alemanha a tragédia francesa do século XVII.

Grimm, Jacob (1785-1863) — Filólogo alemão. Na «História da Língua Alemã» estuda principalmente as modifica-

ções sofridas por certas palavras das línguas indo-europeias nos idiomas germânicos, depois de uma deslocação de consoantes.

Grün, Karl (1817-1887) — «O principal representante do tipo «clássico» do socialismo alemão, ou socialismo «verdadeiro», escreve Engels, numa nota do «Manifesto do Partido Comunista». Grün é o autor de um livro acerca do «Movimento Social na França e na Bélgica» (1845).

Guizot, François (1787-1874) — Político francês. Defensor obstinado das ideias conservadoras. Autor de obras de história: «Discurso Acerca da História da Revolução da Inglaterra», «História Parlamentar da França», etc.

Gülich, Gustav von (1791-1841) — Historiador e economista alemão. Autor de uma «História do Comércio, dos Ofícios e da Agricultura dos Estados Modernos mais Importantes» (1830). Engels recolheu extractos da parte respeitante à Alemanha, de que Gülich divide, arbitrariamente, a história económica em dez períodos.

Habacuc (século VII a. C.) — Um dos doze pequenos profetas hebreus.

Haller, Charles-Louis de (1768-1854) — Escritor e político suíço, discípulo de Bonald. Expôs as ideias do mestre nas suas obras, principalmente, na «Restauração da Ciência Política» (6 volumes), onde sustenta que, por vontade da nação, os fortes devem governar e os fracos obedecer. Marx cita esse livro e o autor, em 1842, num dos seus artigos da «Gazeta Renana» acerca dos «Debates da 6.ª Dieta Renana». (*Oeuvres*, t. I, p. 191, Mega.)

Hebbel, Friedrich (1831-1863) — Poeta alemão. Autor da tragédia *Judite*.

Hegel, Georg-Wilhelm-Friedrich (1770-1831) — Filósofo alemão. Autor da «Fenomenologia do Espírito», da «Ciência da Lógica», dos «Fundamentos da Filosofia do Direito», da «Estética», etc. O seu sistema assinala o ponto culminante da filosofia idealista.

Heineccius (1681-1741) — Jurista alemão.

Helvetius, Claude Adrien (1715-1771) — Filósofo francês. Adepto de Locke. Autor do livro «Do Espírito» (1758).

Herzen, Alexandre (1812-1870) — Democrata revolucionário. Adepto de Feuerbach. Emigrado em 1847, editou, em Londres, de 1857 a 1867, a revista *Kolokol* (O Sino).

Hoffmann (1776-1822) — Autor de narrativas estranhas: «Trechos Fantásticos à Maneira de Callot», «Elixir do Diabo», «Os Irmãos Serapião», etc.

Holbach, Paul-Henri-Dietrich d' (1723-1789) — Autor do «Sistema da Natureza», ensaio de síntese materialista do mundo físico e moral.

Homero — Ilustre poeta grego do século IX a. C. Autor da «Iliada» e da «Odisseia».

Hood, Thomas (1799-1845) — Poeta e humorista inglês, célebre sobretudo pela «Canção da Camisa», de que traduzimos a sexta e a décima (antepenúltima) estrofe:

«Trabalhar, trabalhar, trabalhar,
O meu trabalho não parará nunca.
E o salário? Que salário é o meu?
Uma enxerga de palha, uma côdea de pão,
Farrapos e este sôtão podre, o soalho nu,
Uma mesa, meia cadeira,
Paredes tão nuas
Que fico grata à sombra
Entre mim e elas.

Oh! Apenas uma curta hora,
Um pequeno descanso, por breve que seja!
Nunca um momento para amar, ou ter esperança.
Muito tempo, em troca, para soluçar!
O choro, um desabafo para o meu coração!
Mas que as lágrimas parem
No deslizar amargo.
O meu trabalho podia atrasar-se.»

Kant, Emmanuel (1724-1804) — Filósofo idealista alemão. Autor da «Crítica da Razão Pura», «Crítica da Razão Dialéctica» e «Crítica do Juízo», a sua obra mais importante no domínio da estética.

Kautsky, Karl (1854-1938) — Conheceu Marx e Engels em 1881 e aderiu ao seu ponto de vista revolucionário. Mais

tarde, chefe centrista da social-democracia alemã. Social-pacifista em 1914-1918. Depois da Revolução de Outubro de 1917, não parou de combater e caluniar o poder dos Soviéticos.

Kepler, Johann (1571-1630) — Célebre astrónomo alemão. Enunciou as leis donde Newton iria destacar o princípio da atracção universal. Atacado por privações e infelidades, recusou-se a fazer qualquer concessão aos poderosos da época e prosseguiu as suas pesquisas nas condições mais difíceis.

Kinkel, Gottfried (1815-1882) — Poeta alemão. Democrata pequeno-burguês. Tomou parte na insurreição de Bade em 1849. Foi julgado em 1850 e teve uma atitude indigna no tribunal. Depois de cumprir a pena, emigrou, no Outono de 1850, para os Estados Unidos, onde se fazia passar por um mártir da democracia. Marx e Engels denunciaram o impostor num artigo. Instigado por eles, Freiligrath ridicularizou-o num poema, que Weydemeyer publicou, de resto, com algum atraso, em Nova Iorque. Mas, quando Kinkel se fixou em Londres, Freiligrath aproximou-se dele, embora Kinkel não deixasse de atacar Marx e Engels. Em 1859, Kinkel e um grupo de democratas burgueses organizaram manifestações para comemorar o centenário do nascimento de Schiller, em que participou Freiligrath. Marx e Engels mantiveram-se afastados. A partir de 1860, Freiligrath juntou-se a Kinkel sem reservas.

Laffitte, Jacques (1767-1844) — Banqueiro liberal. Representou um papel de primeiro plano na revolução de Julho de 1830, que inaugurou «o reino dos banqueiros».

La Mettrie, Julien Offroy de (1709-1751) — Autor da «História Natural da Alma». Representante do materialismo mecanicista, aplicou aos homens a teoria cartesiana do automatismo dos animais.

Lassalle, Ferdinand (1825-1864) — Político e escritor alemão. Fundou, em 1863, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães. Idealista hegeliano, nunca chegou a assimilar o materialismo dialéctico e escolheu a via de um socialismo nacional e do reformismo social. Morto em duelo.

Ledru-Rollin, Alexandre Auguste (1807-1874) — «Leader» do radicalismo pequeno-burguês na França. Membro do governo provisório de 1848. Chefe da oposição em 1849. Emigrou no Segundo Império.

Leibnitz, Gottfried-Wilhelm (1646-1716) — Filósofo alemão. Autor dos «Novos Ensaio sobre o Entendimento Humano», da «Teodiceia», onde afirma que este mundo é o melhor dos mundos possíveis, e da «Monadologia», quadro global da sua doutrina.

Lessing, Gotthold-Ephraïm (1729-1781) — Escritor alemão. Autor da «Dramaturgia de Hamburgo», de «Laocoon» e de numerosas obras dramáticas: «Minna von Barnhelm», «Emilia Galotti», «Nathan von Sage», etc. Representante da burguesia progressista alemã. Lutou contra a imitação servil dos clássicos franceses e, com Diderot, pode ser considerado um dos precursores do realismo.

Lever, Charles — Romancista e humorista inglês. Autor de *Harry Lorrequer*.

Liebknrecht Wilhelm (1826-1900) — Fundador, com Augusto Bebel, da organização operária marxista conhecida pelo nome de Organização de Eisenach (Congresso de Eisenach, de 1869). Combateu os lassallistas até à fusão das duas organizações, no congresso de Gotha (1875). Desse compromisso saiu a social-democracia alemã, de que se manteve um dos chefes até morrer.

Locke, John (1632-1704) — Filósofo inglês para quem a origem dos nossos conhecimentos reside na experiência, isto é, na sensação apoiada pela reflexão. Autor do «Ensaio sobre o Entendimento Humano».

Luciano — Escritor e filósofo grego do século II. Autor do «Diálogo dos Mortos» e de «Sobre a Maneira de Escrever a História». O primeiro dos grandes escritores da ironia e dos grandes doutores. «Esse Voltaire da Antiguidade Clássica» — como o qualifica Engels — satirizou costumes, superstições e crenças religiosas, num estilo mordente, vivo e espiritual.

Lucrécio, Carus (98-53 a. C.) — Um dos maiores poetas latinos. Autor do poema «Da Natureza das Coisas», onde

desenvolve, num estilo admirável, a filosofia de Epicuro.

Maistre, Joseph de (1753-1821) — Escritor reaccionário e ultramontano, representante do rei da Sardenha em São Petersburgo, chamou «obra satânica» à Revolução francesa e fez-se o defensor da Inquisição, do algoz e da guerra. Obras mais conhecidas: «Acerca do Papa» e «Noites de São Petersburgo».

Malthus, Thomas-Robert (1766-1834) — Pastor e economista inglês. Autor do «Ensaio sobre o Princípio da População» (1803), onde proclama que a distância entre a população e as subsistências não pára de aumentar e, a fim de poupar à humanidade os piores males, propõe que se decrete a abstenção do casamento para os pobres.

Mandeville, Bernard de (1670-1733) — Escritor inglês. Autor de «A Fábula das Abelhas» onde garante que os vícios dos particulares são mais vantajosos que as virtudes para a sociedade.

Marryat, Frederick (1792-1848) — Autor inglês de romances muito populares de aventuras marítimas.

Maurer, Georg Ludwig von (1790-1872) — Jurisconsulto e homem de Estado alemão. Autor de obras sobre a história do direito germânico e a história económica e social da Alemanha.

Mehring, Franz (1846-1919) — Social-democrata alemão. Evoluíu do radicalismo pequeno-burguês para o marxismo. Autor da «Lenda de Lessing», de uma biografia de Karl Marx. Escreveu também uma «História da Social-Democracia Alemã» e numerosos estudos que o creditam como um dos mestres da crítica literária marxista. No início da Primeira Guerra Mundial, aderiu à extrema-esquerda da social-democracia alemã, juntamente com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Foi um dos primeiros filiados do movimento espartaquista e um dos fundadores do Partido Comunista Alemão.

Menzel, Wolfgang (1793-1873) — Escritor e crítico alemão. A partir de 1826, abandonou as ideias liberais da juventude e tornou-se conservador. Combateu o movimento

da «Jovem Alemanha» e a influência das ideias francesas nos escritores alemães. Boerne, em 1837, publicou contra ele um panfleto intitulado «Menzel, o Devorador de Franceses». Heine crivou-o de traços satíricos.

Milton, John (1608-1674) — Grande poeta inglês. Depois da morte de Cromwell, de quem foi secretário, deixou a vida pública. Pobre, cego e esquecido, ditou à mulher e às duas filhas o poema que viria a imortalizá-lo.

Monteil, Alexis (1769-1850) — Historiador francês. Autor da «História dos Franceses dos Vários Estados nos Cinco Último Séculos» (1828) onde se propõe descrever, em vez da história dos acontecimentos, a dos movimentos espirituais, a evolução dos costumes e a influência das instituições políticas e sociais, vistas através dos meios e das personagens representativas.

Morgan, Lewis Henry (1818-1881) — Sociólogo e antropologista americano, autor de «A Sociedade Primitiva» («Ancient Society» — 1877), obra que Engels apreciava muito.

Muller, Adam (1779-1829) — Escritor alemão. Autor de obras políticas e econômicas onde desenvolve os temas da reacção feudal.

Nisard, Désiré (1806-1888) — Professor no Collège de France e na Sorbonne. Historiador e crítico para quem o século de Luís XIV representava o ideal literário, político e social. Depois de ter afirmado que existem duas morais, uma para os grandes, outra para as pessoas comuns, foi escarnecido e levado a casa pelos estudantes indignados. Quinze desses estudantes foram, depois dessa manifestação, condenados a penas de prisão.

Owen, Roberto (1771-1858) — Socialista inglês que defendeu a comunidade dos bens no livro «Novos Pontos de Vista Acerca da Sociedade» (1813-1816). Na sua fábrica de New-Lanark, aplicou alguns dos seus princípios e estabeleceu na América algumas comunidades que redundaram em fracasso.

Parny, Evariste de (1753-1814) — Poeta francês, nascido nas ilhas da Reunião. Autor de «Poesias Eróticas» e de «A Guerra dos Deuses», onde ataca a religião. Pertence a essa nobreza liberal, céptica e frondista, partidária das novas ideias que anunciam a Revolução.

Polignac, Jules-Auguste, duque de (1780-1847) — Político legitimista, primeiro-ministro de Carlos X. Autor da legislação da imprensa, que provocou a revolução de Julho de 1830.

Propércio — Poeta latino. Viveu no século I a. C. Os seus três primeiros livros de «Elegias» são dedicados aos amores com Cynthia. No quarto livro, celebra as lendas da história romana.

Proudhon, Pierre-Joseph (1809-1865) — Publicista e economista francês. Autor do «Sistema das Contradições Económicas ou Filosofia da Miséria» (1846) a que Marx respondeu com «A Miséria da Filosofia», escrita em francês. O socialismo pequeno-burguês de Proudhon, impregnado de individualismo, não passa de um liberalismo generalizado e teórico onde o anarquismo irá buscar as suas ideias.

Puchkine, Alexandre (1799-1837) — O maior poeta russo. Autor do poema «Eugenio Oneguine», a que alude Marx, do drama histórico «Boris Godunov», etc. Mestre na poesia, foi também mestre da prosa, que tornou limpa, precisa e elegante.

Raumer, Friedrich von (1781-1873) — Historiador alemão. Autor de numerosas obras, incluindo uma «História dos Hohenstauffen e da sua Epoca». Afirmando-se imparcial e objectivo, vangloriava-se de expor, em todas as coisas, o pró e o contra.

Renan, Ernest (1823-1892) — Historiador e filólogo francês. Autor de «O Futuro da Ciência», «Origem do Cristianismo», «Dramas Filosóficos». O seu cepticismo está ligado a uma ideologia profundamente reaccionária.

Richter, Jean-Paul (1763-1825) — Poeta e romancista alemão. Autor dos romances «Hespérus» e «A Vida de Quintus Fixlein».

Robinet, Jean-Baptiste (1735-1820) — Materialista francês. Autor do livro «Da Natureza» (1761).

Rousseau, Jean-Jacques (1712-1778) — Grande escritor e filósofo francês. A Revolução e o Romantismo inspiraram-se nas suas ideias. Autor do «Contrato Social», «A Nova Heloísa», «Emílio», «Confissões», etc.

Ruge, Arnold (1802-1880) — Jovem hegeliano. Autor de uma obra de estética surgida em 1837. Fundador, em 1838, dos «Anais de Halle» que, em 1841, se transformam nos «Anais Alemães». Em 1844, colabora nos «Anais Franco-Alemães», depois separa-se de Marx. Torna-se democrata burguês e acaba por se ligar a Bismarck.

Sachs, Hans (1494-1576) — Poeta alemão. Tinha o ofício de sapateiro. Cantou a santidade do casamento, fez o elogio de Lutero, no «Rouxinol de Wittenberg», e terminou a carreira poética, lamentando a decadência do século.

Saint-Simon, Claude Henri de (1760-1825) — Filósofo francês. Expôs, em numerosas obras, projectos de reorganização económica e social. No seu último livro, «O Novo Cristianismo», procurou os meios de melhorar «a existência moral e física da classe mais numerosa».

Sauzet, Jean Pierre Paul (1800-1876) — Advogado e político orleanista. Presidente da Câmara dos Deputados, no reinado de Luís Filipe.

Schelling, Friedrich Wilhelm (1775-1854) — Filósofo alemão. Representante do idealismo subjectivo, para quem a consciência, ou o eu, é a manifestação exterior de Deus.

Schiller Johann-Christoph-Friedrich (1759-1805) — Grande poeta alemão. Autor de dramas: «Os Malfetores», «Dom Carlos», «Wallenstein», «Maria Stuart», «Joana d'Arc», «Guilherme Tell», etc. e de obras históricas, como a «História da Guerra dos Trinta Anos».

Schlosser Friedrich (1776-1860) — Historiador alemão. Autor de uma «História Universal».

Schmidt, Conrad (1863-1932) — Social-democrata alemão. Depois da morte de Engels, aderiu ao revisionismo. Autor de vários trabalhos económicos.

Schopenhauer (1788-1860) — Filósofo alemão. Expôs a sua teoria pessimista no «Mundo como Vontade e como Representação».

Schweitzer, Jean-Baptiste von (1833-1875) — Presidente da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, fundada em Leipzig, em 1863, por Ferdinand Lassalle. Mais tarde, aderiu à política de Bismarck.

Shaftsbury, conde de (1671-1713) — Filósofo inglês, amigo de Locke, de quem se afastou em vários pontos. Foi deputado à Câmara dos Comuns e à Câmara dos Lordes.

Shelley, Percy (1792-1822) — Poeta inglês. Admirado, com justiça, pela elevação do pensamento e a qualidade da forma. Partidário da Revolução francesa, escreveu «Prometeu Libertado», «Ode à Liberdade», etc. Morreu afogado, no golfo de La Spezia.

Solger, Karl (1780-1819) — Discípulo de Schelling. Autor de obras de estética.

Soulouque (1789-1867) — Imperador do Haiti com o nome de Faustino I.

Steuart, James (1712-1780) — Economista inglês, cujo ensino é, segundo Marx, a expressão racional do mercantilismo.

Stirner, Marx (1806-1856) — No livro que o tornou célebre — «O Único e a Sua Propriedade» (1845) — sustenta que o individuo não deve ter outro móbil senão o seu próprio interesse. Foi um dos inspiradores do anarquismo.

Strauss, David Frédéric (1808-1874) — Teólogo e historiador da religião. Autor de uma «Vida de Jesus» (1835) onde recusa a versão dos Evangelhos.

Sue, Eugène (1804-1857) — Escritor e jornalista francês. Autor de numerosos romances populares, principalmente, «Os Mistérios de Paris» (10 volumes, 1842-1843) e «O Judeu Errante» (10 volumes, 1844-1845). A partir de 1840, evoluiu para um socialismo sentimental. Deputado em 1850. Obrigado a exilar-se pelo golpe de Estado de 2 de Dezembro, fixa residência em Annecy e, fiel até ao fim às suas convicções, mandou que o enterrassem no cemitério dos dissidentes.

Sydney, Algernon (1622-1683) — Político republicano inglês. Membro do tribunal que condenou à morte o rei Carlos I (1649).

Tchernychevski, Nicolau (1828-1889) — Democrata revolucionário, preso em 1862 e deportado para a Sibéria, onde permaneceu até 1865. Filósofo materialista. Autor de

uma das obras mais importantes sobre estética do século XIX, «A Arte e as suas Relações com a Realidade». Publicou também estudos económicos sobre a comuna agrária e o campesinato e um romance «Que Fazer?» que, como escreveram Plekhanov e Dimitrov, exerceu profunda influência sobre uma geração completa de revolucionários. Lenine estimou e admirou esse pensador, combatente do socialismo pré-marxista.

Thackeray, William (1811-1863) — Autor de «A Feira das Vaidades», «História de Pendennis», «Livro dos Snobs», etc. Denunciou a hipocrisia social, a estupidez, o espírito de domínio e a falsa filantropia.

Thibaut (1772-1840) — Jurista alemão. Em nome da filosofia, opôs-se à escola histórica.

Tkatchev, Pedro (1849-1885) — Adepto dos Jacobinos e, mais tarde, de Blanqui, defendeu a tomada do poder por uma minoria revolucionária. Emigrou, em 1873, para Genebra, onde começou a publicar a revista «Nabat» («O Rebate»). Extraditado pela Suíça, morreu na fortaleza Pierre-et-Paul.

Torricelli, Evangelista (1608-1647) — Físico e geómetra italiano. Aluno de Galileu. Inventou o barómetro e descobriu os efeitos da pressão atmosférica.

Tupper, Martin (1810-1889) — Poeta inglês. Marx detestava-o pelo prosaísmo, redundância, artificialismo e espírito pequeno-burguês que manifestava. Hoje completamente esquecido, foi, entre 1850 e 1865, o versejador mais em voga na Inglaterra.

Vico, Jean-Baptiste (1668-1744) — Filósofo, historiador e jurista italiano. Escreveu «Os Princípios de uma Ciência Nova, Relativa à Natureza Comum das Nações» (1725). A obra foi traduzida por Michelet com o título de «Princípio da Filosofia da História». Vico distingue na história dos povos três idades: a divina, a heróica e a humana, depois da qual o ciclo recomeça.

Vischer, Friedrich Theodor (1807-1887) — Um dos filósofos mais notáveis do período pós-hegeliano. Acabou, progressivamente, por pender para o subjectivismo idealista de que está impregnada a sua obra mais importante, a «Estética» (1847-1858).

Vizetelly, Henri (1820-1894) — Editor, jornalista e escritor inglês, que acabava de editar «Moça da Cidade».

(Voltaire) François-Marie Arouet (1694-1778) — Grande escritor francês. Na obra imensa e variada exprimiu com espírito, brilhantismo e profundidade as aspirações da burguesia ascendente.

Volney, Constantin François de (1757-1820) — Autor do livro «As Ruínas, ou Considerações sobre as Revoluções dos Impérios», onde ataca os preconceitos religiosos.

Wolff, Wilhelm (1809-1864) — Revolucionário, amigo de Marx e Engels. Marx dedicou-lhe «O Capital».

Winckelmann, Johann-Joachim (1717-1768) — Um dos mestres da arqueologia e da estética no século XVIII, deu a conhecer as obras-primas da Antiguidade, que estudou com fervor e analisou com um conhecimento profundo. A sua «História da Arte Entre os Antigos» (1764) é uma obra clássica.

Zassulitch, Vera (1851-1919) — Populista, seguiu Plekhanov na evolução para o marxismo. Depois do II Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia, realizado em 1903, em Londres, aderiu aos manchevistas.

Zola, Emile (1840-1902) — Célebre romancista francês, autor dos «Rougon-Macquart».